

Armando Octaviano Palma de Araújo

**A Fábrica de Louça de Massarelos**  
**Contributos para a caracterização de uma unidade fabril pioneira**

Volume I



**Dissertação de Mestrado em Estudos do Património**

Sob a orientação do Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos

**Universidade Aberta**

Departamento de Ciências Sociais e de Gestão

Lisboa

2012

Fotografias da capa:

Nº 1 – Fonte: Do Porto e não só..., *A Barrada Cidade do Porto*, nº651, Edição Costa – Lisboa. [Última consulta em 16.06.2012]. Disponível em:  
[http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1\\_17.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1_17.html).

Nº 2 – Fonte: José Manuel Lopes Cordeiro, “Arqueologia e Património Industrial na Zona do Grande Porto – um balanço de 15 anos”, *Revista al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, II Série. Nº9, Outubro de 2000, p.121.

Nº 3 – Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:  
<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

Armando Octaviano Palma de Araújo

**A Fábrica de Louça de Massarelos**  
**Contributos para a caracterização de uma unidade fabril pioneira**

Volume I

**Dissertação de Mestrado em Estudos do Património**

Sob a orientação do Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos

**Universidade Aberta**

Departamento de Ciências Sociais e de Gestão

Lisboa

2012



## **Resumo**

A Fábrica de Louça de Massarelos foi fundada no século XVIII por Manuel Duarte Silva, no lugar de lugar de Massarelos, bem perto do Cais das Pedras, do rio Douro e do mar, beneficiando assim de condições ideais para a instalação de uma unidade industrial tendo em conta as necessidades de importação de matérias-primas e combustíveis e de exportação dos produtos acabados para os mais variados mercados.

Gerida em contexto familiar até ao raiar do século XX, a unidade pioneira no fabrico industrial de louça de faiança de uso doméstico e decorativo foi comprada por uma sociedade constituída por sócios ingleses e manteve-se em funcionamento até 1920, ano em que um incêndio a destruiu por completo e forçou a sua desactivação. Todavia, a louça da marca “Massarelos” continuou a ser produzida na unidade industrial de Quebrantões do Norte até 1980.

Inicialmente constituída por instalações rudimentares, equipada por mecanismos artesanais e servida por mão-de-obra pouco especializada que não ultrapassava as três dezenas de operários, a unidade fabril foi evoluindo em resposta à modernidade, sempre em constante adaptação às necessidades da produção e satisfazendo as exigências dos mercados. Das duas unidades industriais que produziram louça da marca “Massarelos” restam algumas dezenas de peças em museu, um sem número de outras que integram as colecções privadas, dois fornos “garrafa” e uma chaminé votados ao abandono muito embora tenham sido devidamente preservados e se encontrem em vias de classificação patrimonial pelo IGESPAR.

### **Palavras-Chave:**

Património industrial

Fábrica

Real

Louça

Faiança

Cerâmica

Massarelos

Quebrantões do Norte

## **Abstract**

The Ware Factory of Massarelos was founded during the 18th century by Manuel Duarte Silva, in the place of Massarelos, close to Cais das Pedras, the Douro river and the sea, thus benefiting from ideal conditions for the installation of an industrial unit, taking into account the necessity to import raw materials and fuels and to export the finished products to various markets.

Run in a family context until the dawn of the 20<sup>th</sup> century, a pioneer unit in the industrial manufacture of glazed earthenware for domestic and decorative use was bought by a society constituted by English associates and kept on running until 1920, in which year a fire completely destroyed it, being forced to shut down. However, the earthenware by the brand “Massarelos” continued being produced in the industrial unit of Quebrantões do Norte until 1980.

Initially composed of rudimentary facilities, equipped with hand-made mechanisms and served by poorly skilled labour that didn't reach the three dozens employees, the manufacturing unit evolved in answer to modern times, always in constant adaptation to the needs of production and satisfying the needs of the markets.

Of the two industrial units that have produced earthenware of the brand “Massarelos”, remain a few dozens of items stored in museum, some countless others that integrate private collections and two bottle ovens and one chimney left to abandonment, although adequately preserved and found in the process of patrimonial classification by the IGESPAR.

### **Keywords:**

Industrial patrimony

Factory

Real

Ware

Glazed Earthenware

Ceramic

Massarelos

Quebrantões do Norte

## INDICE

### SIGLAS E ABREVIATURAS

### AGRADECIMENTOS

### INTRODUÇÃO

<b>CAPÍTULO I. Massarelos no Século XVIII: factores que favoreceram a implementação de uma fábrica de louça.....</b>	<b>1</b>
I.1. A olaria tradicional .....	1
I.2. A população: moradores e respectiva estrutura socioprofissional.....	2
I.3. A localização geográfica: a proximidade do rio Douro e do Atlântico .....	5
I.4. Os recursos hídricos .....	6
I.5. O Cais das Pedras .....	8
<b>CAPÍTULO II. A Fábrica de Louça de Massarelos: da fundação da unidade fabril à extinção da marca Massarelos .....</b>	<b>10</b>
II.1. A fundação da fábrica e a localização inicial .....	10
II.2. O fundador .....	13
II.3. A questão do ano da fundação e do início da laboração.....	14
II.4. A questão da “REAL” designação.....	17
II.5. A continuidade: da gestão em contexto familiar à chegada dos ingleses e dos seus capitais .....	18
II.6. O incêndio de 1920 e a desactivação da unidade fabril.....	25
II.7. A unidade fabril de Quebrantões do Norte: a localização, a laboração em simultâneo e a continuidade da produção da marca Massarelos .....	27
II.8. A falência e o fim da produção da marca Massarelos .....	36
<b>CAPÍTULO III. A evolução da laboração: os meios de produção, a mão-de-obra e a produção .....</b>	<b>39</b>
III.1. As estruturas e as infra-estruturas fabris: oficinas, armazéns, engenhos, moinhos, fornos, tanques, maquinaria e ferramentas. ....	39
III.2. As energias e os combustíveis .....	67
III.3. As matérias-primas .....	72
III.4. Os operários: género e idades, categorias profissionais e salários .....	77
III.5. Os horários de trabalho.....	89
III.6. As condições de trabalho e de higiene.....	91
III.7. O movimento sindical: as reivindicações .....	94
III.8. A produção: louça de uso doméstico e os utensílios decorativos.....	97
III.8.1 As marcas .....	103
III.8.2 Os mercados de Destino .....	105
III.9. A adaptação aos novos tempos e às necessidades da construção civil.....	108
III.9.1 Os novos materiais produzidos.....	108

<b>CAPÍTULO IV. Os contributos da Arqueologia Urbana/Industrial e o Património preservado.....</b>	<b>117</b>
IV.1. As evidências arqueológicas da unidade fabril de Massarelos.....	118
IV.1.1 O espólio recuperado .....	125
IV.1.2 Massarelos na actualidade .....	129
IV.2. As evidências arqueológicas da unidade fabril de Quebrantões do Norte .....	130
IV.2.1 O espólio recuperado .....	131
IV.2.2 Quebrantões do Norte na actualidade.....	131
IV.3. O património artístico preservado .....	132
IV.4. O património industrial preservado .....	141
IV.5. Roteiro do património artístico e industrial preservado na cidade do Porto ....	145
<b>Conclusão .....</b>	<b>147</b>
<b>FONTES, BIBLIOGRAFIA E OUTROS RECURSOS.....</b>	<b>150</b>

## **II Volume**

Anexo documental



## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AHMOPTC – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto

AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

AN/TT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

C.<sup>a</sup> - Companhia

CMP – Câmara Municipal do Porto

CV – Cavalos-Vapor

D.R. – Diário da República

DREN – Direcção Regional de Economia do Norte

HP – Horsepower

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IMC – Instituto dos Museus e Conservação

JC – Junta do Comércio

kg - quilograma

km - quilómetro

KWH - Quilowatt-hora

KVA - Quilovolt-ampere

Lda. – Limitada

LO – Licença de Obra

lv. – livro

MNMC – Museu Nacional Machado de Castro

MNSR – Museu Nacional de Soares dos Reis

MR – Ministério do Reino

p./pp. - página/ páginas

S.A.R.L. – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

v. - verso

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial, à Ilda e Maria, pelo apoio e incentivo constantes muito embora a minha reiterada *ausência* durante o tempo que dediquei a este compromisso.

A todos os briosos funcionários do Arquivo Histórico Municipal do Porto, do Arquivo Distrital do Porto, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, da Direcção Regional de Economia do Norte e da Câmara Municipal do Porto que, imbuídos do espírito caracterizador de serviço público, emprestaram o seu contributo a este trabalho e o tornaram possível.

Aos sempre presentes companheiros do Curso de Mestrado em Estudos do Património.

Ao David Matias, meu colega e coleccionador que prontamente e sem restrições me disponibilizou a sua vasta colecção de louça “Massarelos”.

Aos meus colegas António Duarte e Nuno Vales pela disponibilidade.

Por último, ao Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos, pela dedicada e superior orientação que sempre me dispensou.

## INTRODUÇÃO

A industrialização foi um fenómeno histórico de tal relevância para a humanidade que tem merecido da comunidade internacional, através da Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial, toda a atenção no sentido da preservação e do estudo dos seus vestígios os quais englobam os edifícios e as estruturas industriais, os processos, os utensílios, as localidades e as paisagens, bem como todo o conjunto de manifestações tangíveis e intangíveis<sup>1</sup>.

A Fábrica de Louça de Massarelos, pelo seu percurso e longevidade, adquiriu esse estatuto de património industrial de interesse público que importará transmitir às gerações futuras. Tida como a mais antiga unidade de produção industrial de louça em Portugal, foi fundada no século XVIII e mantida em actividade até aos anos oitenta do século XX. Durante os cerca de 216 anos a marca “Massarelos” foi produzida em duas unidades fabris distintas, primeiro, apenas nas instalações construídas no lugar de Massarelos e, posteriormente, já no despoitar do século XX, também na antiga Quinta do Roriz, em Quebrantões do Norte, no Porto.

Inicialmente caracterizada por peças de louça de uso doméstico, artístico e decorativo e tendo como alvo os mercados nacional, galego e brasileiro, a marca “Massarelos” veria assegurada a sua continuidade na produção de tubos de grés e de louça sanitária.

As suas particularidades asseguraram-lhe ao longo dos anos a merecida relevância no seio da comunidade de historiadores e ceramistas que ao seu estudo se dedicaram, mas também de nostálgicos cidadãos, os quais ainda hoje lamentam que a preservação do respectivo património se circunscreva apenas aos dois fornos que pontuam esquecidos

---

<sup>1</sup>

In *Preâmbulo*, Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Julho de 2003. [Última consulta em 30.09.2012]. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>

junto a um posto de abastecimento de combustíveis, bem debaixo do vão da Ponte de S. João e junto da Avenida Paiva Couceiro, no Porto, ao conjunto de peças de louça que integra a Colecção de Cerâmica do Museu Nacional de Soares dos Reis e a um indeterminado e variado número de artefactos cerâmicos, propriedade de colecionadores privados.

O seu fundador, homem de negócios da cidade do Porto mas natural de Guimarães, encontrou em Massarelos, à data pequeno lugarejo da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, sita nos arrabaldes e fora dos muros da cidade do Porto, o terreno e as condições ideais para instalar uma fábrica de louça de grande dimensão comparativamente com as oficinas tradicionais de olaria então existentes no Porto e no resto do território nacional.

Se a fundação desta unidade industrial de produção de louça de faiança surgiu motivada pela forte tradição oleira que se estendia um pouco por toda a cidade do Porto, a sua edificação no lugar de Massarelos foi propiciada pela proximidade ao Cais das Pedras e pelas condições de navegabilidade e de fácil acesso ao mar que o rio Douro oferecia ao tráfico de cabotagem responsável pela importação das matérias-primas e combustíveis e pela expedição da produção, seja por via fluvial ou marítima.

Numa época em que o conceito de fábrica ainda caminhava *par e passu* com o de oficina tradicional, as potenciais fontes de energia hídrica e de mão-de-obra disponíveis seriam factores a ter em conta pelo que de fundamental representavam para a produção cerâmica.

Beneficiando das políticas proteccionistas que proibiam a entrada de louça em Portugal que não fosse oriunda da China ou da Índia, a gestão da fábrica foi sendo mantida em contexto familiar durante o século XVIII e praticamente até ao final do século XIX, surgindo por essa altura a constituição da primeira sociedade, mas ainda de composição familiar. Com o século XX dá-se a chegada dos capitais e das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, verificando-se a entrada dos ingleses na respectiva estrutura empresarial.

De sociedade em sociedade e de designação em designação, em 1920 um incêndio ditaria o encerramento definitivo da unidade industrial pioneira que tinha mantido viva a marca de louça “Massarelos” passando então a sua produção a ser assegurada, até à falência da firma proprietária, nas instalações de Quebrantões do Norte.

### **Pertinência do Tema**

Muito se escreveu sobre a Fábrica de Louça de Massarelos. Das publicações que tivemos a oportunidade de conhecer e de ler, aquela que nos pareceu mais abrangente foi desenvolvida pelo Museu Nacional de Soares dos Reis, sob o título: “Fábrica de Massarelos Porto – 1763-1936”. Os autores deste importante trabalho ficaram-se pelo ano de 1936 não contemplando o destino da unidade fabril que deu continuidade à marca “Massarelos” até à sua extinção no início da década de oitenta do século XX.

Na referida publicação, datada de 1998, não são considerados ainda os resultados das intervenções arqueológicas, efectuadas no âmbito da Arqueologia Urbana e Industrial, no preciso local onde outrora foi edificada e laborou a unidade fabril, cujo contributo poderá, pensamos, enriquecer e complementar cientificamente o que já foi escrito.

Os trabalhos que vimos publicados durante boa parte do século XX foram baseados, é certo, na investigação documental, no estudo das peças produzidas e na reflexão teórica mas limitados a períodos temporais muito anteriores ao encerramento da unidade fabril.

Os diversos autores têm sido unânimes ao considerar a importância da Fábrica de Massarelos no contexto das fábricas portuguesas de cerâmica edificadas no século XVIII e o seu pioneirismo. No entanto, tal já não tem acontecido no que respeita à data da fundação. Se uns consideram como mais provável o ano de 1738, outros indicam os anos de 1763 e 1764, havendo mesmo quem remeta tal acontecimento para o ano de 1766.

Outro aspecto que não reúne unanimidade é aquele que diz respeito à designação ou não de “Real Fábrica”.

Com o trabalho agora apresentado visou-se, pois, dar resposta a estas e a outras questões eventualmente ainda em aberto, indo de encontro ao repto deixado pelos autores da publicação atrás referida, os quais, admitindo a existência de lacunas, remetem para a curiosidade e para a sorte de outros investigadores a retoma do tema no sentido da descoberta de novos elementos que possam contribuir para a *reconstrução e caracterização* da Fábrica de Louça de Massarelos desde a sua fundação até à sua extinção, fomentando assim a reformulação e o acréscimo do conhecimento já adquirido.

## **CAPÍTULO I. Massarelos no Século XVIII: factores que favoreceram a implementação de uma fábrica de louça**

«A produção de loiça não é uma indústria dos campos, pois depende da existência de aglomerados populacionais situados a curta distância. Longe das cidades, a mercadoria tem de ser transportada aos mercados de venda, o que, no panorama de estradas português, significa deitar a perder uma boa parte da loiça [...]. Por outro lado, a laboração dos fornos exige facilidades de acesso a matérias-primas [...] acentuando a necessidade da fábrica estar próxima de uma via navegável...»<sup>2</sup>.

### **I.1. A olaria tradicional**

«As ollas que vêem daalem doyro costumaramnas sempre de trazer em collo domeens e de molheres em carregos... pella villa hu se pagam e que descarregam os que veem daaquem doyro na faangas e em Miragaya.»<sup>3</sup>.

Surge assim referida na Inquirição do Rei Afonso IV a velha tradição de trabalhar o barro na cidade do Porto. Os registos documentais que chegaram até aos nossos dias permitiram remontar as olarias mais antigas do Porto à freguesia de Santo Ildefonso<sup>4</sup>.

Pedro Vitorino veio posteriormente alargar tal tese no que respeita à localização da actividade, dizendo que «documentos achados e estudados ultimamente, levam-nos a afirmar que ela estava espalhada já, nos séculos XV e XVI, em toda a cidade e seus

---

<sup>2</sup> Nuno Luís Madureira, in *História de Portugal – Mercado e Privilégios: A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Editorial Estampa, Lisboa 1997, p.177.

<sup>3</sup> *Cerâmica Portuense – Séculos XVIII e XIX*. [Roteiro] – Exposição documental e artística realizada na Casa do Infante, Porto – Janeiro de MCMLXXII, p.20.

<sup>4</sup> António Cruz, *Oleiros do Porto e D'Além-Rio – Subsídios para a História da Cerâmica Portuense*, Porto, 1942, pp.6-12.

subúrbios.»<sup>5</sup>. No entanto, perfilha a hipótese de que a origem das grandes oficinas da cerâmica portuense residirá na modesta oficina do oleiro Martim Gonçalves, o qual, segundo documento datado de 20 de Dezembro de 1460, compareceu na Câmara do Porto a reclamar a citação para “besteiro”, encontrando-se ele escuso de semelhante cargo em razão do seu ofício de oleiro<sup>6</sup>.

Os autores António Cruz e Pedro Vitorino são, no entanto, unânimes ao considerarem que a profusão da olaria se verificava também do outro lado do rio Douro, em Gaia, sendo à olaria tradicional que a indústria cerâmica iria recrutar a mão-de-obra de alguma forma especializada que lhe permitiria iniciar o correspondente processo de produção<sup>7</sup>.

É, pois, opinião generalizada de que já no século XVII a olaria tradicional se encontrava fortemente enraizada um pouco por toda a cidade do Porto, muito embora o movimento cerâmico industrial tenha ganho expressão significativa somente na 2ª metade do Século XVIII com a fundação da Fábrica de Louça de Massarelos e de outras que a secundaram<sup>8</sup>.

## **I.2. A população: moradores e respectiva estrutura socioprofissional**

«Os pescadores que ahi vierem habitar de cada fogo pagarão annualmente um soldo da moeda do Porto, e um sável de cada barco à igreja de Cedofeita, quando os caçarem por meio de Abril pagarão foro das primeiras lampreas [...] e aquelles que não forem pescadores, de cada fogo pagarão annualmente um soldo, e um capão, pelo S. Miguel. [...] Feita esta carta no mês de Setembro era de 1275, e anno de 1237.»<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> *Cerâmica Portuense – Séculos XVIII e XIX*. [Roteiro]..., p.21.

<sup>6</sup> António Cruz, *Oleiros do Porto e D'Além-Rio*..., pp.6-7.

<sup>7</sup> Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuense – Evolução Empresarial E Estruturas Edificadas”, *Portvgalia*, Nova Série, Vol. XVI, 1995, p.205.

<sup>8</sup> *Cerâmica Portuense – Séculos XVIII e XIX*. [Roteiro]..., pp. 19-25.

<sup>9</sup> *O Tripeiro*. Porto. Ano IX. VI Série. Nº 9 (Setembro de 1969). “O velho bairro piscatório de Massarelos – Um pouco da sua História”, p.133.



As referências ao curato de Massarelos e à sua população datam do início da nacionalidade e são elucidativas quanto aos seus modos de vida. O Rei D. Afonso Henriques doara o lugar, em 1148, à Colegiada de S. Martinho de Cedofeita<sup>10</sup>. Os habitantes de “Maçarellos”, cujos direitos de exploração do sal foram doados por D. Dinis, em 1280 e posteriormente por D. Afonso IV, em 1325, à Colegiada de “Citofeyta”, sempre encontraram a sua subsistência nas actividades ligadas ao rio Douro e ao mar tais como na pesca do sável e da lampreia com que pagavam 1/8 ao monarca e a dízima à igreja de Cedofeita<sup>11</sup>.

Os indícios de que Massarelos era uma terra de mareantes e pescadores são também transmitidos pela devoção e pela fé que os seus habitantes sempre nutriram por Nossa Senhora da Boa Viagem e por S. Pedro Gonçalves Telmo, bem como o facto da Capela do Corpo Santo de Massarelos ter sido construída pelo esforço das gentes ligadas às lides marítimas: capitães, pilotos, mestres, marinheiros, pescadores, etc.<sup>12</sup>. A própria constituição da Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos, que teve como seu Juiz honorário D. Henrique, o Infante Navegador, é também um elemento elucidativo quanto à realidade sócio profissional que grassou em tempos idos no dito lugar.

Em Abril de 1758, a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem tinha 209 fogos e, entre presentes e ausentes, teria uma população que rondaria os 800 habitantes que rendiam ao respectivo cura quantia que variava entre 10/12 moedas anuais<sup>13</sup>. Em 1787, 29 anos mais tarde, teria já 324 fogos, 733 homens e 808 mulheres, num total de 1 545 habitantes, os quais geravam à igreja um rendimento de 80\$ Reis<sup>14</sup>.

Feita uma breve análise à evolução da demografia portuense, verifica-se que entre o ano de 1527 e o ano de 1787 a população das freguesias da cidade praticamente quadruplicou, passando de 13 527 para 52 010 habitantes, aproximadamente<sup>15</sup>.

---

10

*Idem, ibidem.*

11

Lúcia Maria Cardoso Rosas, *A Colegiada de São Martinho de Cedofeita do Porto*, S.I.: s. n, D.L., 1988, p.41.

12

*O Tripeiro*. Porto. Ano XIII. V Série. Nº 1 (Março de 1958). “A Confraria das almas do Corpo Santo, de Massarelos”, pp.260-263.

13

“O velho bairro piscatório de Massarelos: Um pouco da sua História”, ...,p.136.

14

P.º Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto*, Livraria Progeditor, Porto, 1945, p.76.

15

Luís A. de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1994, p.265.

Albérico Tavares comunga da opinião de que Massarelos sofreu, na segunda metade do século XVIII, uma alteração substancial no que diz respeito à sua estrutura sócio profissional que até ali, influenciada pela proximidade do rio Douro e do mar, sempre encontrara nas actividades fluviais e marítimas formas de subsistir<sup>16</sup>. No entanto, nas três últimas décadas da referida centúria, assistiu-se a um decréscimo das profissões que encontravam no rio Douro e no mar a sua base de trabalho e a um aumento e diversificação de outras, entre as quais as ligadas à indústria cerâmica<sup>17</sup>.

Do estudo apresentado pelo autor atrás referido, verifica-se que só em 1777 é que surgem os primeiros registos de profissões relacionados com a indústria cerâmica: sete *trabalhadores de fábrica de louça* e um *proprietário de fábrica de louça*<sup>18</sup>.

Da investigação de Cândido dos Santos relativamente à população do Porto, resulta que entre 1780 e 1785 já existiam nas freguesias de Cedofeita, Massarelos e Miragaia profissões que indiciavam o funcionamento em pleno de uma indústria cerâmica, pois na listagem apresentada para o referido período aparecem mencionados, entre outros, *fabricante*<sup>19</sup>, *guarda de fábrica*, *mestres fabricantes*, *trabalhadores de fábrica*, *na azenha de vidro*, *na fábrica de louça*, *oleiros*, etc.<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> Albérico Tavares, “A tributação profissional na freguesia de Massarelos (1762-1789): Contributos para a História económica-social do Porto setecentista”, in *Separata de Revista de História* – U.L. vol. I – 1984, Porto, 1984, p.12.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, pp.13-16.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p.13-17.

<sup>19</sup> «O termo usual era o de “fabricante”, que se aplicava simultaneamente ao artesão, ao mestre, ao dono da oficina e ao indivíduo que dava trabalho a fazer no domicílio. Eram “fabricantes” todos os que, de uma maneira ou de outra, estavam ligados ao mundo da “mecânica”. Mas ao lado da definição tradicional aparecia já a seguinte: “Fabricante” é o dono de uma fábrica, ou de muitas, que não fabrica com as suas mãos, se não com o seu entendimento; e o que o seu entendimento concebe, e a sua vontade ordena, põe em execução o fabricante, que é o mestre ou oficial empregado na fábrica.», Maria Filomena Mónica, in “Capitalistas e industriais (1870-1914)”, *Análise Social*, vol. XXIII (99). 1987- 5º, pp.819-863. [Última consulta em 01.05.2012]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223028371W4IFY9ix0Ky28XO1.pdf>.

<sup>20</sup> Cândido dos Santos, “A População do Porto de 1700 a 1820 – Contribuição para o estudo da demografia urbana”, in *Separata da Revista de História*, vol. I, Centro de História da Universidade do Porto, 1978, pp.23-24.

### I.3. A localização geográfica: a proximidade do rio Douro e do Atlântico

«O lugar de Maçarellos fica no princípio da Província de Entre Douro e Minho, e no Bispado do Porto, Comarca da Maya, cuja freguesia pertence à Insigne Collegiada de S. Martinho de Sedofeita. [...] Está situado no seyo de dous montes, hu, que fica para o Nascente chamado a Torre da marca, outro para o Poente chamado o Pé da Rabia.»<sup>21</sup>.



Fig.1 – Gravura do lugar de Massarelos.

Fonte: *A Ilustração Portuguesa*, nº 44, 3º ano, 16 de Maio de 1887.

Como assim o documentam as memórias paroquiais datadas de 22 de Abril de 1758, Massarelos, na sua condição de lugar termo<sup>22</sup>, ficava situado nos arrabaldes e fora dos muros da cidade do Porto. Implantado ao longo da margem direita do rio Douro, o lugar de Massarelos, parte integrante da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem e da Colegiada de São Martinho de Cedofeita, era delimitado pelo monte da Torre da Marca, a nascente, e pelo da Arrábida, a poente. Esta sua localização ribeirinha, perto da foz de um grande curso de água navegável e do Atlântico, para além de ter sido um dos aspectos que terá levado os fundadores do povoado a fixarem-se naquele local, revestiu-se, pensamos, de suma importância no que respeita à posterior fixação das indústrias.

Por outro lado, a localização de Massarelos nos arrabaldes da cidade do Porto, constituiu desde logo e só por si, uma condição propiciadora de edificação de unidades

21

AN/TT, Memórias Paroquiais: Massarelos, Maia, pp.39-45. PT-TT-MPRQ-22-8. [Última consulta em 04.02.2012]: Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4240643>.

22

«He este lugar termo da cidade do Porto, não tem a si anexo lugares, nem aldeyas, por que he hum dos arrabaldes da mesma cidade.», in AN/TT, Memórias Paroquiais: Massarelos, Maia..., p.39.

fabris pois ia de encontro à imposição municipal que obrigava a que as fábricas fossem construídas fora dos limites urbanos.

#### I.4. Os recursos hídricos

«Nesta terra não há lagoa, nem fonte com especial celebridade, por que as agoas della todas são muito salutíferas, e de gosto excellente, cujas fontes são muitas, e com abundancia de agoas, tanto que com hum grandíssimo obelisco de agoa, que corre pelo meyo deste lugar de Norte a Sul direito, mohem ao mesmo tempo nove azenhas...»<sup>23</sup>.

Rezam, pois, as crónicas, que o Vale de Massarelos, à época, era servido por um abundante manancial de água constituído pelo rio de Vilar, pelas fontes das bicas<sup>24</sup>, da Macieirinha, de Cristelo e das azenhas cujos caudais haveriam de assegurar a força motriz necessária ao funcionamento dos moinhos de apoio à indústria cerâmica.

O Padre Agostinho Rebelo da Costa, a propósito dos recursos hídricos do Porto, deixou escrito que «atravessam a cidade muitos ribeiros de água, que servem uns, para lhe levarem as imundices, e tal é o chamado rio da Vila, outros para neles se lavar roupa e moverem com as suas correntes várias rodas de moinhos e azenhas; há sobre eles algumas pontes de pedra, como a Ponte Nova, que está entre a Rua das Flores e Banharia, cercada de casas e balcões; as das Patas, Cedofeita, Massarelos e outras.»<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> AN/TT, Memórias Paroquiais: *Massarelos, Maia*, pp.39-45. PT-TT-MPRQ-22-8. [Última consulta em 04.02.2012]: Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4240643>.

<sup>24</sup> «Fábrica de Louça de Massarelos com água de bica que lhe vem de prédio próximo e fronteiro pertencente a José Cardoso de Lucena Ferraz e forma um todo que confronta do Norte coma rua da Restauração para onde tem o número cento e vinte-e-dois, do Sul com o Cais das Pedras para onde tem o número cinquenta-e-um (e foi o número cinquenta-e-seis), do Nascente com escadas e viela que vai da rua da Restauração para o Cais das Pedras e do Poente com Ana Lagarinho», In, Vasco Valente, *Uma Dinastia de Ceramistas*, Imprensa Moderna, Porto, 1936, p.17.

<sup>25</sup> Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*,... p.51.

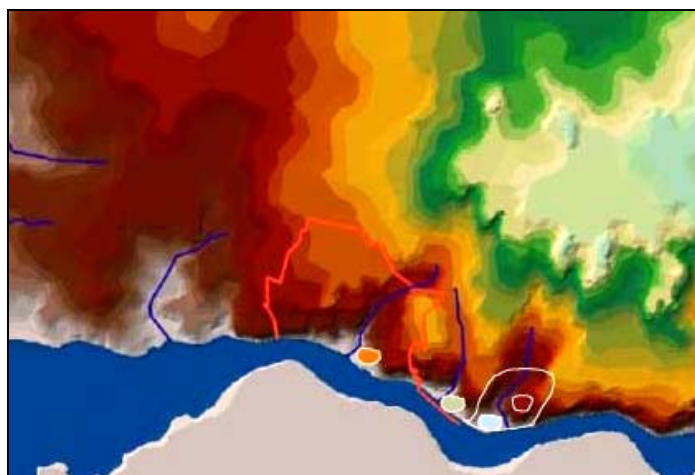


Fig.2 – Carta hidrográfica do Porto virado ao rio Douro.

Fonte: Retirado e adaptado de: *Águas Subterrâneas na área urbana do Porto (Séculos XIX-XX): Potencialidades da análise geográfica de uma Base de Dados Espacial*. [Última consulta em 06.02.2012]. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/l\\_freitas](http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/l_freitas).

O rio de Vilar era alimentado pela confluência de pequenos cursos de água que provinham de locais mais acima onde hoje se situa a Praça da República, do Monte Pedral e do Monte Cativo, entre outros, e, no seu percurso até às águas do Douro, ganhava a força suficiente para mover azenhas e moinhos<sup>26</sup>.

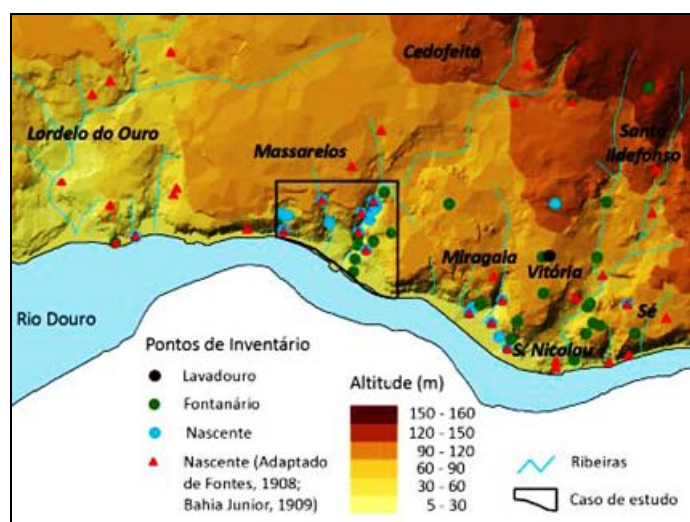


Fig.3 – Mapa de lavadouros, fontanários e nascentes do Vale da Ribeira de Vilar (Massarelos).  
Fonte: Retirado e adaptado de: *Águas Subterrâneas na área urbana do Porto (Séculos XIX-XX): Potencialidades da análise geográfica de uma Base de Dados Espacial*. [Última consulta em 06.02.2012]. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/l\\_freitas](http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/l_freitas).

<sup>26</sup> “O velho bairro piscatório de Massarelos: Um pouco da sua História”,..., p.134.

Segundo as Memórias Paroquiais de 22 de Abril de 1758, escritas pelo cura da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, sobre o lugar de Massarelos, eram nove as azenhas que à época existiam ao longo do curso do rio de Vilar<sup>27</sup>.

A proliferação dos engenhos movidos a água no lugar de Massarelos terá sido deveras significativa e marcante, pois deu origem ao topónimo que ainda hoje subsiste na freguesia de Massarelos, a Rua dos Moinhos.

### I.5. O Cais das Pedras

«Por arte também se faz muito célebre este lugar, não só pela boa arquitectura dos seus edifícios, quintas, jardins e bosques, que tudo faz vistosa galaria para o mesmo rio Douro, senão também pelo magnífico e admirável cais todo de pedra de cantaria fortíssimo, que pelas suas margens se vai continuando...»<sup>28</sup>.



Fig.4 – Gravura do rio Douro com a Torre da Marca e Massarelos ao fundo.

Fonte: Do Porto e não só.... [Última Consulta em 30.09.2012]. Disponível em:

<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/07/planta-topografica-da-cidade-do-porto.html>

<sup>27</sup>

AN/TT, Memórias Paroquiais: *Massarelos, Maia*, pp.39-45. PT-TT-MPRQ-22-8. [Última consulta em

04.02.2012]: Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4240643>

<sup>28</sup>

*Idem, ibidem.*

O Cais das Pedras, inicialmente porto do Crastello<sup>29</sup>, posteriormente Cais da Paixão e, ao tempo de Filipe II, Praia dos Insurrectos, onde atracava e de onde zarpava todo o tipo de embarcações envolvidas no trato comercial, vindas e idas para as mais diversas paragens, beneficiava assim de um conjunto de adequadas e robustas estruturas, as quais, sendo servidas pelas águas do rio Douro, excelente e rápida via de acesso ao mar, constituíram, certamente, um importante factor de decisão no momento da escolha do local para a implementação da unidade fabril.

Desde a antiguidade, como ainda hoje acontece com os cargueiros, porta-contentores e petroleiros, que o transporte pesado de matérias-primas e mercadorias se fazia pelo mar e através dos rios navegáveis por onde os barcos penetravam até aos portos do interior<sup>30</sup>. A facilidade de acesso aos locais de atracagem das embarcações sempre se traduziu numa importante mais-valia para as localidades de que deles dispunham, tendo em conta o que tal significava em economia de custos para qualquer manufactura ou indústria cujo funcionamento dependesse do consumo de grande volume de matérias-primas e cuja viabilidade fosse refém das boas condições de escoamento da produção até aos mercados.

---

<sup>29</sup> Vem assim referido no foral que o Prior de S. Martinho de Cedofeita estabeleceu em 1237: «...a começar no rio Douro no porto do Crastello [...]. Se algum homem de fora vier a este porto com barco, e alli ancorar, pagará tres dinheiros ao meirinho do couto...», in “O velho bairro piscatório de Massarelos. Um pouco da sua História”, ... p.133.

<sup>30</sup> No dizer de Jaime Cortesão, «Para compreender bem a História de Portugal é preciso encará-la nas suas relações com o meio geográfico. [...] A sua riqueza em rios navegáveis [...] e outrora em estuários profundos e bons portos fizeram desse território, segundo a expressão dos geógrafos contemporâneos, um meio de eclosão política. Enfim, devido à sua posição Atlântida, na extremidade S. O. do continente, Portugal era um ponto de escala forçado para os barcos que navegavam entre o Mediterrâneo e as regiões do Norte...», in *A Expansão dos Portugueses na História da Civilização*, Livros Horizonte, Lisboa, 1983.

## **CAPÍTULO II. A Fábrica de Louça de Massarelos: da fundação da unidade fabril à extinção da marca Massarelos**

### **II.1. A fundação da fábrica e a localização inicial**

A fundação da *Fábrica de Louças de Sobre-o-Douro*, posteriormente *Fábrica de Cerâmica de Massarelos* ou *Fábrica de Louça de Faiança de Massarelos* – Porto, aconteceu no século XVIII, numa altura em que a Cidade se desenvolvia demograficamente<sup>31</sup> e progredia por impulso da produção e comércio do Vinho do Porto<sup>32</sup>, situação económica a que não foi alheia a navegabilidade e a proximidade do rio Douro e do mar, mas também, segundo alguns autores<sup>33</sup>, mercê do favorecimento decorrente das políticas proteccionistas pombalinas, as quais proibiam a entrada de louça em Portugal que não fosse oriunda da China ou da Índia<sup>34</sup>.

O autor Jorge Borges de Macedo, a propósito das políticas proteccionistas do Marquês de Pombal, considera que «o fomento pombalino baseia-se no rendimento técnico tradicional, quase sempre intercalado na ordem corporativa. As suas medidas eram

---

<sup>31</sup> Entre 1732 e 1787 o Porto passa dos 23 898 para 52 010 habitantes. Nuno Luís Madureira, in *História de Portugal – Mercado e Privilégios: A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Editorial Estampa, Lisboa 1997, p.352.

<sup>32</sup> Relativamente às causas do desenvolvimento da indústria portuense, Nuno Luís Madureira considera que o impacto das exportações do vinho do Porto foi mínimo comparativamente à importância do aumento demográfico registado, in *História de Portugal – Mercado e Privilégios...*, p.353.

<sup>33</sup> Artur Sandão, in *Faiança Portuguesa – Séculos XVIII – XIX*, Livraria Civilização, 1977, pp.19-20, atribui aos alvarás régios de 1770 e 1794 o êxito da produção de faiança portuguesa, dada a protecção que tal legislação lhes dedicou. Se o primeiro concedeu privilégios relativamente às fábricas de louça estabelecidas ou por estabelecer nas diferentes partes do reino português, o segundo funcionou como um incentivo ao comércio ultramarino.

<sup>34</sup> A propósito, Nuno Luís Madureira refere que «beneficiando da proibição quase geral de importações europeias entre 1770 e 1810, as fábricas de louça instalam-se um pouco por todo o país. Ao mapa de olarias e pequenas oficinas aglomeradas à volta de Aveiro, Coimbra e Lisboa, juntam-se no último quartel de setecentos as fábricas de Vila Real, Faro, Lagos, Crato, Évora, Leiria, Ribatejo e quatro manufacturas de maior dimensão na cidade do Porto.» in *História de Portugal – Mercado e Privilégios...*, p.177.



muitas vezes acompanhadas de regulamentos rigorosos sobre os mestres, contra mestres, oficiais e aprendizes, limitando o seu número nos alvarás concedidos pela Junta do Comércio e tornando o seu aumento dependente de prévia aprovação.»<sup>35</sup>.

Apesar de ser notória alguma divergência de opinião entre os diversos autores no que respeita aos aspectos que terão influenciado positivamente o desenvolvimento industrial portuense, tudo parece indicar que, na segunda metade do século XVIII, a indústria da cidade invicta era ainda essencialmente artesanal, dependendo da força humana e animal e da energia hidráulica, muito embora até à passagem do século a sua evolução se viesse a revelar significativa e digna de registo a todos os níveis, desde a localização geográfica aos meios de produção e aos mercados de venda.

O local que contou com a edificação da Fábrica de Louça de Massarelos situa-se naquela que é hoje a freguesia de Massarelos, no Porto, junto ao Cais das Pedras e à Rua da Restauração, sendo à época referido como “Enxido do Almeiar” no lugar de Cristelo<sup>36</sup>, *Crastelo* ou *Crestelo*, *Sobre Douro* e do *Caes das Pedras*<sup>37</sup>.

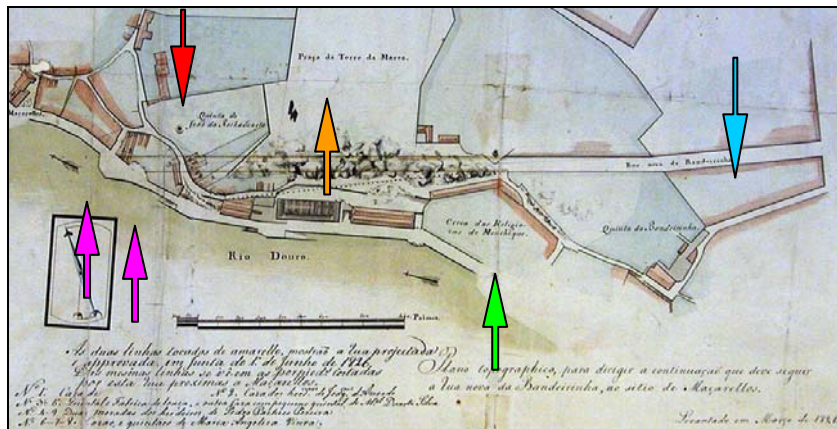


Fig.5 – Plano topográfico datado de Março de 1826 relativo ao projecto da Rua Nova da Bandeirinha (◆) cujo traçado se prolonga pelo terreno da Fábrica de Massarelos com dois edifícios (◆) e onde são visíveis o terreno de João da Rocha Soares (◆), a Praça da Torre da Marca (◆) e a Casa das religiosas de Monchique (◆)<sup>38</sup>.

Fonte: AHMP, *Plantas Topográficas da cidade do Porto* - Telles Ferreira - 1892 (041FD).

35 Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, Moraes Editores, Lisboa, 1982, p.108.

36 *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936 ...*, p.33.

37 *Idem, ibidem*, p.30;

38 No plano topográfico podem ver-se assinalados, com os n.ºs 3 e 5, a Fábrica de Louça e casa com quintal de Manuel Duarte Silva. A proximidade da fábrica ao Cais das Pedras e ao rio Douro é deveras notória.

Um documento transcrito na Monografia de Massarelos situa as instalações da fábrica no «lugar de Sobre Douro, freguezia de Nossa Senhora da Bom a Viagem; do lugar de Massarellos cuja propriedade he de natureza de prazo factuozim perpetuum forreira a Insigne Colegiada de São Martinho de Cedofeita; aquém se paga de renda, foro, a penção em cada hu anno mil e seiscentos reis [...]»<sup>39</sup>.

Manuel Duarte Silva, neto do fundador da fábrica de Massarelos, nas alegações que fez durante o embargo à penhora que lhe fora movida pelo Cabido da Colegiada de São Martinho de Cedofeita, refere que «todo o terreno desde Monxique ao Mosqueiro (sic) dentro de cujo espasso fica o Enxido de Almiar hera antigamente hum penhasco com monte da Rabida antes de se romper; e hera público e baldio sem se reconhecer senhorio particular e no sítio que o Avô do embargante edificou a Fábrica da louça corria hum regato aonde lavarão as lavadeiras e gente de Massarelos e havião pedras para amarração de navios existindo terreno de uso do público.»<sup>40</sup>.

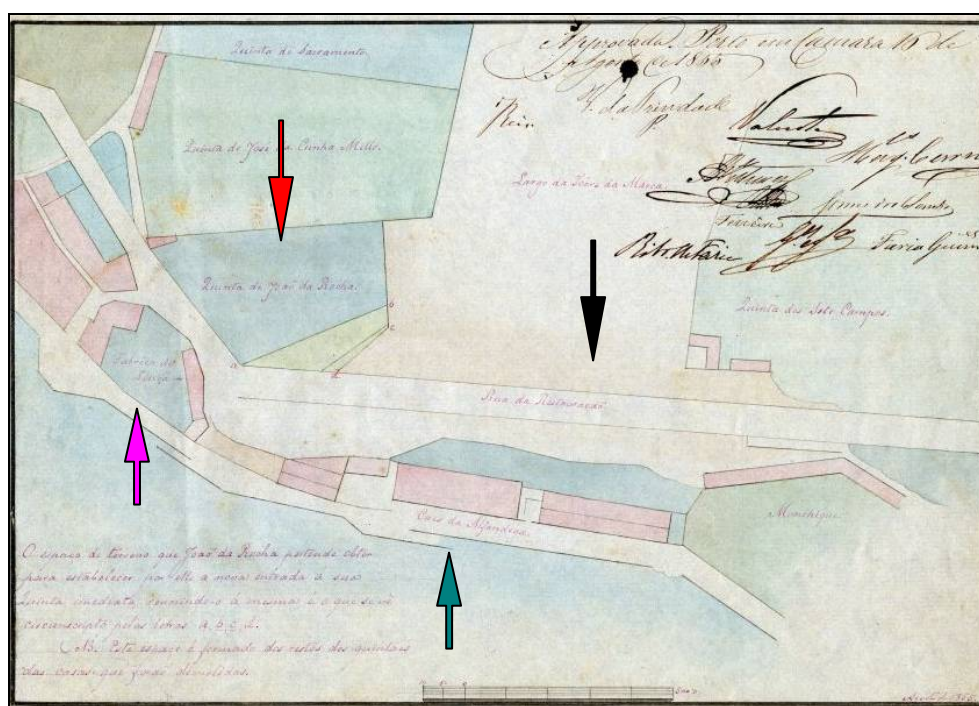


Fig.6 – Plano topográfico datado de Agosto de 1855, onde é assinalada a Fábrica de Louça (◆), o Cais da Alfândega (◆), a Rua da Restauração (◆) e a Quinta de João da Rocha (◆) .

Fonte: AHMP, *Plantas Topográficas da cidade do Porto* – Telles Ferreira - 1892 (356FD).

39

Júlio Couto, *Monografia de Massarelos*, Edição de Junta de Freguesia de Massarelos, Porto,1993, p.361.

40

*Fábrica de Massarellos Porto, 1763 – 1936 ...*, p.31.

## II.2. O fundador

«Manoel filho legítimo de João Duarte, e de sua mulher Anna da Silva moradores no Sequeiro lugar desta freguesia, nasceu aos quinze dias do mez de Setembro de mil setecentos e vinte e quatro annos...»<sup>41</sup>.

Manuel Duarte Silva, o fundador e responsável pela edificação da Fábrica de Louça de Massarelos<sup>42</sup>, considerando a documentação manuscrita que chegou até aos nossos dias e a interpretação que lhe tem sido dada por historiadores e por todos aqueles que se têm debruçado sobre a questão, nasceu no lugar de Sequeiro da freguesia de São Tomé de Caldelas, do Concelho de Guimarães, no dia 15 de Setembro de 1724 e morreu no dia 19 de Outubro de 1777, em Massarelos, em cujo cemitério foi sepultado<sup>43</sup>.

O contrato de venda de terreno situado no lugar de Sobre Douro que Manuel Soares e sua mulher Teodósia Bernardina de Jesus estabeleceram, no dia 03 de Julho de 1758, com Manuel Duarte Silva, homem de negócios do Porto<sup>44</sup>, é um forte indicador de que este vimaranense, então com 33 anos de idade, começara a investir naquela que haveria de ser a base da sua futura indústria.

O *Auto de Vistorias*, datado de 28 de Julho de 1763, existente no Arquivo Histórico Municipal do Porto, já refere as obras «das duas fábricas que pretende estabelecer Manoel Duarte Silva homem de negócios desta cidade...»<sup>45</sup>. Esta alusão é definitivamente esclarecedora no que respeita ao efectivo fundador da Fábrica de Louça de Massarelos.

A esse propósito, *O Tripeiro*, no capítulo das efemérides portuenses, publicava que no dia 22 de Janeiro de 1760 Manuel Duarte Silva comprara o terreno para a construção

---

<sup>41</sup> AMAP, Paróquia de S. Tomé de Caldelas, Lv.4º, p.161.

<sup>42</sup> Esta tem sido a designação mais corrente e mais generalizada.

<sup>43</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936...* p.37. / Manuel Leão, “A Fábrica de Cerâmica de Massarelos”, in *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Junho de 2008, nº 66, 11º Volume, pp.16-18.

<sup>44</sup> ADP, 6º Cartório notarial do Porto, 4ª Série, Lv.10, pp.50v-53.

<sup>45</sup> AHMP, Auto de Vistorias, Lv.3, nº 2278, pp.99-100v (Cota actual: A-PUB-03417).

«de oficinas, armazéns, fornos, telheiros, tanques para coar barros e materiais»<sup>46</sup> pelo preço de seis mil reis, quantia considerada avultadíssima para a época.

### II.3. A questão do ano da fundação e do início da laboração

«Auto de versturia feito no citio da entrada de Massarellos por sima do quaes na obra que anda principiari de M[anu]el Duarte S[il]va desta cid[ad]e. Aos vinte e oito dias do mes de Julho de mil setecentos e seçenta e tres annos no sitio da emtrada de Massarellos nas obras que pretende fazer Manoel Duarte Silva aonde foy vindo o Doutor Juis de fora do çivel. Vereadores, p[ro]cura[d]or da cid[ad]e todos abaixo assignados para efeito de detreminar digo de aberiguar se os almezens das duas fabricas q[ue] pertende estabelecer M[anu]el Duarte S[il]va homem de neg[o]cio desta ci[da]de no terreno q[ue] se acha entre o caminho q[ue] vay p[ar]a o lugar de Massarellos e o quais velho...»<sup>47</sup>.

Tendo por base *notas* de J. de Vasconcelos, Pedro Vitorino deixou escrito que a “Fábrica de Cerâmica de Massarelos” foi fundada por Manuel Duarte Silva, decorria o ano de 1738, na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Massarelos, no Porto, mais precisamente no sítio denominado de *Sôbre-o-Douro*.

Vasco Valente, entretanto, veio contradizer esta tese baseando-se, para tal, na análise de uma certidão da 1ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Predial do Porto referente ao empraçamento de um terreno, sito no *enxido do Almejar*, em Massarelos, feito no dia 20 de Novembro de 1766 ao fundador da Fábrica, Manuel Duarte da Silva. Este autor é assim da opinião que se o empraçamento do terreno foi feito em 1766 a data da fundação terá que ser forçosamente posterior.

Relativamente à questão sempre presente de que efectivamente poderá ter existido no mesmo local uma unidade fabril anterior, Isabel Maria Fernandes é mais ponderada quanto à possibilidade de que assim tenha sido pois se o empraçamento do terreno não

---

<sup>46</sup> *O Tripeiro*, V Série, ano X, nº 9, 1955, p.20.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*.

constitui factio impeditivo já considera estranho que o pároco de Massarelos não a tenha mencionado no inquérito de 1758<sup>48</sup>.

O Ano de 1738 voltou a ficar associado à fundação da fábrica com a retoma da denominação Fábrica de Louças «Massarelos», Lda.<sup>49</sup> quando a sociedade proprietária da unidade industrial já instalada em Quebrantões do Norte lhe acrescentou os dizeres “FUNDADA EM 1738”<sup>50</sup>. A figura seguinte, onde é visível o probatório placar afixado nas paredes exteriores do edifício, é elucidativa da vontade de remeter para tempos ainda mais longínquos a fundação da fábrica.



Fig.7 – Foto da Fábrica de Cerâmica de Massarelos – unidade de Quebrantões Norte.

Fonte: *Fábrica de Massarelos Porto, 1763-1936...*,p.35.

Mais refere a autora atrás citada que o Auto de Vistorias, acima transcrito, veio reforçar a tese defendida por Vasco Valente no que respeita ao não reconhecimento de 1738 como o ano da fundação da dita unidade fabril.

De resto, para além do ano de 1766, apontado por Vasco Valente, também os anos de 1763 e 1764 têm sido indicados como anos de construção e de início de laboração, respectivamente<sup>51</sup>.

Consultados os livro de *Maneyo* da Freguesia referentes aos anos de 1762 e 1763 verifica-se que não consta nenhum Manoel Duarte Silva como sendo morador ou com

---

<sup>48</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936...*, p.35.

<sup>49</sup> No Anuário Comercial do Porto referente ao ano de 1946, no capítulo das louças e porcelana (fábricas), verifica-se o ressurgimento da denominação “Fábrica de Louças Massarelos, Lda.”, instalada no Monte do Seminário, in *Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, 1947.

<sup>50</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936...*, p.35.

<sup>51</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936...*, pp.35-36.

actividade em Massarelos<sup>52</sup>. No entanto, no ano de 1768 consta que um Manoel (?) da Silva, com o nº 48, pagou \$800+\$800=1\$600 e, ainda, que um Manoel Duarte (?), com o nº 62, pagou \$600+\$600 = 1\$200<sup>53</sup>.

Na falta de uma certidão original e autêntica que possa atestar o efectivo ano da fundação e do início da laboração da fábrica, será o auto de vistoria atrás referido o documento a ter em conta como referência relativamente a tais questões. Tal situação é corroborada pelo texto que nos deixou escrito o pároco de Massarelos já citado. Empenhado em realçar o que de melhor apresentava o lugar, o religioso dedicou especial ênfase à abundância de água, ao rio Douro e ao Cais das Pedras não fazendo qualquer menção à existência de indústrias.

Alguns autores, tendo como certo que no ano de 1763 a fábrica ainda se encontrava em fase de construção, têm sustentado que a laboração terá tido início no ano seguinte<sup>54</sup>.

Efectivamente, no capítulo reservado às observações do “Mapa da Fábrica de Louça sita em SobreDouro Freguezia da Boa Viagem da qual he Proprietário Manoel Duarte Silva”, respeitante ao ano de 1829, foi feito constar que «Esta Fábrica a mais antiga no seu genero pois foi estabelecida em 1764 pelo avô do actual Proprietário [...]»<sup>55</sup>.

Noutra certidão exarada na Secretaria da Real Junta do Comércio no dia 3 de Novembro de 1815, a fábrica de louça é referida como um estabelecimento muito antigo que data do ano de 1764 como indicaria documento junto a requerimento feito por Manuel Duarte Silva (neto)<sup>56</sup>.

---

<sup>52</sup> AHMP, Livros da décima e meneio de Massarelos, 1762-1763 (Cota actual: A-PUB/4271).

<sup>53</sup> *Idem*, Livros da décima e meneio de Massarelos, 1768 (Cota actual: A-PUB/4276), pp.6v-8.

<sup>54</sup> José Manuel Lopes Cordeiro é da opinião que a construção da fábrica ocorreu durante o ano de 1763 e que a laboração foi iniciada no ano de 1764, in “Fontes para a História da Indústria Portuense: O mapa da fábricas de 1820”, *Separata dos Cadernos Noroeste*, Série História 3, Volume 20 (1-2), 2003, pp.220-221.

<sup>55</sup> AHMOPTC, JC 12, *Mapa da Fábrica de Louça sita em Sobre Douro Freguezia da Boa Viagem da qual he Proprietário Manoel Duarte Silva*, datado de 1930, p.155.

<sup>56</sup> AHMOPTC, JC 8, *Processos de licenciamento de Fábricas e matrículas de servidores de louça (1780-1833)*, pp.459-480.

#### II.4. A questão da “REAL” designação

«Fabricasse Louça para Meza em hua fabrica Regular em Massarellos a sua obra he m.to bem executada mas qualidade do barro não he da melhor, e tem bom conçumo para o Reyno ep<sup>a</sup> a América.»<sup>57</sup>.

Quanto ao título de “Real”, defendido por muitos dos ceramistas que se seguiram a Joaquim de Vasconcelos, Vasco Valente serviu-se das palavras de José Queirós para excluir tal designação pois se à Fábrica tivesse sido atribuído o título de “Real” as peças produzidas, bem como os correspondentes exemplares de facturação, exibiriam naturalmente tal legenda<sup>58</sup>.

Em boa verdade, pese embora toda a documentação compulsada e outra que aturadamente se consultou, não se logrou em nenhum momento encontrar qualquer menção, evidência ou mesmo indício de que a Fábrica de Louça de Massarelos tenha alguma vez sido contemplada com a “Real” designação, contrariamente, por exemplo, ao que aconteceu com a “Real Fábrica do Rato”, sua contemporânea e congénere na produção cerâmica.

A transcrição que encima este subcapítulo, extraída do apêndice documental «Fábricas que prezentemente ezistem nesta cidade do Porto» cuja elaboração Aurélio de Oliveira situa na última década do século XVIII (1790), poderá talvez contribuir, muito embora não definitivamente, para que a questão da “Real” designação possa ser observada com mais objectividade.

Ora, o autor do pequeno texto, tudo indica contemporâneo da fundação da unidade fabril, refere ainda que «Esta Fábrica tem feito progreço por ser única a ser bem Administrada eter adquirido protecção do Governador desta Cid. e aquém se deve este estabelecimentos.»<sup>59</sup>. Se por um lado a fábrica é intitulada de “Regular”, por outro apenas lhe é mencionada a protecção que o Governador do Porto lhe conferiu.

---

<sup>57</sup> Aurélio Oliveira, “As indústrias no Porto nos finais do século VXIII”, *Actas do Colóquio*: “A indústria portuense em perspectiva histórica”, Coord. Jorge Fernandes Alves, Edição CLC - FLUP, Porto, 1997, p.300.

<sup>58</sup> Vasco Valente, *Uma Dinastia de Ceramistas*, Imprensa Moderna, Porto, 1936, p.12 e 20.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem.*

## II.5. A continuidade: da gestão em contexto familiar à chegada dos ingleses e dos seus capitais

Após a morte de Manuel Duarte Silva, a firma manter-se-ia na posse dos seus herdeiros e continuaria a ser gerida em contexto familiar. Primeiro por sua viúva Rosa Bernardina da Silva e, posteriormente, por Domingos Ferreira da Silva Guimarães, seu genro por casamento com sua filha Quitéria Rosa Felizarda<sup>60</sup>.

Ainda em vida, Manuel Duarte Silva e sua mulher Rosa Bernardina da Silva doaram, por dote de casamento e em escritura lavrada no dia 30 de Abril de 1774, a propriedade e a fábrica de Massarelos<sup>61</sup> a esta sua filha Quitéria Rosa Felizarda e a Domingos Ferreira da Silva Guimarães, seu futuro marido.

Com o falecimento de Domingos Ferreira da Silva Guimarães, em 1788<sup>62</sup>, os destinos da Fábrica de Louça de Massarelos foram assegurados por seu filho Manuel Duarte Silva, neto do fundador<sup>63</sup>, muito embora durante a sua menoridade a fábrica tenha sido gerida, pelo seu tutor ou por Rocha Soares<sup>64</sup>.

Segundo Vasco Valente, Francisco da Rocha Soares, casado com Rosa Raimunda Pereira e proprietário da Fábrica de Miragaia, explorou a Fábrica de Louça Massarelos no período de tempo compreendido entre 1819 e 1829 e também a de Santo António do Vale da Piedade, entre 1824 e 1826. Nascido no ano de 1752, o referido empresário faleceu no ano de 1829<sup>65</sup>.

Mais tarde, no ano de 1829 e numa altura em que a firma enfrentava uma crise financeira, Manuel Duarte Silva arrendou a fábrica a Francisco da Rocha Soares<sup>66</sup>. Este empresário, casado com Maria Emerenciana Pereira Basto, foi proprietário da Fábrica

---

<sup>60</sup> Manuel Leão, “A Fábrica de Cerâmica de Massarelos...”, p.17.

<sup>61</sup> ADP, 6º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.120, pp.20-22v.

<sup>62</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, Edição Manaus, Porto, 1950, p.34.

<sup>63</sup> Manuel Leão, “A Fábrica de Cerâmica de Massarelos”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, nº 66,

11º Volume, Junho de 2008, pp.16-18.

<sup>64</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, ..., pp.34-35.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*, p.30.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, pp.35-38.



de Miragaia a qual explorou em simultâneo com a de Massarelos, de 1829 a 1844, e com a de Santo António do Vale da Piedade, de 1829 a 1833<sup>67</sup>. Nascido no dia 24 de Janeiro de 1806, viria a falecer no dia 20 de Março de 1857.

O domínio da produção da fábrica de louça voltaria a pertencer à família do fundador através da constituição da firma Silva Guimarães & Irmãs que seria integrada por Domingos Ferreira da Silva Guimarães, na qualidade de administrador, e por suas duas irmãs, todos filhos de Manuel Duarte Silva (neto)<sup>68</sup>.

Sabe-se que no dia 28 de Outubro de 1845 *O Periódico dos Pobres do Porto* publicou um anúncio onde Domingos Ferreira da Silva Guimarães manifestou a intenção de arrendar a unidade fabril<sup>69</sup>. Nesse mesmo ano Manuel Duarte Silva faleceu<sup>70</sup> e aquele seu filho acabou por vender a Fábrica de Louça de Massarelos ao antigo gestor João da Rocha e Sousa, seu tio por afinidade<sup>71</sup>.

Com a morte de João da Rocha e Sousa, no ano de 1870, tomaram conta da gestão da fábrica os seus sobrinhos Leonor Augusta da Rocha Lima e marido, António Rodrigues de Sá Lima<sup>72</sup>.

Em 8 de Setembro de 1873, os dois filhos de António Rodrigues de Sá Lima, António Rodrigues de Sá Lima Júnior e João da Rocha e Sousa Lima, constituíram a sociedade comercial sob a firma Sá Lima & Irmão<sup>73</sup> e passaram a explorar a unidade fabril. Para isso celebraram com o pai, proprietário da mesma, um contrato de arrendamento<sup>74</sup>. Esta sociedade tinha como objecto o fabrico de louça e cal.

---

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, p.30.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*, p.38.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p.38.

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, p.38.

<sup>71</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, ..., p.39. João de Rocha e Sousa, casado com D. Maria Maximiana de Sá, comprou a Fábrica de Massarelos e foi arrendatário da do Cavaquinho, p.30.

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*, p.39.

<sup>73</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv.601, pp.9v-11v.

<sup>74</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*..., p.39.

Falecido António Rodrigues de Sá Lima, no dia 16 de Maio de 1876, a viúva, Leonor Augusta da Rocha Lima, procedeu à partilha dos bens pelos diversos herdeiros e com a dissolução da firma Sá Lima & Irmão<sup>75</sup>, acto formalizado no dia 30 de Janeiro de 1878, o arrendamento passaria a ser titulado apenas por João da Rocha e Sousa Lima, ficando seu irmão com a tutela de exploração do forno de cal na Quinta Seca, sito próximo das instalações da fábrica, como o confirma o excerto da escritura lavrada: «...ao primeiro outorgante António Rodrigues de Sá Lima fica pertencendo tudo o que diz respeito ao forno de cal e gesso [...] e ao segundo outorgante João da Rocha e Sousa Lima fica pertencendo tudo o que diz respeito à fábrica da louça...»<sup>76</sup>.

No ano de 1889 a produção da Fábrica de Louça de Massarelos passou para a alçada da viúva de João da Rocha e Sousa Lima, D. Clementina Vieira da Costa Lima, situação que se manteve até 1892 quando a unidade fabril foi arrendada a Francisco Ferreira Rebelo<sup>77</sup>.

No espaço de tempo que mediou entre os anos de 1895 e 1900 a fábrica não laborou, sendo depois arrendada por Leonor Augusta da Rocha Lima a João Carlos Régis de Lima, por um período de 15 anos e por escritura datada de 1 de Agosto de 1900<sup>78</sup>.

O que resulta da análise da documentação existente e da interpretação dos diversos estudiosos é que desde a fundação até ao ocaso do século XIX a Fábrica de Louça de Massarelos foi praticamente administrada em contextos familiares.

Por outro lado, verifica-se que a sua administração foi comum à de outras fábricas de cerâmica da zona e, efectivamente, durante alguns anos sofreu uma forte influência ou foi mantida sobre uma constante dependência dos proprietários e gestores da Fábrica de Miragaia<sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> ADP, 8º Cartório Notarial do Porto, lv.563, pp.1-1v.

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, pp.39-40.

<sup>77</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936...* pp.38-39.

<sup>78</sup> ADP, 4º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.839, pp.8-9.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p.30.

Com o advento do século XX, no dia 31 de Julho de 1901, Régis de Lima que já era arrendatário da fábrica desde 1 de Agosto de 1900, cedeu-a, também por arrendamento, a William Maclaren que, no dia 09 de Novembro seguinte, constituiu uma sociedade comanditária simples juntamente com Archibald James Wall, Charles Frederick Chambers, Alberto Henrique Andresen, Errington Dawson, Francis Errington Dawson e Manuel da Silva Cruz à qual deram o nome de Maclaren, Wall & Comandita<sup>80</sup> pondo assim fim ao ciclo atrás mencionado<sup>81</sup>.

Recuando à década de sessenta do século XIX, verifica-se que os estrangeiros<sup>82</sup>, entre os quais os ingleses, ocupavam posições preponderantes em sectores chave da economia portuguesa, como foi o caso da indústria, banca, negócios, mas também em todo o sistema produtivo luso, escapando a essa supremacia a cidade do Porto. Na verdade, estabelecidos maioritariamente em Lisboa, Porto e Funchal, os ingleses distinguiram-se enquanto investidores activos, no mercado de capitais e no tecido industrial<sup>83</sup>.

A supremacia dos ingleses começara a desenhar-se com o tratado de Methwen, logo no início do século XVIII, e até mesmo antes com o tratado de 1654<sup>84</sup>.

No que respeita à Fábrica de Louça de Massarelos, a influência dos ingleses, iniciada com a chegada de William Maclaren, manter-se-ia durante as três primeiras décadas do século XX, adaptando a própria estrutura empresarial que seria marcada pelo encaixe de

---

<sup>80</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv.787, pp.35v-39v.

<sup>81</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, ..., p.41.

<sup>82</sup> «Em Portugal, o caminho que levava um pequeno fabricante a tornar-se um grande industrial deve ter sido particularmente estreito. Não seria difícil montar uma oficina [...] ou uma olaria de reduzidas dimensões; o mesmo se não passava com fábricas, obra de gente abastada, com fortunas feitas, em muitos casos, no Brasil. Estes grandes comerciantes constituíram um dos pilares fundamentais da industrialização portuguesa; o outro veio de fora. Ao ler a lista dos fundadores, deparam-se-nos sucessivas vagas de apelidos estrangeiros, os Grahams, os Daupias, os Schalks, os Peters, os Futchers, os Gilmans, os Garrêcs, os Robinsos, etc. Era uma nova imigração, que se sucedia à promovida, cem anos antes, por Pombal.», in Maria Filomena Mónica, “Capitalistas e industriais (1870-1914), *Análise Social*, vol. XXIII (99). 1987 - 5º, pp.819-863. [Última consulta em 01.04.2012]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223028371W4IFY9ix0Ky28XO1.pdf>.

<sup>83</sup> Armando Castro, “O Porto na transição para o sistema económico contemporâneo (Do 1º para o 2º quartel do Século XIX)”, in *Separata da Revista da História*, vol. II, 1979, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1979, pp.116-117.

<sup>84</sup> Aurélio de Oliveira, Jaime Garcia Lombardero, “Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto – Sua região e a Galiza na época moderna – Séc. XVII, XVIII”, in *Separata da Revista da História*..., pp.122-123.

capitais, pelo investimento em nova unidade de produção, pelo desenvolvimento industrial e por novas produções, em resposta aos desafios dos novos tempos e dos novos mercados. A mudança começaria logo em Setembro de 1901 com a constituição da sociedade comanditária simples e, posteriormente em 26 de Abril de 1904, quando foi alterada para sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, passando a designar-se Empresa Cerâmica Portuense, Limitada<sup>85</sup>.

No dia 24 de Março de 1906, por cessão de quotas de Archibald James Wall, Andressen e Francis Dawson, entraram para a sociedade George James Lind, Guilherme Henrique Andresen e Manuel José da Silva Couto<sup>86</sup>. Ainda nesse ano, a 18 de Dezembro, a Empresa Cerâmica Portuense, Limitada, foi matriculada na Conservatória do Registo Comercial<sup>87</sup>. Mais tarde, em 13 de Junho de 1908, Archibald J. Wall<sup>88</sup> arrematou em praça a quota do falido William Maclaren.

Alguns anos passados, em 1911, as alterações voltariam a acontecer na constituição da sociedade. A 09 de Novembro, Charles Frederick Chambers adquiriu as quotas de Francis e Errington Dawson e a 21 de Dezembro, a de Manuel da Silva Cruz. Nessa mesma data Charles John Chambers comprou as participações de Alberto H. Andresen e de Guilherme H. Andresen, Archibald J Wall as de George Lind e Charles Frederick Chambers e as de Manuel Couto<sup>89</sup>.

No dia 18 de Setembro de 1912, foi lavrada escritura de dissolução e liquidação da Empresa Cerâmica Portuense, Limitada<sup>90</sup> sendo na mesma data constituída a sociedade comercial em nome colectivo Chambers & Wall, integrada por Archibald James Wall, Charles Frederick Chambers, Charles John Chambers e Beatrice Louise Wall, casada com o primeiro. Esta firma, que tinha «por objecto exercer a indústria e comércio de fabrico e venda de louça e outros artigos de cerâmica...»<sup>91</sup> explorou a Fábrica de Louça

---

<sup>85</sup> Vasco Valente, *Uma Dinastia de Ceramistas...*, p.19 / ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv.787, p.35 / ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv. 799, pp.11v a 14.

<sup>86</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv. 799, pp.11v a 14.

<sup>87</sup> Vasco Valente, *Uma Dinastia de Ceramistas...*, p.31.

<sup>88</sup> *Idem, ibidem*, p.19.

<sup>89</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv. 831, pp..59 a 60.

<sup>90</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv.836, pp.59, 61v-64v.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p.62.

de Massarelos até 1920, altura em que as respectivas instalações foram completamente destruídas por um incêndio<sup>92</sup>.

Antes desse infortúnio, no dia 5 de Março de 1914, tinha sido lavrado contrato de arrendamento, com promessa de venda da Fábrica de Louça de Massarelos, entre os herdeiros de Leonor Augusta da Rocha Lima (Leonor Lima Pacheco e outros), e Archibald James Wall, na qualidade de sócio gerente e enquanto legal representante da firma arrendatária, Chambers & Wall. Estabelecia o contrato que no caso de destruição total ou em parte igual ou superior a dois terços não haveria lugar à reconstrução das instalações<sup>93</sup>.

Efectivamente, a unidade industrial pioneira na produção de louça cerâmica sita no Lugar de Massarelos, com escritório no nº 122 da Rua da Restauração no Porto<sup>94</sup>, seria definitivamente desactivada<sup>95</sup>.

**Quadro cronológico dos proprietários das instalações da Fábrica de Louça de Massarelos e das firmas que por arrendamento a exploraram até à desactivação**

<b>Período</b>	<b>Local</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Industrial / firma</b>
1763 - 1774	Massarelos	Manuel Duarte Silva (fundador)	O proprietário
30.04.1774 (?.?) 1776	Idem	Quitéria Rosa Felizarda da Silva e Domingos Ferreira da Silva Guimarães	Os proprietários e Manuel Duarte Silva
1777 - 1788	Idem	Idem	Os proprietários e Rosa Bernardina viúva de Manuel Duarte Silva
1788 - 1819	Idem	Manuel Duarte Silva	Rosa Bernardina Manuel Duarte Silva (neto)
1819 - 1829	Idem	Manuel Duarte Silva	Francisco da Rocha Soares

<sup>92</sup> Vasco Valente, *Uma Dinastia de Ceramistas...*, p.19.

<sup>93</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuguesa do Século XVIII e XIX, ...*, p.43.

<sup>94</sup> *Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, Porto, 1915, p.155.

<sup>95</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936, ...*, p.61. / Teresa, et. al., “A Cerâmica Portuguesa – Evolução Empresarial e estruturas Edificadas”, *Portvgalia*, Nova Série, Volume XVI, 1995, p.22.

<b>Período</b>	<b>Local</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Industrial / firma</b>
1830 - 1845	Idem	Herdeiros de Manuel Duarte Silva: Domingos Ferreira da Silva Guimarães e irmãs	Silva Guimarães & Irmãs, firma constituída pelos proprietários
1845 - 1870	Idem	João da Rocha Soares	O proprietário
1870 - 1873	Idem	Leonor Augusta da Rocha Lima e marido António Rodrigues de Sá Lima	Os proprietários
08.09.1873 30.01.1878	Idem	Idem	Sá Lima & Irmão, firma constituída pelos dois filhos dos proprietários: António Rodrigues de Sá Lima e João da Rocha Sousa Lima
1878 - 1889	Idem	Idem	António Rodrigues de Sá Lima
1889 - 1890	Idem	Idem	Clementina Vieira da Costa Lima (viúva de João da Rocha e Sousa Lima)
1890 - 1992	Idem	Idem	Clementina Vieira da Costa Lima e Álvaro Arnaud, seu segundo marido
1892 - 1895	Idem	Idem	Francisco Ferreira Rebelo
1895 - 1900	Idem	Idem	A fábrica foi mantida inactiva
01.08.1900 31.06.1901	Idem	Leonor Augusta da Rocha Lima	João Carlos Régis de Lima
31.06.1901 09.11.1901	Idem	Idem	William Maclaren
09.11.1901 26.04.1904	Idem	Idem	Maclaren, Wall & Comandita <sup>96</sup>

<sup>96</sup>

O artigo primeiro da respectiva escritura estabelece que: «Esta sociedade é constituída em commandita simples para o fim de explorar a fábrica de louça de Massarelos, produzindo e vendendo os artigos fabricados: Segundo - A sua sede é nesta cidade, rua da Restauração numero cento e vinte e dous, e não tem sucursais - e durará por tempo indeterminado.», in ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv.878, p.16.

Período	Local	Proprietário	Industrial / firma
26.04.1904 18.09.1912	Idem <sup>97</sup>	Idem	Empresa Cerâmica Portuense, Limitada. <sup>98</sup>
18.09.1912 11.03.1920	Idem <sup>99</sup>	Herdeiros de Leonor Augusta da Rocha Lima	Chambers & Wall

## II.6. O incêndio de 1920 e a desactivação da unidade fabril

«Violento incêndio – Fábrica em Chamas: Como *O Commercio do Porto* noticiou ontem em – última hora – e depois ampliou nos cartazes afixados nos lugares do costume, um violento incêndio destruiu a maior parte da importante fábrica de louça de Massarelos, sita no ângulo das Ruas da Restauração e Sobre Douro, propriedade da firma Chambers & Wall.»<sup>100</sup>.

O facto foi amplamente divulgado através de notícias publicadas em praticamente toda a imprensa periódica da época.

*O Primeiro de Janeiro*, publicado no dia 11 de Março do mesmo ano, fez saber ao público que: «Próximo das 3 horas da madrugada, quando novamente voltava a fazer a vistoria [o guarda da fábrica...] começou a sentir o cheiro a chausco, e procurando indagar a

<sup>97</sup>

Em 1904 a sociedade detentora da exploração da fábrica de Massarelos adquiriu instalações fabris em Quebrantões Norte onde fixou sede e onde passou a produzir tubos de grés e louça sanitária. in “Subsídios para a história da cerâmica portuense”, *O Tripeiro*. Ano IX.VI Série. Nº9 (Setembro de 1969).

<sup>98</sup>

Os termos da respectiva escritura são claros quanto às motivações da constituição da sociedade como resulta da seguinte transcrição: «Artigo segundo – O seu fim social é a exploração da fábrica de louça de Massarelos e outras, produção e venda dos artigos fabricados, e a exploração e fabrico de outros artigos de cerâmica. Artigo terceiro – A sede da sociedade é na cidade do Porto, Quinta de Roriz, Lugar de Quebrantões do Norte. Não tem por enquanto sucursais, mas poderá estabelecer-las logo que isso lhe convenha.», ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, lv.787, p.36.

<sup>99</sup>

As instalações de Massarelos foram praticamente destruídas pelo incêndio da madrugada de 11 de Março de 1920, in *Fábrica de Louça de Massarelos Porto, 1763 - 1936*,...p.61 /Teresa, et. al., “A Cerâmica Portuense - Evolução Empresarial e Estruturas Edificadas”, *Portvgalia*, Nova Série, volume XVI, 1995, p.22 / *O Comércio do Porto* -

Quinta-feira 11 de Março de 1920, p.1.

<sup>100</sup>

*O Comércio do Porto*. Quinta-feira, 11 de Março de 1920.

causa, de subito viu-se envolvido por uma densa nuvem de fumo [...]. Pelo que se averiguou, o fogo teve origem na secção das olarias, desconfiando-se que talvez devido a alguma braza mal apagada dum fogareiro que ali esteve aceso, passando à secção de estampanaria onde existiam algumas caixas e barris com drogas [...] Os bombeiros trataram de cortar a marcha do incêndio, afim de não passar à residência do gerente e a um depósito de carvão e lenha que estavam pegados e para isso atacaram a parte onde existem os fornos [...] de resto a fábrica ardeu por completo [...] A fábrica estava segura nas companhias Royal e Comercial Union (inglezas). O prédio que pertence aos herdeiros de D. Leonor Augusta da Rocha Lima, estava seguro nas Companhias Bonança, Garantia e Norwich Union. Toda a escrituração e valores estavam depositados em três cofres que abateram juntamente com o pavimento [...]»<sup>101</sup>.

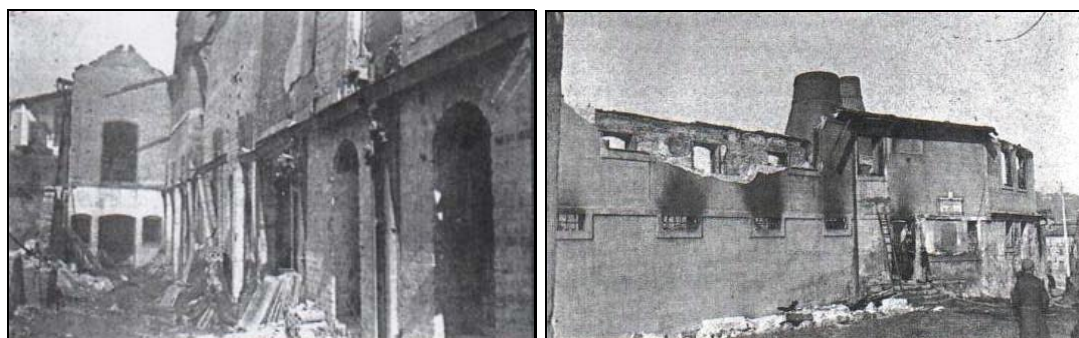


Fig.8 e 9 – Ruínas da Fábrica de Massarelos depois do Incêndio de 1920.

Fonte: *Fábrica de Massarellos Porto, 1763-1936, ...p.59.*

O incêndio de 10 de Março de 1920 que destruiu definitivamente a fábrica de louça de Massarelos, sita no lugar de Massarelos, mereceu também destaque na revista inglesa *The Pottery Gazette And Glass Trade Review*, conforme noticiou *O Tripeiro* a propósito do cinquentenário da tragédia na crónica intitulada “Comunicação aos leitores”<sup>102</sup>.

Esta calamidade destruiria para sempre grande parte do espólio documental que poderia contribuir para o cabal esclarecimento do funcionamento de tão importante unidade industrial.

---

<sup>101</sup>

*O Primeiro de Janeiro*. Porto, 11 de Março de 1920, “A Fábrica de Louça de Massarelos é de devorada por um incêndio”.

<sup>102</sup>

*O Tripeiro*. Nº 5. Maio de 1970. VI série. Ano X, “Comunicação aos leitores”.



Da crónica publicada no periódico portuense, resulta que em 1970 ainda eram vivos alguns dos empregados que presenciaram o incêndio. Adelino João Ferreira, gravador, salientou que a fábrica era a mais antiga do país, fundada em 1762 por Manuel Duarte Silva<sup>103</sup>.

Por via da desactivação da Fábrica de Massarelos, a firma proprietária transferiu toda a produção para Quebrantões do Norte<sup>104</sup> cuja unidade fabril já funcionava em parceria com a de Massarelos desde o início do século XX<sup>105</sup>.

## **II.7. A unidade fabril de Quebrantões do Norte: a localização, a laboração em simultâneo e a continuidade da produção da marca Massarelos**

«Pouco se salvou. Como tínhamos uma fábrica, onde se fabricava grés, em Roriz, Quebrantões do Norte, resolvemos acabar com esta e manter lá a fabricação de louça, a qual vendemos em 1933, sendo hoje pertença da Companhia das Fábricas Lusitana.»<sup>106</sup>.

---

103 José Queirós na sua obra: *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, da Editorial Presença, Lisboa, 2002, p.380, refere que Manuel Duarte Silva fundou a Fábrica de Louça de Massarelos Porto no ano de 1738 e que, posteriormente, em 1788, o seu neto e seu homónimo, Manuel Duarte Silva, filho de Domingos Ferreira da Silva Guimarães, seria também proprietário da mesma fábrica.

104

Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, ..., p.43.

105

No capítulo das fábricas e depósitos de louças do Anuário de 1906, verifica-se já a existência da Empresa Cerâmica Portuense, Lda., com fábricas em Quebrantões e Massarelos e com escritório na Rua da Restauração, no Porto. No índice de anunciantes surge com a mesma designação, mas com escritório na Rua da Reboleira, também no Porto, in *Anuário do Porto...*, pp.348-485.

106

*O Tripeiro*. Nº 5, Maio de 1970. VI Série. Ano X, “Comunicação aos leitores”.

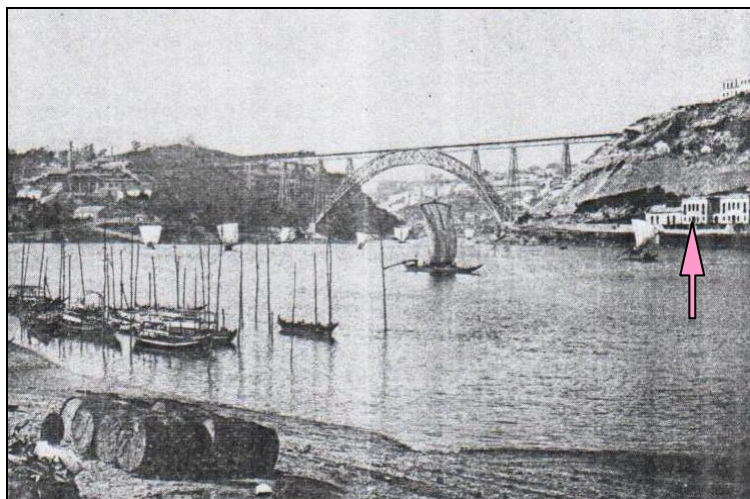


Fig.10 – Perspectiva do rio Douro. Na margem direita são visíveis os edifícios das duas fábricas (♦) da quinta do Roriz (a da esquerda era a de sabão e a da direita a de moagem) nos finais do século XIX.

Fonte: *O Tripeiro*. Porto. Ano IX.VI Série. Nº9 (Setembro de 1969). “Subsídios para a história da cerâmica portuense”.

As palavras de J. Chambers atrás citadas são elucidativas quanto ao destino dado à marca Massarelos e à fabricação da louça que lhe era característica. Na carta que remeteu ao *Tripeiro* o empresário C. J. Chambers fez saber que a sua ligação à dita firma e à indústria cerâmica ultrapassou as duas décadas ao dizer: «Entrei para a fábrica em 1910 como empregado da Empresa Cerâmica Portuense e em 1912 adquiri uma cota, ficando na firma Chambers & Wall, de que fui sócio durante 21 anos.»<sup>107</sup>.

A Quinta do Roriz, em Quebrantões do Norte, situada na freguesia do Bonfim e no sopé do Monte do Seminário, onde funcionou em simultâneo a filial da Fábrica de Louça de Massarelos, foi comprada no dia 02 de Maio de 1904 por intermédio do administrador da Empresa Cerâmica Portuense, Lda., Archibald James Wall, tendo como propósito a produção de tubos de grés e louça sanitária<sup>108</sup>. O funcionamento desta unidade só ficaria regularizado no dia 20 de Junho de 1906 com a atribuição da respectiva licença<sup>109</sup>.

<sup>107</sup>

*Idem, ibidem.*

<sup>108</sup>

DREN, Rilei nº1/4198. Importa referir que na Quinta do Roriz, também designada Quinta do Prado ou do Bispo, foi instalado o Cemitério do Prado do Repouso no ano de 1838. O restante terreno foi comprado pelo Barão de Nova Sintra no dia 13 de Maio de 1867. Mais Tarde, a propriedade foi comprada pelo banqueiro José Inácio Ferreira Roriz que ali, junto ao rio Douro, construiu duas fábricas, uma de sabão e outra de moagem, in *O Tripeiro*. Porto. Ano IX. VI Série. Nº 9 (Setembro 1969). “Subsídios para a história da cerâmica portuense”.

<sup>109</sup>

DREN, Rilei nº1/4198. A licença que autorizava a “Empresa Cerâmica Portuense, Limitada” a estabelecer uma fábrica de cerâmica na Quinta do Roriz em Quebrantões do Norte foi concedida sob o nº 23 conforme o certificou o

Depois do violento incêndio ocorrido nas instalações de Massarelos foi dado cumprimento aos termos do contrato de arrendamento anteriormente lavrado entre D. Leonor Lima Pacheco, e outros, e Archibald James Wall. Executadas as respectivas cláusulas, por escritura de 11 de Setembro de 1924, o que restou da fábrica e os terrenos anexos foi adquirido pela firma Chambers & Wall que assegurou a produção da louça da marca “Massarelos-Porto” mas agora nas instalações de Roriz/Quebrantões<sup>110</sup>. Para isso, foi atribuído à empresa o alvará nº 1 901, datado de 18 de Agosto de 1923<sup>111</sup>.

Por escritura lavrada no dia 3 de Junho de 1933, a sociedade Chambers & Wall sofreu nova alteração, passando a ser designada Chambers & Wall, Lda., sociedade por quotas constituída pelos sócios Charles Archibald Wall, Richard Allan Wall e Leslie Dow Smart<sup>112</sup>.

Em 29 de Fevereiro de 1936, a fábrica de Roriz/Quebrantões do Norte foi vendida à Companhia das Fábricas Lusitânia, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada<sup>113</sup> com sede em Lisboa a qual daria continuidade à marca “Massarelos” por mais alguns anos<sup>114</sup>. Poucos dias após, a nova gerência solicitou o respectivo averbamento ao alvará outrora concedido<sup>115</sup>.

---

Chefe de Repartição da Secretaria Geral do Governo Civil do Porto em 12 de Julho de 1920 a pedido de “Chambers & Wall”.

<sup>110</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, ..., p.43.

<sup>111</sup> DREN, Rilei nº1/4198.

<sup>112</sup> *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936*, ..., p.36.

<sup>113</sup> DREN, Rilei nº1/4198. A designação da empresa “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.)” surge referida no Anuário Comercial do Porto, do ano de 1934, nos capítulos das louças e porcelanas e das louças sanitárias, com fábricas em Lisboa, Coimbra e Arroios e com depósito na Rua do Almada, 251, no Porto, anunciando-se como «as maiores fábricas de cerâmica de construção», p.361. Segundo documento arquivado na Direcção Regional de Economia do Norte esta Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada foi constituída por escritura lavrada no dia 03 de Setembro de 1929.

<sup>114</sup> Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, ..., p.44 e *O Tripeiro*. Ano IX. VI Série.

Nº 9 (Setembro 1969), “Subsídios para a história da cerâmica portuense”, pp.257 a 264.

<sup>115</sup> DREN, Rilei nº1/4198.

Anos mais tarde, a unidade industrial de Quebrantões do Norte voltaria a mudar de mãos e, conseqüentemente, de designação passando a Fábrica de Louças «Massarelos», Lda.<sup>116</sup>.

Efectivamente, a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, Lda. arrendou à firma Fábrica de Louças «Massarelos», Lda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, as instalações de Quebrantões do Norte por um período de cinco anos, a contar do dia 01 de Julho de 1944, renovável por períodos sucessivos de um ano enquanto nenhuma das partes denunciasse o contrato com a antecedência mínima de seis meses. Segundo os termos do contrato o valor da renda anual seria de cinquenta mil escudos (50 000\$00) e a Fábrica de Louças «Massarelos», Lda. ficava obrigada a considerar a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia como distribuidora dos seus produtos no concelho de Lisboa, Ilha da Madeira, Açores, províncias ultramarinas e estrangeiro. Através da Certidão lavrada no dia 04 de Agosto de 1944, no Cartório do notário Eduardo dos Santos Maia Mendes, da Rua do Almada, no Porto, verifica-se que a sociedade Fábrica de Louça «Massarelos», Lda. era portuguesa, que todos os seus sócios eram portugueses e que, conseqüentemente, todo o capital era português. Sob esta designação tinha por «objecto o exercício das indústrias de cerâmica fina e de materiais de construção nos seus diferentes ramos e bem assim o comércio destes produtos.»<sup>117</sup>.

Em 07 de Agosto de 1944, a firma Fábrica de Louças «Massarelos», sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no Monte do Seminário, pediu que o correspondente alvará lhe fosse averbado, em virtude de ter «passado a fazer a exploração da fábrica “Massarelos” da Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia.»<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> José Manuel Lopes Cordeiro refere que no período de 1944-1952 a fábrica foi arrendada à “Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia” e que por escritura datada de 25.07.1944 passou a denominar-se “Fábrica de Louças «Massarelos», Lda.”, in “Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936”, *Separata de Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol.13 (2), 2000, pp.371-372.

<sup>117</sup> DREN, Rilei nº1/4198. A escritura do contrato de arrendamento da fábrica à firma “Fábrica de Louças «Massarelos», Lda.” foi lavrada no dia 25 de Julho de 1944 no notário José Pedrês de Noronha Galvão, Lisboa, com efeitos retroactivos ao dia 01 de Julho de 1944.

<sup>118</sup> *Idem, ibidem.*

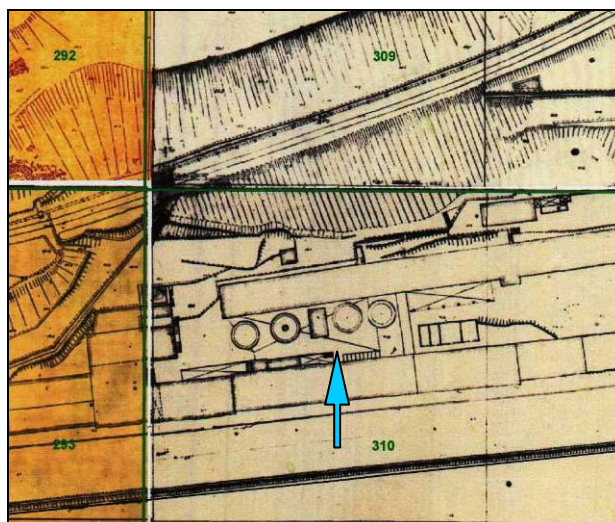


Fig.11 – Localização da fábrica em Quebrantões do Norte (♦) na Década de 40 do século XX, onde são visíveis os respectivos fornos e edifícios.

Fonte: Direcção Municipal do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

Tendo em conta as páginas do Anuário Comercial e Industrial do Porto, constata-se que a laboração da Fábrica de Louças «Massarelos», Lda., continuaria a ser anunciada até 1953, sempre com instalações comuns às da primeira, na Quinta do Roriz – Monte do Seminário, junto ao rio Douro, naquela que é hoje a Avenida Paiva Couceiro<sup>119</sup>.

Segundo noticiou *O Tripeiro*, no dia 01 de Janeiro de 1953 as instalações terão passado a pertencer à firma Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, (S.A.R.L.)<sup>120</sup>. Na verdade, o negócio foi efectivamente concluído no dia 29 de Dezembro de 1952, por 320 contos. No dia 28 de Janeiro de 1953 esta nova firma, com sede em Coimbra, comunicou o trespasse das instalações da fábrica e requereu os respectivos averbamentos à 1ª Circunscrição Industrial do Porto<sup>121</sup>.

No Relatório e Contas do Exercício referente à empresa Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas (S.A.R.L.)<sup>122</sup> apresentado aos accionistas em 1953, a Fábrica de

119

*Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, 1946 a 1953.

120

*O Tripeiro*. Ano IX. VI Série. Nº 9 (Setembro 1969), “Subsídios para a história da cerâmica portuense”, pp.257 a

264.

121

DREN, Rilei nº1/4198.

122

D.R., III Série, 02.04.1954, p.715. [Última consulta em 11.03.2012]. Disponível em:

<http://dre.pt/sug/3s/diarios.asp>.

Massarelos surge como sua filial do Porto e com sede no Monte do Seminário<sup>123</sup>. Esta situação manter-se-ia no Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1973 submetido à apreciação dos respectivos accionistas no dia 20 de Fevereiro de 1974<sup>124</sup>.

O Anuário atrás referido, publicado no ano de 1954, dá conta, pela primeira vez, da existência no Porto da empresa Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas (S.A.R.L.) com a particularidade de ter endereço no Monte do Seminário<sup>125</sup>.

**Quadro cronológico dos proprietários e das firmas que asseguraram a continuidade da marca  
Massarelos até à desactivação da fábrica de Quebrantões do Norte**

<b>Período</b>	<b>Local</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Industrial / firma</b>
02.05.1904 18.09.1912	Quebrantões do Norte	Empresa Cerâmica Portuense, Limitada.	Empresa Cerâmica Portuense, Limitada.
18.09.1912 11.03.1920	Idem	Chambers & Wall	Chambers & Wall
03.06.1933	Idem	Chambers & Wall, Limitada.	Chambers & Wall, Limitada.
29.02.1936	Idem	Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia, (S.A.R.L.)	Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia, (S.A.R.L.)
25.07.1944 29.12.1952	Idem	Idem	Fábrica de Louças «Massarelos», Lda.
29.12.1953 16.04.1980	Idem	Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, (S.A.R.L.)	Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, (S.A.R.L.)

<sup>123</sup>

As “Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas (S.A.R.L.)”, Sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede no Loreto em Coimbra, foi constituída por escritura pública de 20 de Dezembro de 1952. O art.º1º definia que tinha «a faculdade de estabelecer, adquirir ou explorar fábricas, armazéns, agências ou outra forma de actividade ou representação em qualquer localidade do País, do Ultramar português ou no estrangeiro.», in D.R., Nº304, III Série de 29.12.1952, p.2529. [Última consulta em 11.03.2012]. Disponível em: <http://dre.pt/sug/3s/diarios.asp>.

<sup>124</sup>

Efectivamente, no rosto da convocação dirigida aos accionistas da “Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas - Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada” para apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1953, a Fábrica Massarelos é referida como Filial no Porto, BPMP - Cota P-A-1252. Na verdade, tal referência consta do dito relatório publicado no D.R., Nº78, III Série de 02.04.1954, p.715. [Última consulta em 30.04.2012]. Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis3s/1954/04/1954D078S000.pdf>.

<sup>125</sup>

*Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, 1954, p.343.

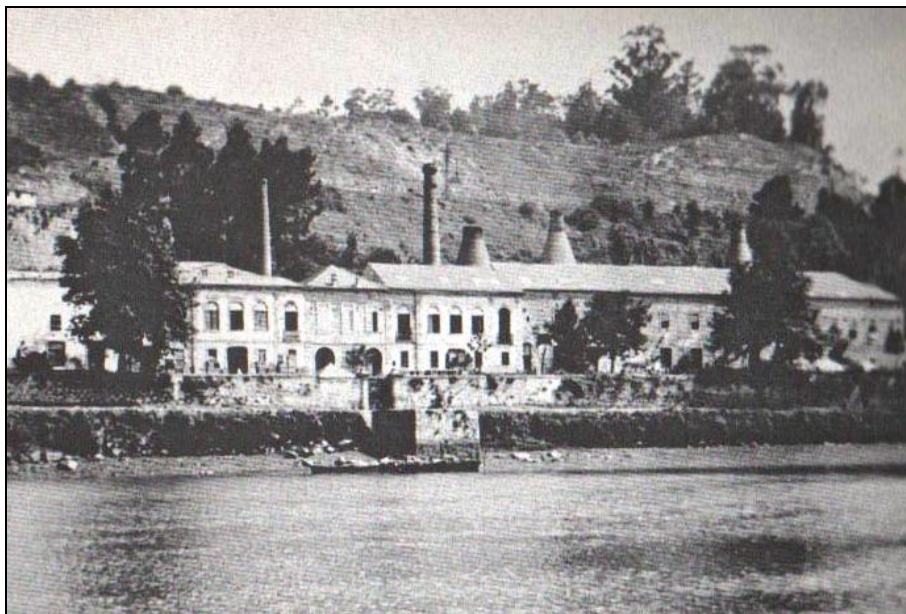


Fig.12 – Fábrica de Louças Massarelos nos anos 30 do século XX, junto ao rio Douro, na Quinta do Roriz, em Quebrantões Norte, actualmente Avenida Paiva Couceiro, Porto.

Fonte: José Manuel Lopes Cordeiro, “Arqueologia e Património Industrial na Zona do Grande Porto - um balanço de 15 anos”, *Revista al-madan*, CAA, II Série. N.º9, Outubro de 2000, p.121.

**Evolução da designação social das firmas que laboraram em simultâneo nas duas unidades industriais dando continuidade à marca Massarelos, segundo o Anuário Comercial do Porto**

	Designação	Sede social	Anúncio
1905	Empresa Cerâmica Portuense, Lda.	Rua da Restauração, 122, Porto	«Com fábricas em Quebrantões e Massarelos, Porto» <sup>126</sup>
1906	Idem	Rua da Restauração e Rua da Reboleira, 43, Porto	Idem <sup>127</sup>
1907	Idem	Idem	Idem
1908	Idem	Praça de Santa Teresa, 23, Porto	Idem <sup>128</sup>
1909	Idem	Idem	Idem
1910	Idem	Idem	Idem
1911	Idem	Idem (escritório e depósito)	Idem <sup>129</sup>

<sup>126</sup> *Anuario do Commercio do Porto* - Porto e o seu Districto, p.344.

<sup>127</sup> *Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, pp.348-485. No capítulo dos importadores de carvão, consta o nome da firma “Wall & C.<sup>a</sup>, com sede na Rua da Reboleira, 43, Porto, p.289.

<sup>128</sup> *Anuario do Commercio do Porto* - Porto e o seu Districto, p.374.

	Designação	Sede social	Anúncio
1912	Idem	Idem	Idem
1913	Chambers & Wall	Idem	«Com fábricas em Massarelos e Quebrantões»
1914	Idem	Idem	Idem <sup>130</sup>
1915	Idem	Rua da Restauração, 122, Porto (com depósito de grés na Rua Cândido dos Réis, 99-103, Porto)	Idem <sup>131</sup>
1934	Idem	Rua da Reboleira, 55, Porto	«Com fábrica em Quebrantões do Norte, Porto» <sup>132</sup>
1935	Idem	Idem	Idem <sup>133</sup>
1936	Idem	Idem	Idem <sup>134</sup>
1937	Idem	Idem	Idem
1938	Idem		
1939	Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, (S.A.R.L.)”	Em Lisboa	«Com fábricas na Quinta do Roriz, Monte do Seminário e Rua Direita de Pereiró, Porto» <sup>135</sup>

129

*Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, pp.193-171.

130

*Idem, ibidem*, p.151. No capítulo dos importadores de carvão continua a verificar-se o anúncio referente à firma

“Wall & C.<sup>ª</sup>”, com sede na Rua da Reboleira, nº 47, Porto, p.150.

131

*Idem, ibidem*, p.155. Continua a verificar-se a existência do importador de carvão “Wall & C.<sup>ª</sup>”, p.154.

132

*Idem, ibidem*, p.361. Ainda nesse mesmo ano, no capítulo das louças e porcelanas e louças sanitárias, o anúncio da “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.)”, com fábricas em Lisboa, Coimbra, Arroios e com depósito na Rua do Almada, 251, Porto. O anúncio é complementado com os dizeres: «As maiores fábricas de cerâmica de construção», p.361.

133

*Idem, ibidem*, p.361. Nos capítulos de louça doméstica, louças e porcelanas e louças sanitárias, pode ainda verificar-se a presença no Porto da “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.), com sede em Lisboa e com depósito na Rua do Almada, nº 251 a 253, Porto, p.358.

134

*Idem, ibidem*, p.365-369. Continua a ser anunciada a firma “Chambers & Wall”, com fábrica em Quebrantões Norte e com escritório na Rua da Reboleira, nº 55, no Porto, e também a “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia”, nos termos do anuário do ano anterior e, ainda só com depósito na Rua do Almada no Porto.

135

*Idem, ibidem*, pp.379-380. No capítulo das louças e porcelanas (fábricas) a denominação é já a da “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.), com sede em Lisboa e com fábricas na Quinta do Roriz - Monte do Seminário e Rua Direita de Pereiró, com depósito na Rua José Falcão, nº 174, no Porto. Esta firma é também referida no capítulo das louças sanitárias, nos mesmos termos, mas acrescida dos dizeres: «Produtos cerâmicos para todas as aplicações».



	<b>Designação</b>	<b>Sede social</b>	<b>Anúncio</b>
1940	Idem	Idem	Idem
1941	(?)		
1942	(?)		
1943	Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.), de Lisboa	Idem	«Com fábrica na Quinta do Roriz, Monte do Seminário e com depósito na Rua de Santa Catarina, 653-663, Porto» <sup>136</sup>
1944	(?)		
1945	(?)		
1946	Fábrica de Louças Massarelos, Lda.	Monte do Seminário	Idem <sup>137</sup>
1947	(?)		
1948	Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, (S.A.R.L.) Fábrica de Louças «Massarelos», Lda.	Em Lisboa Monte do Seminário	«Com fábrica na Quinta do Roriz, Monte do Seminário e com depósito na Rua de Santa Catarina, nº653-663, Porto»
1949	(?)		
1952	Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.) , de Lisboa Fábrica de Louças” Massarelos, Lda.”	Em Lisboa Monte do Seminário	«Com depósito na Rua de Santa Catarina, 653-663, Porto»
1953	Idem	Idem	Idem
1954	Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, (S.A.R.L.)	Monte do Seminário	«Com fábrica no Monte do Seminário» <sup>138</sup>
1955 A 1966	Idem	Idem	Idem

<sup>136</sup> *Idem, ibidem*, pp.407,411 e 412.

<sup>137</sup> *Idem, ibidem*, p.382. No capítulo louças e porcelanas, verifica-se o ressurgimento da denominação comercial “Fábrica de Louças Massarelos, Lda.”, Cerâmica, Monte do Seminário. No entanto, no capítulo das louças sanitárias continua a ser anunciado o nome da “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia (S.A.R.L.), com sede em Lisboa, com Fábrica na Quinta do Roriz, Monte do Seminário e com depósito na Rua da Constituição, 653-663, no Porto.

<sup>138</sup> *Idem, ibidem*, p.343. Verifica-se que é anunciada pela primeira vez, com publicação no capítulo das louças e porcelanas, a firma Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas (S.A.R.L.), com endereço no Monte do Seminário, Porto. No capítulo das louças sanitárias continua referenciada a “Companhia das Fábricas Cerâmicas Lusitânia (S.A.R.L.), com depósito na Rua de Santa Catarina, 653-663, Porto

	Designação	Sede social	Anúncio
1967	Idem	Estrada Marginal – Monte do Seminário, Porto	«Fabricante de: Azulejos brancos, de cores e decorados; Louças sanitárias; Louças domésticas e decorativas; Ladrilhos hidráulicos; Mosaicos cerâmicos; Porcelanas para electricidade; Produtos refractários; Produtos de grés. Com estabelecimentos em Coimbra e no Porto»
1968	Idem	Idem	Idem
1969	Idem	Idem	Idem
1970	Idem	Av. Paiva Couceiro - Monte do Seminário, Porto	Idem <sup>139</sup>
1971 A 1974	Idem	Idem	Idem <sup>140</sup>

## II.8. A falência e o fim da produção da marca Massarelos

Segundo C. A. Chambers, neto de Charles Frederick Chambers e filho de Charles John Chambers, em carta endereçada ao periódico portuense *O Tripeiro* referiu que a fábrica entrou em liquidação em meados dos anos setenta do século XX e que o terreno e os prédios foram comprados pela firma Proparede, Lda., a qual anos mais tarde os vendeu à firma Vinhos Paizinho, Lda. da Rua do Freixo, no Porto<sup>141</sup>.

Os vários balanços e relatórios e contas apresentados pela sociedade proprietária da fábrica de louça, detentora e responsável pela produção da marca “Massarelos”, dão conta da constante instabilidade financeira e são indiciadores do inevitável desfecho<sup>142</sup>.

<sup>139</sup>

*Idem, ibidem*, p.368. A sede e as instalações da fábrica são pela primeira vez associadas à Av. Paiva Couceiro, (Estrada Marginal).

<sup>140</sup>

*Idem, ibidem*, p.339. A empresa Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas (S.A.R.L.), instalada na Av. Paiva Couceiro - Monte do Seminário, Porto, continua a ser objecto de anúncio, assim como também a Companhia das Fábricas Cerâmicas Lusitânia (S.A.R.L.), com endereço na Rua de Santa Catarina, no Porto, p.342.

<sup>141</sup>

*O Tripeiro*. Porto. Ano IV. Série Nova. “A propósito de uma operação de salvamento”, p.89.

<sup>142</sup>

D.R. III Série. Disponível em: <http://dre.pt/sug/3s/diarios.asp>.

Se o relatório de 1955 evidencia os prejuízos verificados na exploração da Fábrica de Massarelos, o de 1957 apresenta os respectivos resultados como insatisfatórios, situação que se vai mantendo de ano para ano.

Em 1958 o resultado negativo é justificado pelo agravamento da concorrência, pela retracção no consumo, pelo aumento dos salários mínimos e pelos encargos com a mão-de-obra<sup>143</sup>.

Em 1961 o balanço continua a ser apresentado como insatisfatório, sendo referidas as dificuldades no escoamento dos produtos derivado dos acontecimentos ocorridos no ultramar, para além do investimento no reapetrechamento industrial<sup>144</sup>.

O resultado de 1965 refere que «estando quase completamente realizado o reapetrechamento projectado para a nossa fábrica de Massarelos, seria de esperar que os resultados deste exercício fossem já vincadamente melhores que nos anos anteriores.»<sup>145</sup>. São apresentadas como causas para a situação relatada o aumento de custos da quase totalidade das matérias-primas e dos salários.

O exercício de 1967 pautou-se por uma acção orientada no sentido do investimento na renovação, esforço que se impunha tendo em conta a constante evolução das técnicas de produção e vendas<sup>146</sup>. Nos anos de 1968 e 1969 as dificuldades e os prejuízos acentuaram-se e, em 1970, pese embora os resultados negativos, são referidos avultados investimentos na fábrica de Massarelos<sup>147</sup>.

O relatório de 1971 é claro quanto à degradação da situação e apresenta o prejuízo verificado como resultado do estado em que se encontrava a fábrica de Massarelos que «vinha funcionando em condições antieconómicas.»<sup>148</sup>.

---

143

*Idem*, nº84 de 1958, p.900.

144

*Idem*, nº129 de 31.05.1962, p.1849.

145

*Idem*, nº209 de 08.09.1966, pp.3134-3135.

146

*Idem*, nº201 de 26.08.1968, p.3583.

147

*Idem*, nº133 de 06.06.1969, p.2324, nº94 de 22.04.1970, p.1682 e nº101 de 30.04.1971, p.2473.

148

D.R. III Série, nº 103 de 02.05.1972, p.2812. [Última consulta em 30.04.2012]. Disponível em:

<http://dre.pt/pdfgratis3s/1972/05/1972D103S000.pdf>.

Em 1973, para além dos prejuízos apresentados, é proposta uma remodelação na fábrica de Massarelos com o objectivo de melhorar a sua produtividade<sup>149</sup>. No ano seguinte, verifica-se que a remodelação foi levada a cabo, sendo esperado que tais investimentos pudessem vir a dar os seus frutos<sup>150</sup>. No entanto, os prejuízos continuariam a avolumar-se, residindo as causas na falta de renovação dos equipamentos, no aumento de preços das matérias-primas e nos encargos com os combustíveis e salários.

No texto dirigido aos accionistas em Fevereiro de 1974, os administradores da Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, aquando da apreciação e votação do Relatório e Contas do exercício de 1973, deixam transparecer a esperança de que a remodelação dos vários serviços efectuados na filial do Porto, Fábrica de Louças Massarelos, viesse a dar os seus frutos no exercício seguinte. No Balanço de 31 de Dezembro de 1973 as existências da Fábrica de Massarelos foram contabilizadas em 1 466 882\$54. Os custos totais com os diversos encargos e gastos atingiram os 6 824 174\$78 e os lucros com as vendas dos diversos produtos ficaram-se pelos 3 375 294\$64. O Conselho Fiscal foi claro no seu parecer ao considerar que «os resultados do Exercício traduzem as dificuldades já verificadas em anos anteriores, agravados em 1973, apesar dos esforços desenvolvidos» com a reorganização do aparelho produtivo<sup>151</sup>.

No ano de 1977 a situação apresentada era então a de uma empresa em crise<sup>152</sup>.

O certo é que no dia 16 de Abril de 1980, no âmbito do Processo nº 734/80, a Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, S.A.R.L. foi declarada em estado de falência por sentença proferida pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial de Coimbra<sup>153</sup>.

---

149

*Idem*, nº114 de 15.05.1973, p.3189.

150

*Idem*, nº120 de 23.05.1974, p.4555.

151

BPMP, *Relatório e Contas do Exercício de 1973*, Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, Coimbra, 1974.

152

D.R., III Série, nº205 de 06.09.1978, p.4555.

153

D.R., III Série, nº113 de 16.05.1980, p.6344. [Última consulta em 11.03.2012]. Disponível em:

<http://dre.pt/pdfgratis3s/1980/05/1980D113S000.pdf>.

### **CAPÍTULO III. A evolução da laboração: os meios de produção, a mão-de-obra e a produção**

«Não é, porém, a grande fábrica moderna que caracteriza a industrialização portuense. Ao contrário do que sucederá em Lisboa, o Porto mantém até tarde uma indústria de feição oficinal, tecnologicamente pouco avançada, assente na tradição corporativa dos antigos mesteres e numa mão-de-obra abundante.»<sup>154</sup>.

#### **III.1. As estruturas e as infra-estruturas fabris: oficinas, armazéns, engenhos, moinhos, fornos, tanques, maquinaria e ferramentas.**

«Hum nobre e espaçoso edificio composto de cazas p[ar]a vivenda com três sobrados p[ar]a a aprte do Rio Douro, com sallas, adereçadas, humas de bons panos pintados[...], armazéns e tilheiros, em que se acha estaballecida huma grande Fábrica de Louça Fina, com seus fornos, tanques, officinas, e todos os mais pertensos competentes à manufactura da fábrica, tudo obra que elles dotadores edificarão desde os seus alicerces com avultada despeza.»<sup>155</sup>.

No início do processo de industrialização, tudo leva a crer que a Fábrica de Cerâmica de Massarelos, como todas as outras que à época vingaram na zona do Porto, tenha começado por ser uma unidade fabril simples, tecnicamente rudimentar e ainda muito marcada pelas características próprias da oficina, sendo o capital envolvido pouco expressivo e limitativo no que respeita às possibilidades de expansão.

---

154

Luis A. de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1994, p.432.

155

ADP, 6º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.120, pp.20-22v.

Por outro lado, como decorre da análise do excerto acima transcrito, datado de 1774, a Fábrica de Cerâmica de Massarelos foi fundada num edifício que congregava as funções de habitação e de produção<sup>156</sup>.

De resto, essa função manter-se-ia, no que concerne às instalações de Massarelos, até ao incêndio de 1920, como resulta do texto da notícia publicada no *Primeiro de Janeiro* atrás citada: «Os bombeiros trataram de cortar a marcha do incêndio, afim de não passar à residência do gerente...»<sup>157</sup>.

Ainda em vida do fundador, segundo os termos da doação que fizera a sua filha<sup>158</sup>, o complexo fabril contava com um edifício para habitação com três andares, armazéns e telheiros e um vasto terreiro onde os tanques de depurar barro, as rodas de oleiro, as áreas de secagem e os fornos de cozer a cerâmica se encontravam instalados. Como unidade de apoio contava também com uma azenha, sita num terreno próximo, onde era moído o vidro e as tintas necessárias ao acabamento das louças.

Nos anos que se seguiram as alterações verificadas nas estruturas fabris não terão sido significativas. Uma descrição da fábrica, datada de 1881<sup>159</sup>, refere que a mesma tinha um forno de cozer faiança, tanques, tornos, um espaço para a pintura e, nas proximidades, um moinho com duas rodas hidráulicas accionadas pelas águas da ribeira de Vilar onde era moído o vidro. Em 1884, eram já duas as azenhas que laboravam para a fábrica de louça<sup>160</sup>.

---

156

«A noção de *fábrica*, embora o vocábulo conste dos textos notariais e dos inquéritos da época, tem aqui um significado muito relativo, pois geralmente trata-se de um edifício, por vezes de três/quatro andares, que é também casa de habitação do proprietário, distribuindo-se o parque produtivo pelos andares inferiores e pelo *rocio*, ocupando pouco mais de duas ou três dezenas de trabalhadores.» in, Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuguesa ...”, p.210.

157

*O Primeiro de Janeiro*. Porto, 11 de Março de 1920, “A Fábrica de Loiça de Massarelos é de devorada por um incêndio”.

158

ADP, 6º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.120, pp.20-22v.

159

O inquérito de 1881 revelava que em Portugal existiam apenas 1535 unidades, sendo que 338 eram *fábricas* e 907 eram *oficinas*. No seu todo davam emprego a cerca de 91 mil trabalhadores, oriundos de um universo populacional estimado em aproximadamente 4,2 milhões de habitantes, in Luís Graça, *História da Saúde no Trabalho: Proto-História do Direito do Trabalho: 1867-1910*. [Última consulta em 23.06.2012]. Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>.

160

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936, ...*, p.52.

Em Janeiro de 1885, por altura de uma inspecção à fábrica, verifica-se que a mesma possuía uma caldeira semi-fixa, cilíndrica e vertical a funcionar numa oficina com andares por cima. Em Novembro já contava com outra caldeira de «286cm de comprimento e 83 de diâmetro, semi-fixa, cilíndrica, horizontal e tubular, com fornalha e conduta interiores e cónicos de diâmetro médio de 39cm, e placa com 14 tubos de 204cm de comprimento, 61mm de diâmetro interior.»<sup>161</sup>. Esta caldeira terá sido construída em França no ano de 1883 pela Sociéte Central e tinha como característica a novidade de funcionar a vapor.

Com a entrada em funcionamento desta máquina o proprietário viu-se obrigado, por imposição do regulamento municipal que à época vigorava, a altear a chaminé a 740cm<sup>162</sup>. Por essa altura foram realizadas grandes obras, tendo sido construída a fachada voltada para o lado do rio Douro<sup>163</sup>.

Derivado da reestruturação e da instalação dos novos equipamentos passou a denominar-se “Fábrica de Louça de Massarelos, a Vapor – de João da Rocha e Sousa Lima – Porto”.

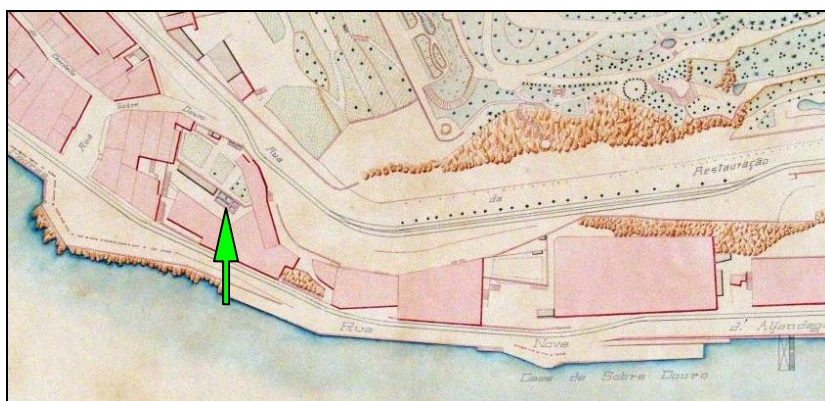


Fig.13 – Mapa de Massarelos, nos finais do século XIX, o já são representados os traçados da Rua da Restauração e da Rua Nova da Alfandega, bem como a Fábrica de Massarelos (♦) .

Fonte: AHMP. *Plantas Topográficas da Cidade do Porto* – Telles Ferreira - 1892 (199 FD).

161

*Idem, ibidem.*

162

*Idem, ibidem.*

163

Efectivamente da escritura de arrendamento datada de 1890, entre D. Leonor Augusta da Rocha Lima e João Carlos Régis de Lima, a propriedade é composta por casa de habitação, jardim e fábrica de louça «sendo a casa com frente para a Rua da Restauração [...] e a fábrica com a frente para os Quais da Alfandega...», in ADP, 4º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.839, pp.8-9.

Em 1890, a unidade fabril já contava com o funcionamento de uma máquina a vapor fixa de 5 CV, muito provavelmente a primeira a ser utilizada na indústria cerâmica portuense<sup>164</sup>, e, ainda, com três máquinas de fazer azulejos, nove moinhos e um forno<sup>165</sup>.

Nos anos seguintes haveria de ser construído mais um forno como bem ilustra o postal da época.



Fig.14 – “A Barra da Cidade do Porto”, com os dois fornos (♦) da Fábrica de Louça de Massarelos em primeiro plano.

Fonte: Do Porto e não só..., *A Barrada Cidade do Porto*, nº651, Edição Costa – Lisboa. [Última consulta em 16.06.2012]. Disponível em:

[http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1\\_17.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1_17.html).

Em 1895 há notícia de que já dispunha de três fornos, um filtrador mecânico, oito moinhos para vidro, dois balancés para azulejos e um motor a vapor com 10 cavalos-vapor de potência<sup>166</sup>.

---

164

Durante a segunda metade do século XIX a utilização da máquina a vapor pela indústria portuense não teve uma expressão significativa comparativamente com outras cidades industrializadas europeias. Em 1852 eram apenas 8 as máquinas a vapor no total da indústria da cidade invicta. Neste contexto, em 1890 no sector cerâmico do Porto contava-se uma única máquina a vapor em funcionamento a qual debitava 5 cavalos, in, José Manuel Lopes Cordeiro, *Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX*, pp321-323. [Última consulta em 17.06.2012].

Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122339417117sTH7ms2Vu44XL9.pdf>.

165

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936, ...*, p.53.

166

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936, ...*, p.53.



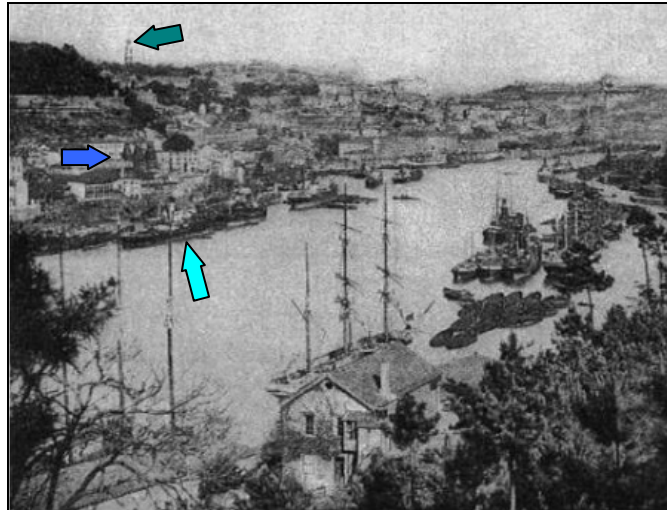


Fig.15 – O Cais de Massarelos (♦), os três fornos (♦) da Fábrica de Louça de Massarelos e ao cimo a Torre dos Clérigos (♦).

Fonte: Do Porto e não só..., [Última consulta em 16.06.2012]. Disponível em:  
[http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1\\_17.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1_17.html).

Em 28 de Agosto de 1907, o gerente da Empresa Cerâmica Portuense, Lda. solicitou à Câmara Municipal do Porto autorização para levantar o pavimento junto a um prédio do Cais da Alfândega a fim de proceder à limpeza do cano de esgoto que não estava em condições de funcionamento. A obra foi posteriormente autorizada<sup>167</sup>.

Durante o ano de 1910 foram realizadas importantes obras de remodelação e adaptação das estruturas fabris e também ao nível dos equipamentos produtivos.

Logo em 22 de Janeiro foi requerida à Câmara licença para a ampliação das instalações da fábrica de Massarelos, pedido que ficou registado sob o nº 664. A respectiva memória descritiva previa a elevação de parte das paredes, a abertura de seis janelas e duas clarabóias na armação do telhado com o objectivo de melhorar a entrada de luz e o arejamento. A estrutura seria suportada por três colunas de ferro fundido e uma viga longitudinal de madeira para servir de apoio às vigas transversais. Na construção das paredes seria utilizado o granito, nos vigamentos, soalhos e armação do telhado o pinho nacional e nos caixilhos das janelas a madeira de castanho. As janelas da fachada principal seriam adornadas em cantaria lavrada e as restantes em cantaria tosca. As paredes seriam rebocadas com argamassa e as madeiras pintadas com tinta de óleo, à

---

<sup>167</sup> AHMP, CMP/7(207), Procº216/1908, pp.42-44.

excepção dos soalhos, vigamentos e armação do telhado, sendo que este seria composto por telha “tipo de Marselha”<sup>168</sup>.

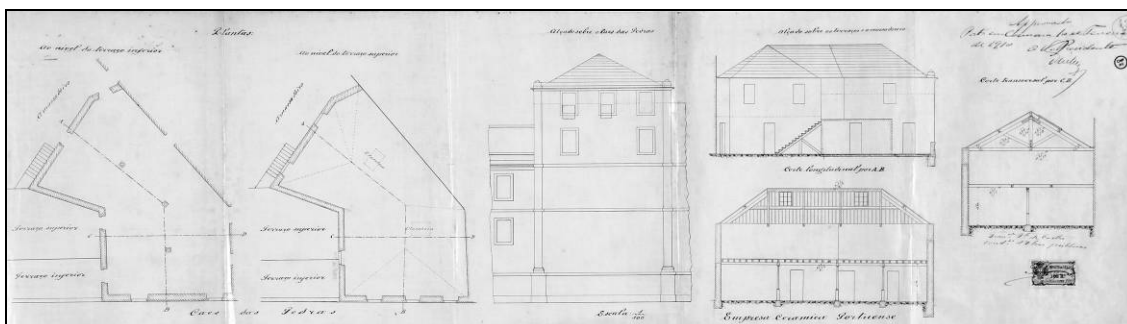


Fig.16 – Projecto do edificio sobre o Cais das Pedras submetido à aprovação da Câmara do Porto pela Empresa Cerâmica Portuense em Janeiro de 1910.

Fonte: AHMP, LO – 1910 – 0210, p.42.

Em Junho seguinte deu entrada nos serviços camarários mais um requerimento, registado sob o nº 3099, pedindo autorização para nova ampliação, desta vez para levantar um andar sobre a parte nascente do edificio da fábrica. O projecto, aprovado pela Câmara, autorizava a abertura de quatro janelas na parte da fachada a prolongar sobre o Cais das Pedras e mais três na fachada do lado nascente que se apoiava sobre a escarpa. A parte do sótão resultante da ampliação estava destinada à estampagem. Utilizar-se-ia o granito na cantaria das janelas, alvenaria de *perpeanho* nas paredes, madeira de castanho nos caixilhos das janelas e pinho nacional no restante. As paredes seriam rebocadas nas duas faces com argamassa ordinária e as madeiras todas pintadas a tinta de óleo, à excepção dos vigamentos, soalhos e armação do telhado, o qual seria coberto também com telha “tipo de Marselha”<sup>169</sup>.

168 AHMP, LO - 1910 - 0210.

169 AHMP, LO - 1910 - 0856.

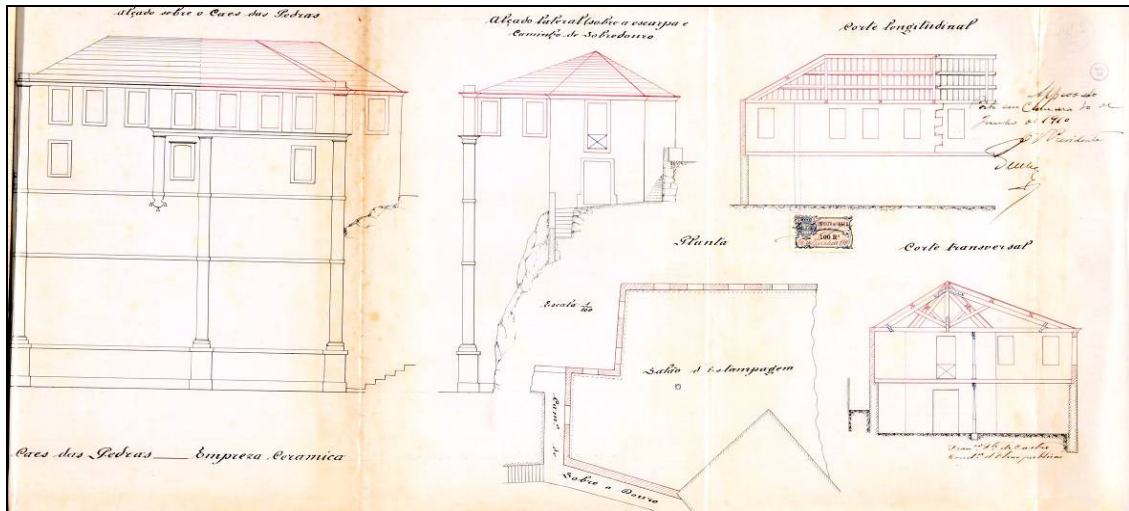


Fig.17 – Projecto apresentada pela Empresa Cerâmica Portuense para ampliação das instalações.

Fonte: AHMP, LO – 1910 – 0856, p.290.

As reformas, as remodelações e as inovações foram-se sucedendo, numa época já muito marcada pela entrada de capitais na empresa, conforme se verificou pela constituição das sucessivas sociedades.

Ainda sob a designação Empresa Cerâmica Portuense a fábrica de Massarelos foi novamente melhorada e aumentada. Em 23 de Setembro de 1910, o seu representante requereu outra licença para construir uma estufa/forno<sup>170</sup> e uma mufla<sup>171</sup> na Rua da Restauração, nº 122, Massarelos. Segundo a memória descritiva que complementava o respectivo projecto a estufa destinava-se à cozedura de barro e a mufla para serviços de acabamentos de porcelana. Tal obra foi projectada para ser construída «simplesmente de tijolo refractario e nos moldes e condições das já existentes no mesmo local e que a prática demonstra serem os melhores para aplicações desta natureza.»<sup>172</sup>.

<sup>170</sup>

Os fornos garrafa, em uso à época e vulgarmente assim designados, representam as últimas estruturas para cozedura de cerâmica com combustíveis sólidos. No seu interior empilhavam-se os “saggars”, recipientes de cerâmica refractária, onde as peças iam a cozer protegidas da acção dos fumos e dos gases libertados pela combustão. in Maria Helena Pires César Canotilho, *Processos de Cozedura em Cerâmica*, p.64. [Última consulta em 24.04.2012]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/203/1/60%20-%20Processos%20de%20cozedura%20em%20cer%20C3%A2mica.pdf>.

<sup>171</sup>

A mufla veio substituir o forno garrafa. Nesta, as peças não entravam em contacto directo com as chamas e produtos da combustão: «Trata-se de um forno constituído por um interior refractário designado “mufla” dentro do qual são colocadas as peças, fora do contacto directo de chamas e gases de combustão.», *idem, ibidem*.

<sup>172</sup>

AHMP, LO -1910-1375, p.340.

Analisado o projecto anexo ao requerimento que deu entrada na Câmara constata-se que a unidade fabril nessa altura contava já com dois fornos e duas muflas, ficando assim a produção reforçada com três exemplares de tais equipamentos.

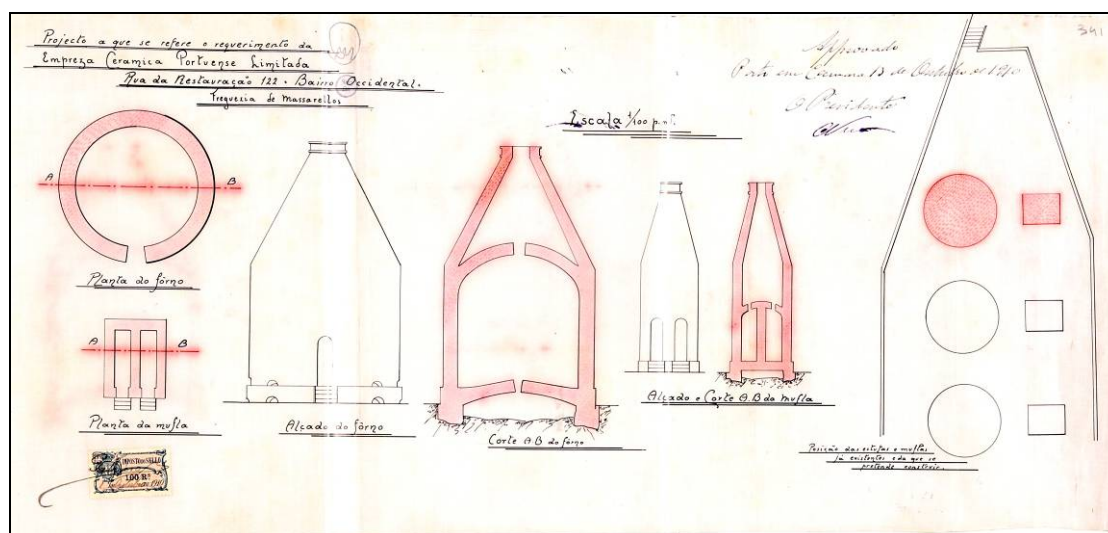


Fig. 18 – Projecto da Empresa Cerâmica Portuense, Rua da Restauração (forno/estufa e mufla), aprovado em 1910.

Fonte: AHMP, LO – 1910 – 1375, p.341.

Em 10 de Dezembro de 1910 o gerente da fábrica de cerâmica de Massarelos pediu licença à Câmara Municipal do Porto, nos termos do regulamento de 06 de Junho de 1895 sobre a segurança de operários, para a construção de seis retretes nas instalações da dita fábrica, propriedade de A.J. Wall. Ao requerimento juntou projecto de construção pormenorizado «de seis W.C. destinados ao pessoal que trabalha na Fabrica Ceramica de Massarellas, rua da Restauração, freguesia de Massarellas, Cidade do Porto.»<sup>173</sup>. Do referido projecto constava um pavilhão, com as respectivas divisórias em tijolo, destinado a receber as seis retretes equipadas com bacias de sifão e autoclismo. Mais refere a respectiva memória descritiva que os tubos da queda dos despejos seriam de grés impermeável «de 0,125 de diâmetro» e que o tubo de ventilação seria comum com os da queda dos despejos, terminando «a 1,50 acima do espigão» do telhado. Todas as comunicações seriam directas com o cano geral da rua e fechadas com caixas de inspecção e fechos «hydraulicos». O projecto, que termina dizendo que o «pavilhão das

<sup>173</sup> AHMP, LO - 1911-201, p.3.

retretes fica completamente isolado de casas de habitação e oficinas»<sup>174</sup>, recebeu a devida aprovação da 3ª Repartição de Obras Públicas da CMP, tendo a licença sido concedida no dia 23 de Fevereiro de 1911.

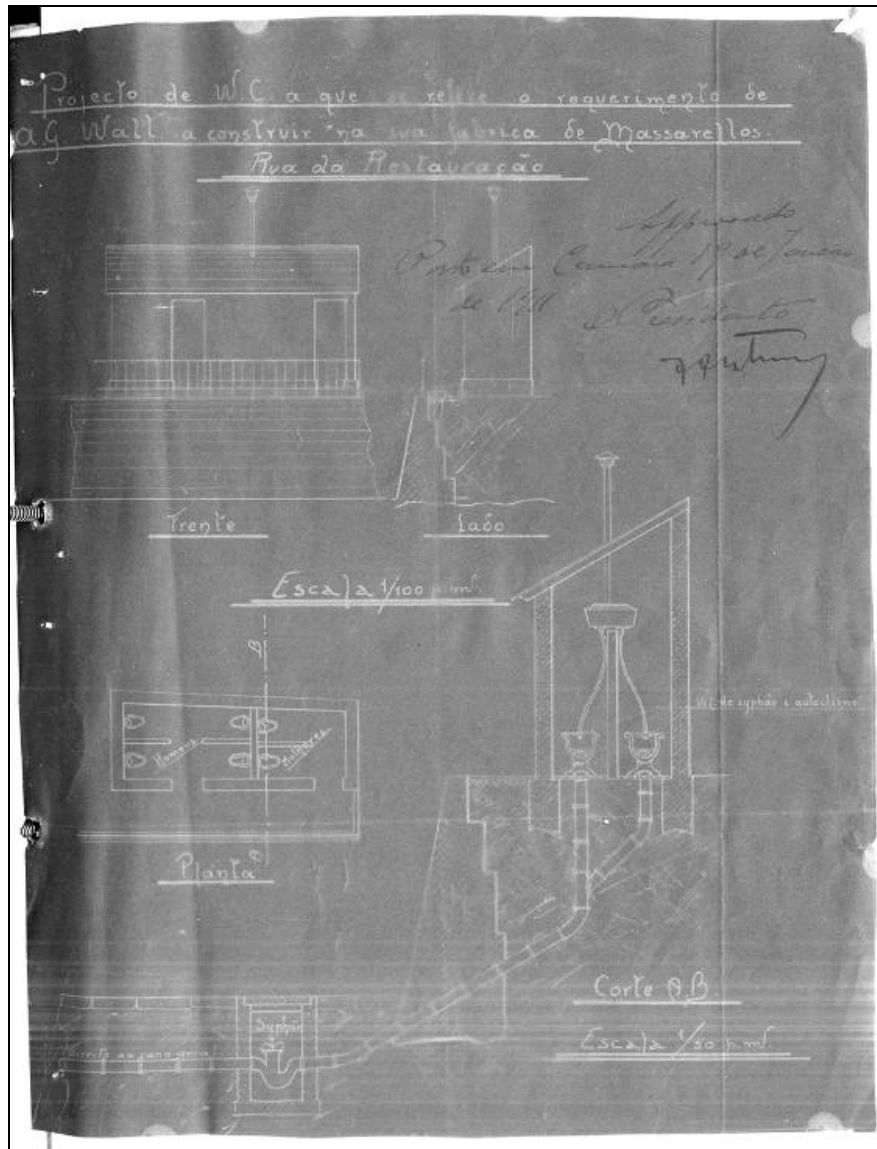


Fig.19 – Projecto do pavilhão sanitário que previa a instalação de seis retretes e a ligação à rede geral de esgotos.

Fonte: AHMP, LO - 1911 - 201, p.3.

No mês de Agosto de 1912, deu entrada na 2ª Repartição da Câmara do Porto mais um pedido de licença para abertura de quatro janelas na fachada do edifício da fábrica que confrontava com o Cais das Pedras<sup>175</sup>, em Massarelos.

174  
*Idem, ibidem.*

175  
AHMP, LO - 1912 - 1090.

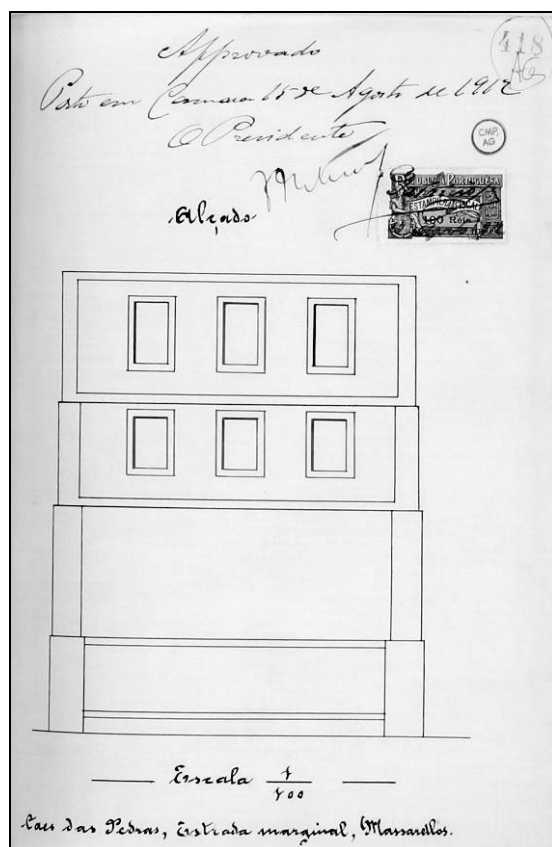


Fig.20 – Projecto de abertura de janelas no edificio da unidade fabril de Massarelos.

Fonte: AHMP, LO – 1912 – 1090, p.418.

Em Janeiro de 1913, segundo o relatório dos Serviços Técnicos da Indústria, a Empresa Cerâmica Portuense tinha em funcionamento duas unidades industriais, uma instalada em Massarelos e outra em Quebrantões do Norte. A primeira, que laborava durante todo o ano e que produzia uma média (anual) de 100 contos de reis, dispunha, entre outro equipamento, de dois fornos de sistema circular, de vinte tornos, de tanques para dissolver o barro, de bombas, de prensas e, ainda, de um motor a gás pobre com 20 CV. A segunda, com uma produção anual de 40 contos de reis, contava com uma máquina a vapor de 20 CV, três fornos de sistema circular, duas máquinas para tubos, quatro para tijolos, uma para botijas e uma para moer o barro<sup>176</sup>.

A primeira referência ao apetrechamento mecânico da unidade de Quebrantões do Norte é apresentada no “Mapa dos geradores e recipientes”, datado de 28 de Fevereiro de 1906, mas respeitante ao levantamento feito no dia 14 de Março de 1905, ao atribuir às

176

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936, ..., p.58.*

respectivas instalações um gerador a vapor semi-fixo, de 1ª categoria, da marca “Carles Alves & Sons”, modelo horizontal, com a capacidade de 6m<sup>3</sup>, uma superfície de aquecimento de 30m<sup>3</sup> e em estado novo<sup>177</sup>.

Como decorre do exposto, até a esta altura a sociedade detentora da marca “Massarelos” nunca deixou de adaptar as duas unidades industriais às novas exigências investindo com alguma regularidade na modernização e ampliação das instalações e dos equipamentos produtivos.

Já sob a designação Chambers & Wall foi requerida pelo respectivo representante, através de documentação datada de 6 de Dezembro de 1917, licença para a construção de alpendres para cobertura dos fornos de cozer tubos de grés existentes na fábrica de Quebrantões do Norte. À data, a respectiva unidade fabril contava com três fornos de cozer tubos de grés, com um edificio onde se processavam as restantes fases da produção e com depósito destinado ao material produzido<sup>178</sup>.

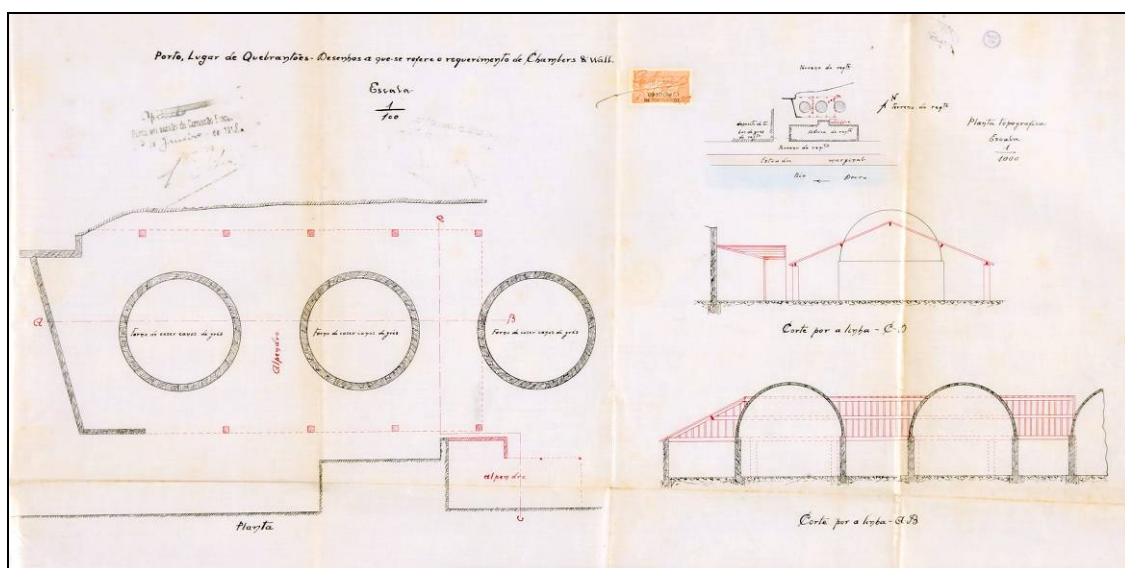


Fig.21 – Projecto para cobertura dos fornos de cozer tubos de grés em Quebrantões Norte.

Fonte: AHMP, LO – 1918 – 0018, p.82.

177

*Boletim do Trabalho Industrial*, nº 1, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906, p.19.

178

AHMP, LO - 1918 - 0018.

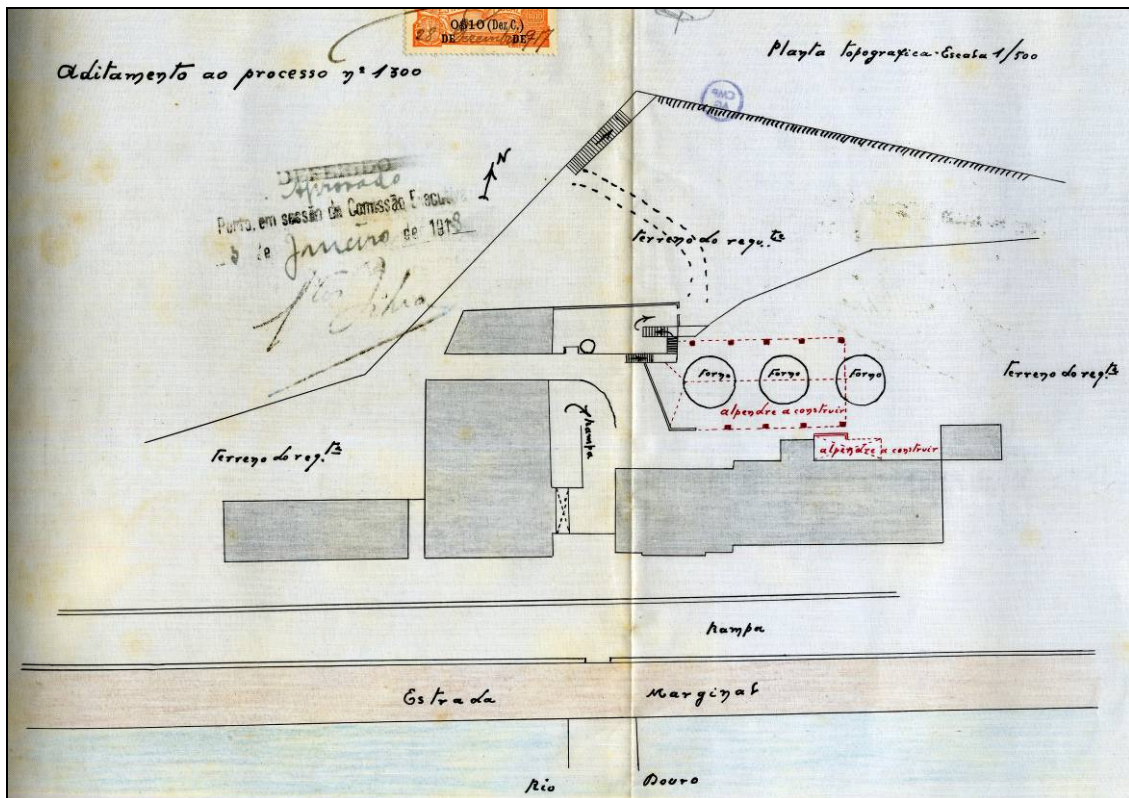


Fig.22 – Aditamento ao projecto de cobertura dos fornos de cozer tubos de grés aprovado em 1918.

Fonte: AHMP, LO – 1918 – 0018, p.84.

Por via do incêndio ocorrido em 1920 e consequente destruição das respectivas instalações, a empresa procedeu à desactivação da fábrica de Massarelos e transferiu toda a produção para a unidade fabril de Quebrantões do Norte.

As notícias publicadas a propósito da tragédia transmitem a ideia de que nas instalações de Massarelos se conjugavam duas funções, a de habitação para o gerente e respectiva família e a de unidade industrial vocacionada para a produção de louça e outros produtos cerâmicos. Por outro lado, apresentam-se como um contributo importante para a caracterização das instalações e dos respectivos equipamentos: «o incêndio destruiu os vastos salões sobranceiros à estrada marginal, que na parte nascente eram divididos em três andares e na parte poente em dois [...] Escaparam os três grandes fornos circulares e duas estufas rectangulares que tem entrada pela Rua de Sobre o Douro [...] Os prejuízos são importantes e estão cobertos por diversas companhias de seguros [...]»<sup>179</sup>.

179

*O Comércio do Porto* – Quinta-feira, 11 de Março de 1920, p.1.



O citado periódico portuense é fonte confirmadora de que a fábrica dispunha efectivamente de três fornos circulares e duas estufas mas também reveladora de que estava segura nas companhias inglesas “Royal”, “Commercial Union” e “Norwich Union” e nas companhias portuguesas “Bonança” e “Garantia”<sup>180</sup>.

Destruídas as instalações da Rua da Restauração / Cais das Pedras a firma “Chambers & Wall”, visando dar continuidade à marca Massarelos, submeteu o edifício de Quebrantões do Norte a obras de ampliação tendo para o efeito solicitado ao município portuense, em Junho de 1920, a necessária licença. Tratava-se então da construção de novos armazéns e duma pequena casa, junto do portão da fábrica, para albergar o responsável pela guarda das instalações e pela fiscalização da entrada e saída de pessoal. A “memória” que acompanhava o projecto previa que as paredes fossem de «alvenaria argamassada» e a cantaria guarnecida com cimento. As madeiras seriam de pinho nacional devidamente pintadas onde fosse necessário. O «travejamento» do 1º andar seria suportado por colunas ao centro da sala e a telha idêntica à da que figurava na cobertura já existente, do tipo de Marselha<sup>181</sup>.

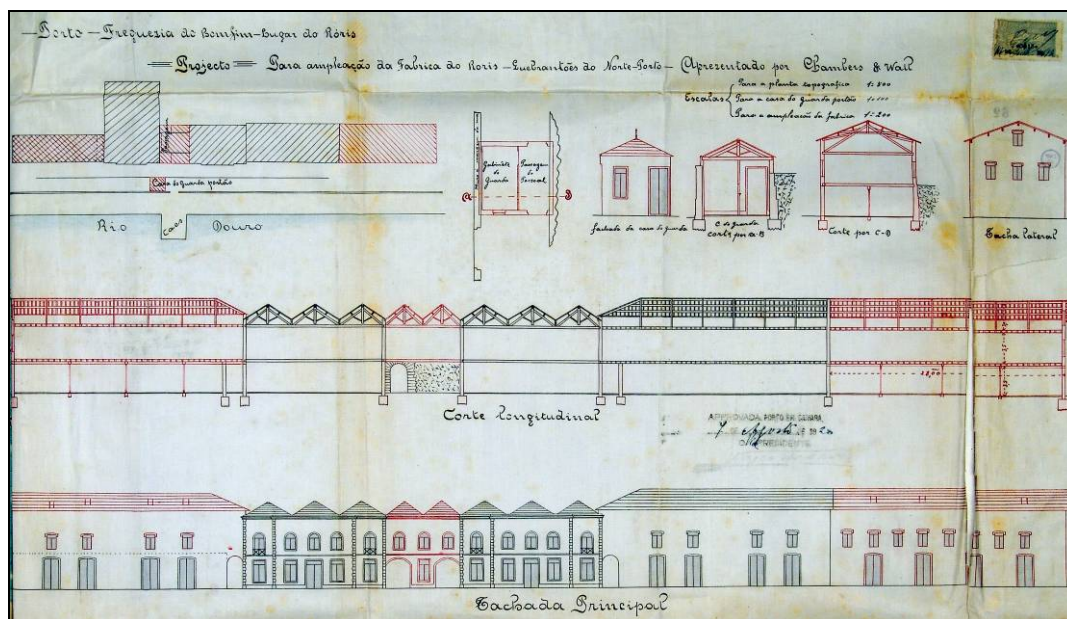


Fig.23 – Projecto de construção de novos armazéns e duma casa para albergar o guarda da fábrica.

Fonte: AHMP, LO – 1920 – 0713, p.62.

180

*Idem, ibidem.*

181

AHMP, LO - 1920 - 0713.

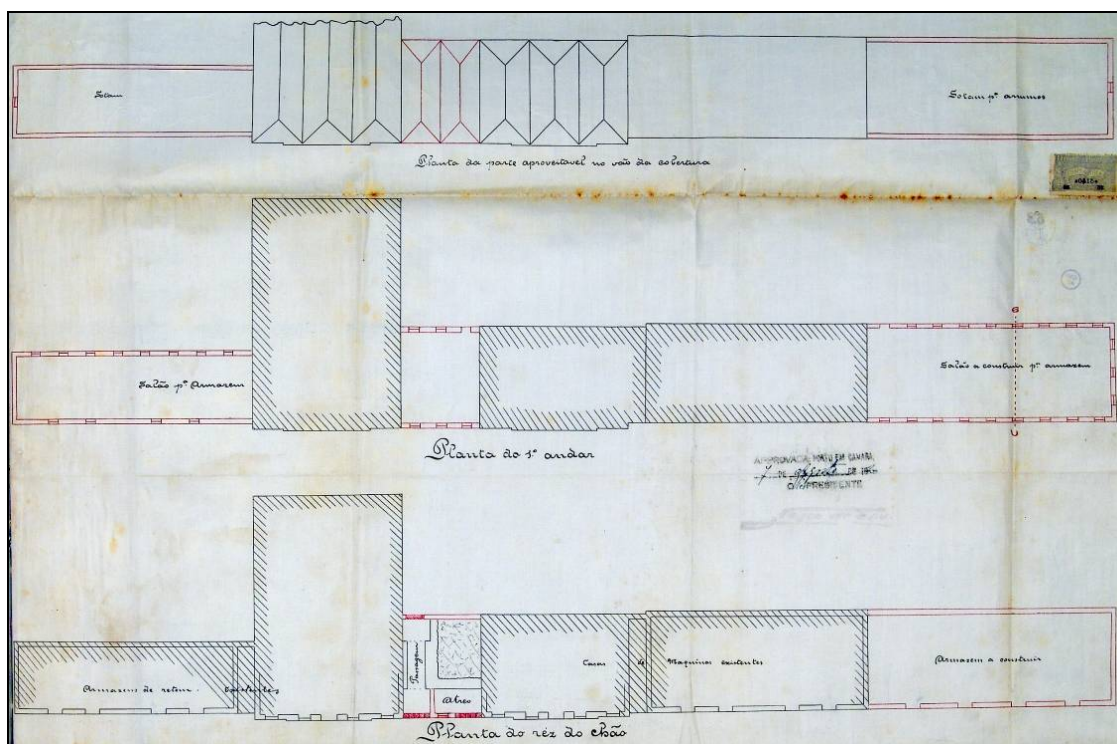


Fig.24 – Planta dos armazéns projectados e respectivos pisos.

Fonte: AHMP, LO – 1920 – 0713, p.63.

O investimento na melhoria das condições e na capacidade de produção da unidade industrial de Quebrantões do Norte foi uma constante realidade observável pelas sucessivas licenças de obra requeridas à autarquia portuense pela firma Chambers & Wall. Desta vez, o projecto datado de 18 de Novembro de 1921, contemplava a construção de mais quatro fornos para cozer louça, «todos construídos a tijolo com a resistência<sup>182</sup> necessária para poderem comportar a pressão cauzada pelo fogo»<sup>183</sup>, de dois cobertos, a ampliação do depósito do carvão e, ainda, o prolongamento do edifício da fábrica. Esta obra não seria autorizada pela Comissão de Estética nos termos em que foi requerida.

182

Como refere Maria Helena Pires César Canotilho, «A designada “resistência ao choque térmico” tem de ser posta em evidência já que o isolamento de um forno irá ser submetido centenas de vezes a aquecimentos e arrefecimentos.», p.94.

183

AHMP, LO - 1922 - 1693.

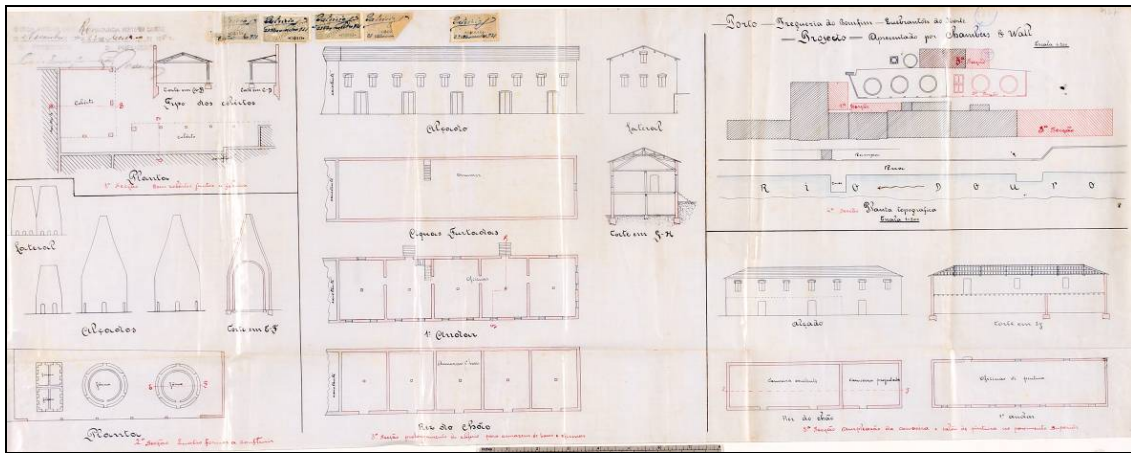


Fig.25 - Projecto com as várias plantas e alçados dos fornos e ampliações que não mereceu aprovação.

Fonte: AHMP, LO – 1922 – 1693, p.427.

No mês de Dezembro de 1921 foi solicitada autorização para a construção de um muro em alvenaria com 51m de comprimento, 2m de altura e 0,50m de espessura com o objectivo de vedar a Quinta do Roriz. O muro de pedra a construir ficaria desviado da via-férrea cerca de 2,50m<sup>184</sup> mas apenas viria a ser concluído depois de Agosto de 1923, pois só no dia seis desse mês e ano deu entrada nos serviços municipais o respectivo pedido de licença para a sua construção<sup>185</sup>.

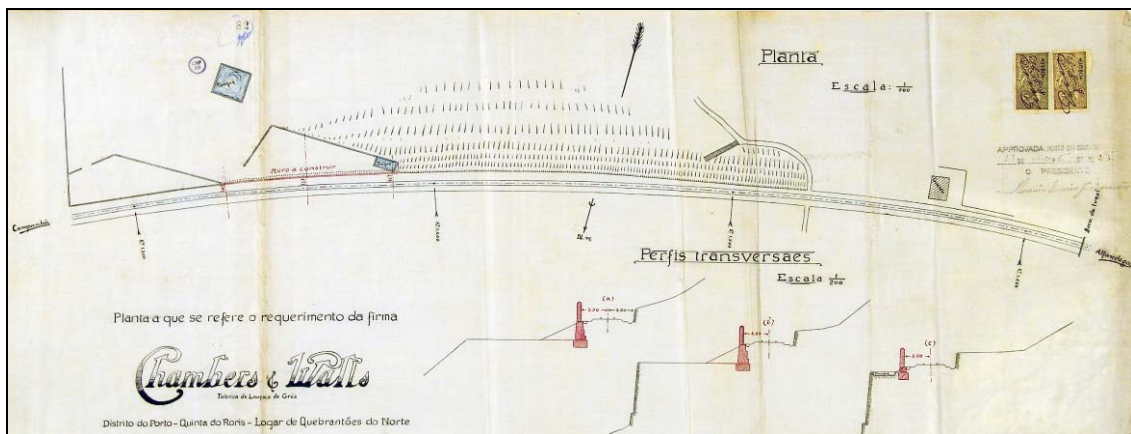


Fig.26 - Planta do muro a construir para conclusão da vedação da Quinta do Roriz.

Fonte: AHMP, LO – 1923 – 1422, p.82.

184 AHMP, LO - 1922 - 0113.

185 AHMP, LO - 1923 - 1422.

Entre Fevereiro e Outubro de 1922 deram entrada na Câmara alterações ao projecto de Novembro de 1921, as quais viriam a ser aprovadas mas sujeitas às imposições do Inspector-Geral dos Incêndios datadas de 7 de Novembro de 1922<sup>186</sup>.

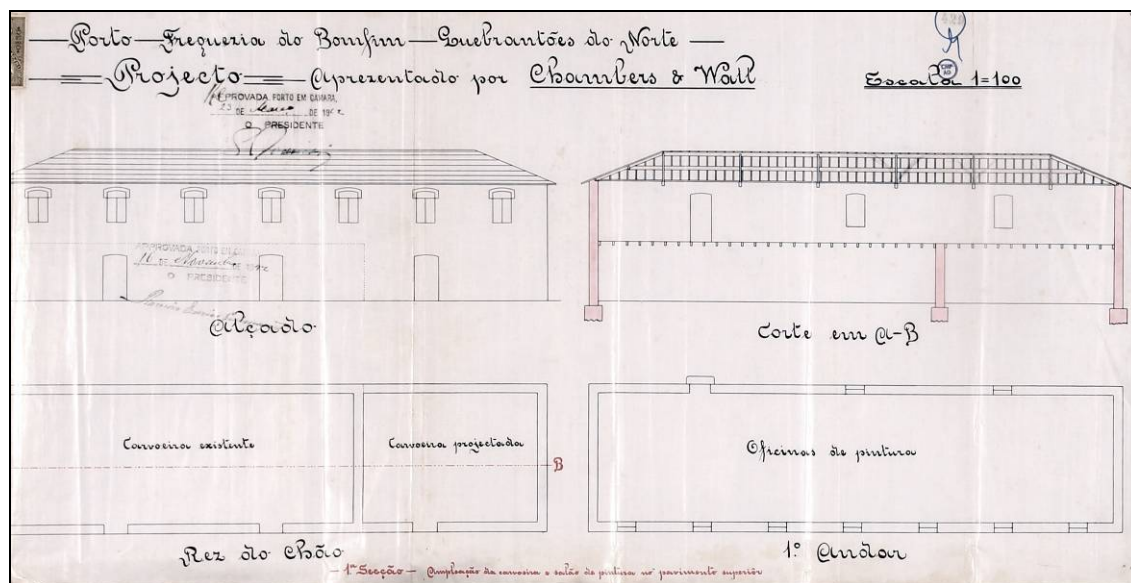


Fig.27 – Aditamento ao projecto de Chambers & Wall para a fábrica de Quebrantões, Porto, aprovado em 1922.

Fonte: AHMP, LO – 1923 – 1693, p.429.

186

AHMP, LO - 1922 - 1693. Nessa data vigorava já o “Regulamento da Higiene, Salubridade e Segurança nos Estabelecimentos Industriais, aprovado pelo Decreto nº 8 364 de 25 de Agosto de 1922, in República Portuguesa, *Indústrias Insalubres - Substâncias Explosivas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1925.

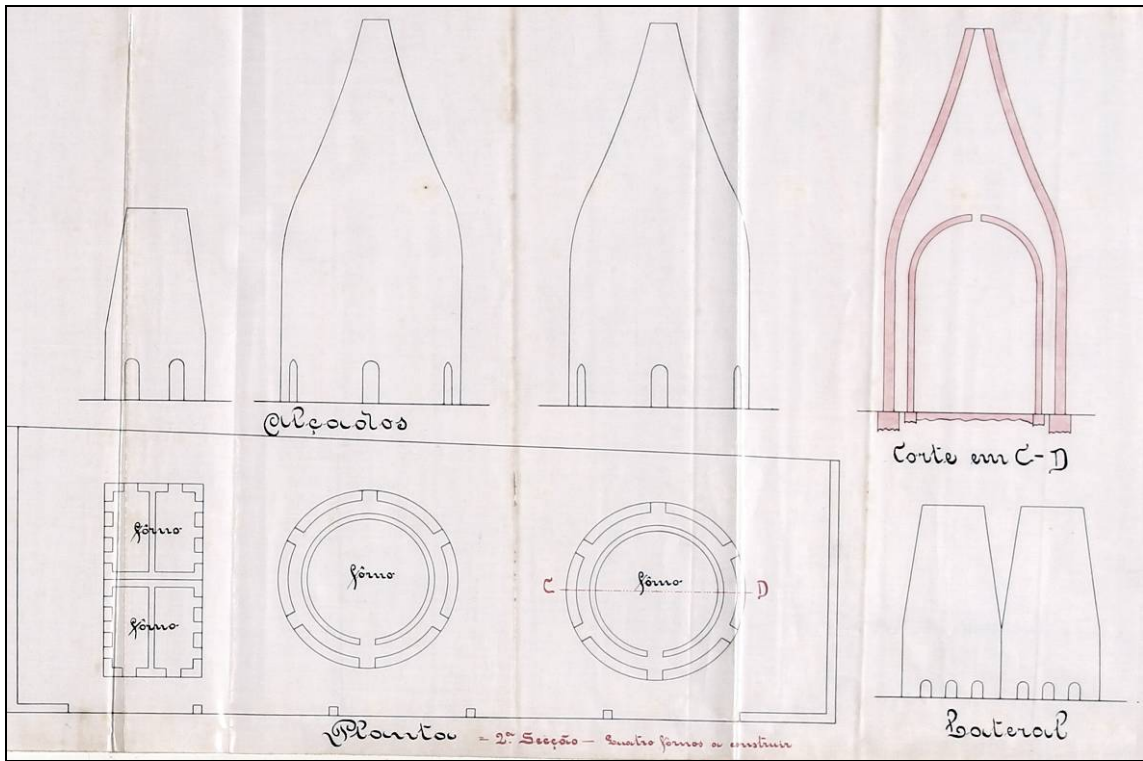


Fig.28 – *Idem*, fornos a construir.  
 Fonte: AHMP, LO – 1922 – 1693, p.429.

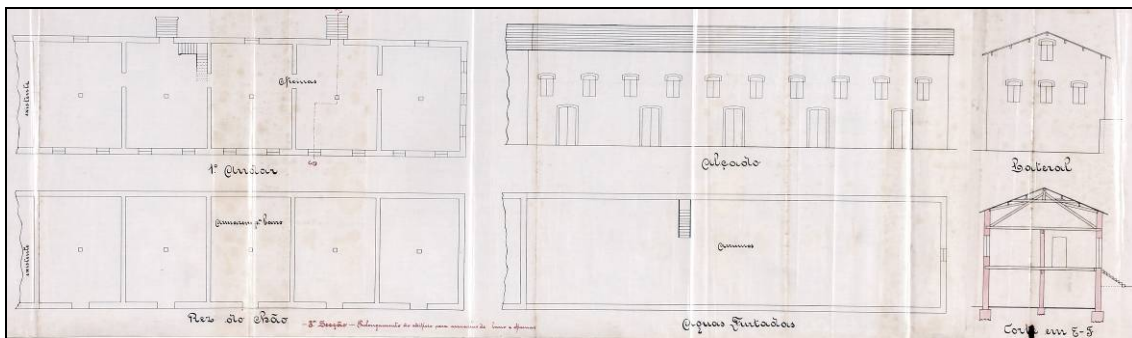


Fig.29 – *Idem*, alçados da fábrica.  
 Fonte: AHMP, LO – 1922 – 1693, p.429.

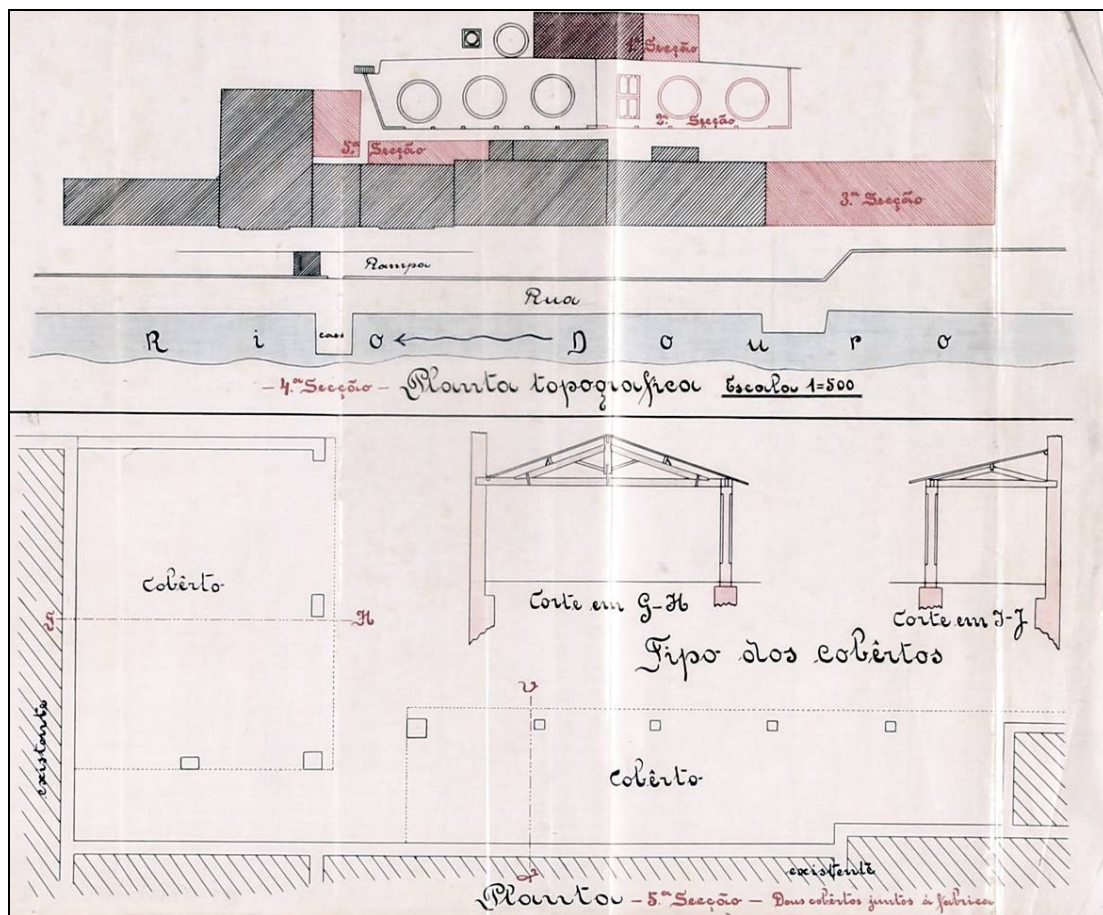


Fig.30 – *Idem*, Planta topográfica da fábrica  
 Fonte: AHMP, LO – 1922 – 1693, p.429.

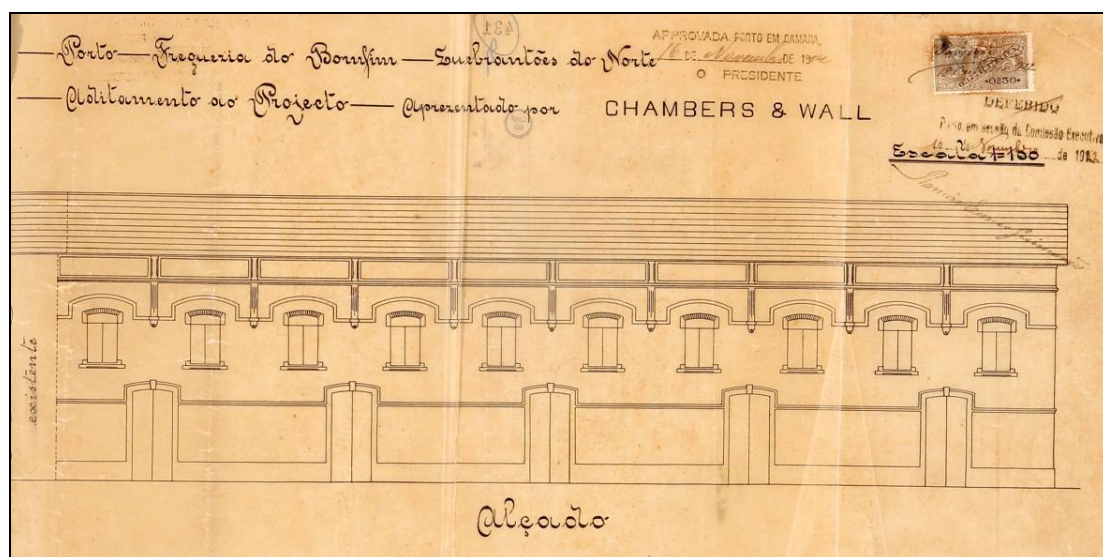


Fig.31 – *Idem*, alçado da fábrica em aditamento.  
 Fonte: AHMP, LO – 1922 – 1693, p.431.

Por precaução contra o risco de propagação de possíveis focos de incêndio, o Inspector-Geral determinou o prolongamento dos muros e das divisórias dos compartimentos bem como a construção do pavimento do salão de pintura em cimento armado.

Da análise do projecto apresentado, constante das figuras anteriores, resulta que os pisos térreos do edificio eram utilizados como armazéns de barro, que as oficinas estavam instaladas no 1º andar e que as águas-furtadas serviam para arrumos.

Para além do número de fornos a construir, investimento que estará certamente relacionado com a necessidade de colmatar a diminuição da produção originada com a desactivação das instalações do Lugar de Massarelos, importa reter que a utilização do cimento armado era exigência no que respeita à observação das regras de segurança contra o risco de incêndio<sup>187</sup>.

Em Novembro de 1929 foi pedida licença à Câmara para construção de um telhado em chapa zincada em virtude de um temporal ter danificado o existente<sup>188</sup>.

A cobertura de um armazém com chapa zincada numa unidade industrial produtora de artigos cerâmicos poderá ser um indicador de que a situação da firma não seria saudável financeiramente, adivinhando-se assim o desfecho que viria a acontecer com a venda das instalações à Companhia das Fábricas Lusitânia, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

No inventário dos mecanismos existentes nas instalações à data da compra, 29 de Fevereiro de 1936, foi feito constar que era tudo muitíssimo antigo e em muito mau estado de conservação e que «a firma vendedora há mais de oito anos que pretendia vender a fábrica não tendo feito por isso nenhuma nova montagem nem simples reparações.»<sup>189</sup>.

Da extensa relação de maquinismos, fornos e utensílios, anexa à escritura de compra e venda na “Fábrica Cerâmica do Roriz” existiam, entre outros, dois fornos de chacota,

---

187

*Idem, ibidem.*

188

AHMP, LO - 1929 - 0534.

189

DREN, Rilei nº 1/4198.

dois fornos do vidro, um forno de chaminé, seis fornos intermitentes de chama invertida, estando um em reparação, outro em reconstrução e outro demolido, cinco muflas de cozer tintas e ouro, agitadores, balancés, compressor de pintura à pistola, filtros de prensa, um fole de forja desmontado, rodas de jau, máquinas de estamperia, máquinas de preparação de pasta, moinhos alcing, peneiros mecânicos, prensas hidráulicas, prensa para tubos, rebatedeira para tijolo refractário, tornos de acabamento e doze motores eléctricos, um de 0,45 CV, dois de 1,1 CV, um de 1,65 CV, um de 3 CV, um de 7,5 CV, dois de 9 CV, um de 10 CV, um de 13,4 CV, um de 17 CV e ainda um de 20 CV<sup>190</sup>.

A unidade fabril contava ainda com uma chaminé, com uma rede de distribuição de electricidade de baixa tensão para força motriz e com um posto de transformação de electricidade de 85 KWH.

Segundo o auto de fiscalização realizado no dia 28 de Março de 1936 pelo fiscal do trabalho industrial da 1ª Circunscção Industrial do Porto a fábrica de produtos cerâmicos, sita na Quinta do Roriz, lugar de Quebrantões do Norte da freguesia do Bonfim, tinha efectivamente uma secção com cinco fornos de grande capacidade, sendo que um se encontrava em obras de beneficiação, que outro possuía «quatro muflas destinadas ao cozimento da tinta» e, ainda, que um outro estava a ser submetido a trabalhos de construção de uma estufa para secagem de louça<sup>191</sup>. Revela o dito documento que a área de produção da unidade fabril era composta por uma serralharia privativa, por uma casa do barro, por um armazém de azulejos e outro de louças e por várias secções, nomeadamente de fornos, de vidro, de pintura, de estamperia, de olaria, de galga, de tanques de areia moída, de olaria férrea, de trempe e de caimas. Por último, o documento em apreço revela ainda que a fábrica estava licenciada pelo alvará nº 1901, que não existiam em funcionamento quaisquer maquinismos a vapor e que, para além de ser servida por um posto de alta tensão com transformador eléctrico de 85 KWH, a iluminação era feita através de 102 lâmpadas de diversas intensidades<sup>192</sup>.

---

190

*Idem, ibidem.* Importa referir relativamente às acções de fiscalização que vão sendo relatadas que nos termos da Portaria nº 3657 de 6 de Julho de 1923 qualquer instalação ou alteração dos mecanismos de fabrico só se poderia verificar mediante legalização.

191

*Idem, ibidem.*

192

*Idem, ibidem.*



No mês seguinte a entidade fiscalizadora da indústria, quanto aos equipamentos existentes na fábrica de louça “Massarelos”, apurou que no período de tempo anterior à venda a mesma dispunha de um forno chaminé, de dois fornos de chacota, de quatro muflas de tinta, de um forno de vidrar, de um forno de dourar, de um forno do vidro e de uma chaminé. A diligência, para além de ter sido efectuada com o objectivo de apurar as respectivas datas de demolição dos dois fornos cujos vestígios ainda eram visíveis, pretendia também dar resposta às reclamações de empresas concorrentes, segundo as quais a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia tinha intenção de «alargar o quadro da sua fabricação de “Massarelos” a artigos diferentes daqueles que presentemente fabrica, ou aumentar a capacidade de produção das instalações»<sup>193</sup>.

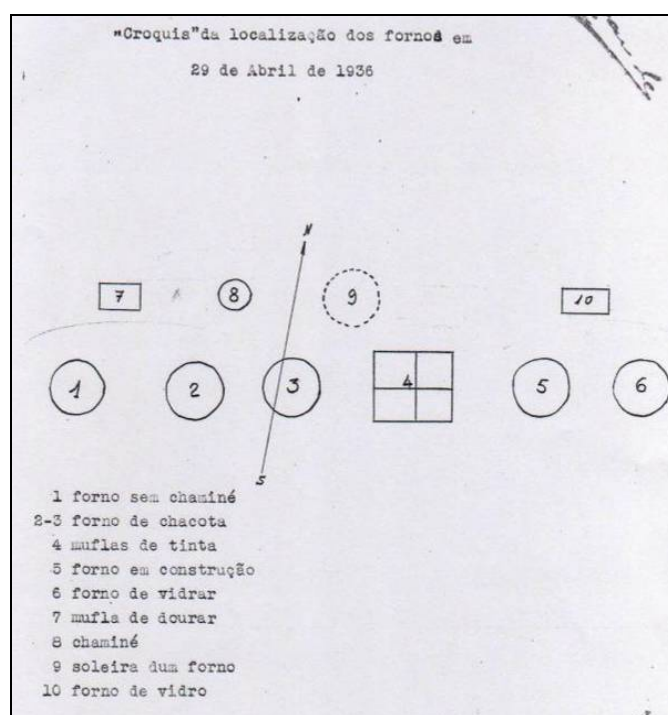


Fig.32 – “Croquis da localização dos fornos e muflas da fábrica de Quebrantões do Norte em 29 de Abril de 1936.

Fonte: DREN, Rilei nº1/4198.

193

*Idem, ibidem.* A Fábrica de Louça de Sacavém, Fábrica de Porcelana Vista Alegre, Sociedade de Porcelanas e a Empresa Electro Cerâmica, solicitaram ao Ministro do Comércio e Indústria um rigoroso inquérito às actividades da Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia que acabara de adquirir as instalações onde se fabricava louça “Massarelos” à firma “Chambers & Wall, Limitada”. O pedido, que deu entrada no dia 16 de Março de 1936, mereceu a determinação urgente de um minucioso inquérito a realizar pela 1ª Circunscrição Industrial do Porto, devendo ser dada à diligência atenção preferencial relativamente a qualquer outro serviço. Por essa altura, o gerente da Fábrica Cerâmica do Carvalhinho informou a 1ª Circunscrição Industrial do Porto de que a nova gerência da fábrica de louça “Massarelos” tinha instalado novas máquinas e prensas para se dedicar ao fabrico de mosaicos, artigos que nunca antes tinha produzido.

Relativamente à demolição dos fornos, John Thomas Watison, ex-encarregado da fábrica, comunicou por escrito ao Chefe da 1ª Circunscrição Industrial do Porto que já não se encontrava ao serviço mas que durante a sua gerência foram demolidos dois antigos fornos por ameaçarem ruir. Referiu ainda na missiva recepcionada no dia 06 de Maio de 1936 que no seu tempo a fábrica contava com cinco muflas e cinco fornos, sendo um de fundir vidro<sup>194</sup>.

O relatório de inspecção à fábrica, datado de 18 de Maio de 1936, dá conta de que a fábrica tinha em funcionamento quatro fornos, um de 75m<sup>3</sup> e três de 170m<sup>3</sup>, e três muflas, uma com a capacidade de produção de 8,5m<sup>3</sup>/dia, outra com a capacidade de produção de 7,25m<sup>3</sup>/dia e outra para dourar que nunca tinha dado resultados positivos por queimar os materiais. Consta ainda do referido relatório que a área de produção da fábrica dispunha de um armazém de louça e outro de louça vidrada e que estava distribuída por várias secções, uma de fornos, uma de serralharia, uma de pintura, uma de areia, uma de trempes, uma de azulejo, uma de estampanaria, uma de galga, duas de vidro, duas de barro, três de olaria e, por último, uma de sucata, com nove «jaulas», seis balancés, três bombas e onze rodas, tudo desmontado<sup>195</sup>.

Por ofício datado de 19 de Maio de 1938, a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia informou a 1ª Circunscrição Industrial do Porto que a unidade fabril de Quebrantões do Norte tinha em funcionamento um forno de chama invertida para alta temperatura, com a capacidade de cerca de 190m<sup>3</sup>, quatro fornos de globo para alta temperatura, com capacidade de cerca de 220m<sup>3</sup> cada um, uma mufla contínua para cozer tintas, com o volume de cerca de 7m<sup>3</sup> e quatro muflas intermitentes para tintas, com a capacidade de cerca de 14m<sup>3</sup> cada uma<sup>196</sup>.

Por essa altura, a fábrica tinha em funcionamento 15 motores eléctricos e os edifícios eram construídos em alvenaria, cimento armado e madeira. Os esgotos eram encaminhados para o rio Douro e a água consumida na actividade industrial era proveniente de nascentes próprias<sup>197</sup>.

---

194

*Idem, ibidem.*

195

DREN, Rilei nº 1/4198.

196

*Idem.*

197

*Idem.*

No ano de 1938 os maquinismos instalados na unidade fabril de Quebrantões do Norte permitiram que a mesma registasse uma capacidade de produção de 10 000Kg de louça por dia<sup>198</sup>.

No dia 11 de Fevereiro de 1939 a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia comprou a fábrica de ladrilhos e mosaicos a Henrique José Rebelo de Lima, situada na Rua Miguel Bombarda, n.ºs 129 a 135, no Porto, tendo, dias mais tarde, solicitado o respectivo averbamento ao alvará n.º 1 901 da fábrica “Massarelos”<sup>199</sup>.

Da relação de máquinas e acessórios adquiridos constava um motor com 1,5 CV, uma prensa dupla para 10 moldes (cinco de cada lado) para produção diária de 1 600 ladrilhos, um lote de formas diversas em ferro, um lote de placas diversas em ferro, um guincho e respectiva grade em ferro, um lote de moldes diversos em metal e, ainda, linhas de eixo e tambores diversos.

De requerimento em requerimento, de vistoria em vistoria e de despacho em despacho, no dia 7 de Março de 1940 foi comunicado à Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia que o requerimento para legalização de todos os mecanismo existentes na fábrica da Quinta do Roriz fora considerado sob as seguintes alterações<sup>200</sup>:

1. Em vez de quatro fornos de chama invertida seriam considerados apenas três, em virtude de ter sido solicitada e autorizada anteriormente a construção de um forno mufla-túnel contínuo para cozer e vidrar, em substituição de um dos fornos de chama invertida;
2. Em vez de quatro muflas intermitentes para vidro e tintas seriam consideradas somente três.

A comunicação referida fazia alusão ao funcionamento da mufla de canal contínuo que não tinha sido devidamente comunicado e obrigava o responsável pela fábrica a entulhar uma das 4 muflas intermitentes e a obturar com tijolo e argamassa a competente porta.

---

198

*Idem.*

199

*Idem.*

200

*Idem.*

Um ofício da firma, datado de 09 de Março de 1940, dava conta ao Eng.º Chefe da 1ª Circunscrição Industrial do Porto que a construção do forno mufla-túnel fora suspensa devido à guerra que atingira a Europa, solicitando por isso autorização para que o forno intermitente que a mesma tinha como função substituir pudesse continuar em laboração, fazendo menção de que a construção de todos os fornos era anterior ao condicionamento da indústria<sup>201</sup>.

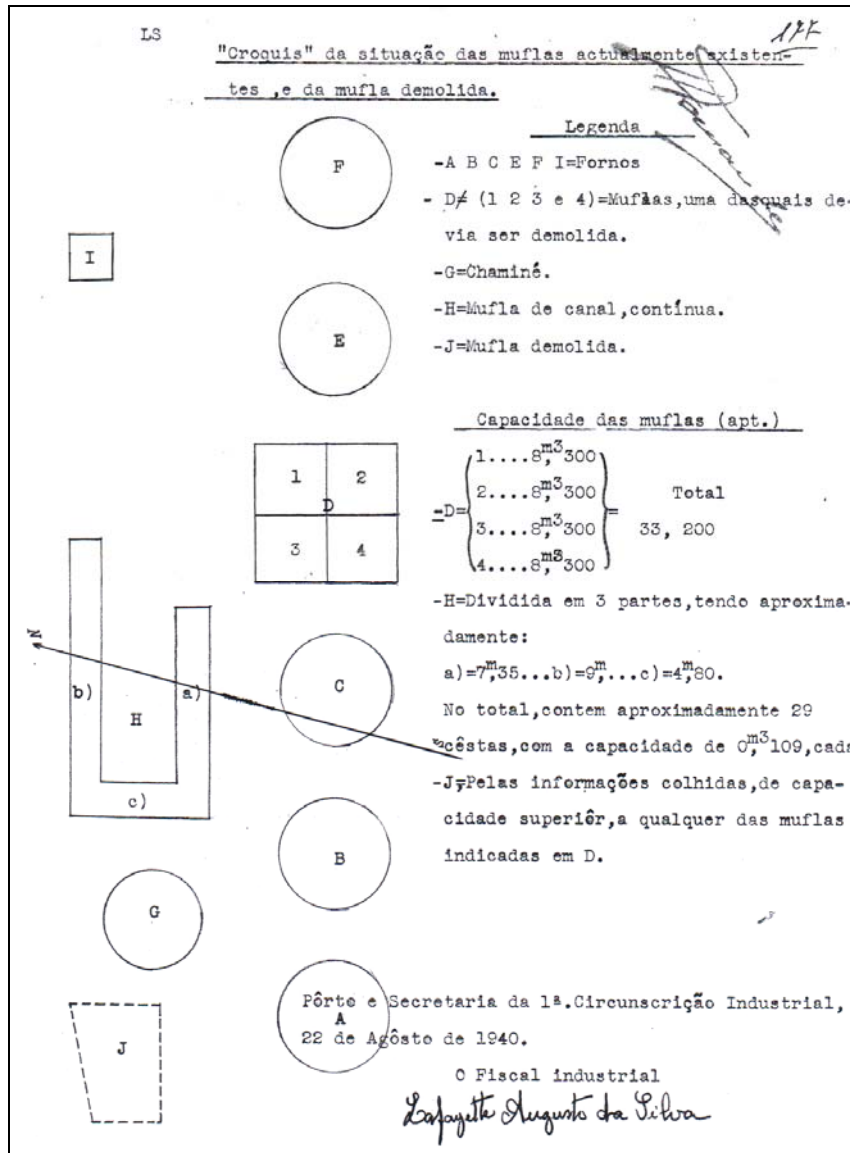


Fig.33 – “Croquis” da situação dos fornos e muflas existentes na fábrica de Quebrantões do Norte, elaborado pelo fiscal industrial no dia 22 de Agosto de 1940.

Fonte: DREN, Rilei n°1/4198.

201

Idem. Importa referir que o regime de condicionamento industrial, regulado por diplomas legais de 1931 e 1937 impunha regras rígidas no que respeita ao funcionamento das indústrias.

Quando a unidade de Quebrantões do Norte passou a laborar sob a denominação de Fábrica de Louça «Massarelos», Lda., corria o ano de 1944, encontrava-se em fase de construção o forno-mufla contínuo que se destinava a substituir um dos fornos intermitentes. Pelas suas características o dito forno permitiria economizar em custos com o combustível, otimizar a produtividade e melhorar a qualidade de acabamento das peças produzidas<sup>202</sup>.

Em 21 de Outubro de 1944, faziam parte de todo o conjunto de máquinas operatórias, mecanismos e outros recursos existentes na fábrica um forno de chama invertida para alta temperatura com a capacidade de 190m<sup>3</sup>, quatro fornos de chama invertida para alta temperatura com a capacidade de cerca de 220m<sup>3</sup> cada, quatro muflas intermitentes para vidro e tintas com a capacidade de cerca de 14m<sup>3</sup> cada, uma mufla de canal contínuo para cozer tintas, um forno para moldes de gesso, um forno contínuo para fundir vidro, dois compressores de ar, uma máquina de preparação e «moldação» de pastas, uma instalação de colagem (Lambuge), uma forja portátil, uma máquina para «moldação» de barro para rolos, doze motores eléctricos com a potência total de cerca de 110 HP<sup>203</sup>, vinte balancés diversos, uma sirene para chamar o pessoal, uma serra de fita, três esmeriladores, um grupo de três pequenos moinhos para ensaios de vidro e tintas, uma prensa dupla para 10m de ladrilho, oitenta e oito tornos de moldagem e acabamento (alguns desmontados), duas máquinas de preparação de pasta com misturador, uma «rebatedeira» de tijolo, quatro peneiras, quatro «diluidores», seis agitadores, oito bombas (algumas desmontadas), quatro filtros, duas prensas hidráulicas, três moinhos “Alsing”, quatro ventoinhas eléctricas, um moinho de galga, um amassador de pasta com «moldação», uma prensa para tubos e preparação (desmontada), um torno mecânico para ferro de 1,50 entre pontos, um engenho de furar, um limador com 0,40cm de curso, uma forja com ventoinha, uma máquina para moldar chávenas e outros artigos, quatro máquinas de estamperia (uma desmontada), um «pulverizador-molhador» desmontado, cinco tornos de bancada, uma caldeira de aquecimento, uma instalação de magnetos de limpeza, uma nora de pratos, 10 cabines de decoração à pistola, um aspirador de pó, oito tanques para composição de pastas, três tanques para limpeza de louças, um forno-mufla-túnel contínuo ainda em construção e um posto de

---

202

José Manuel Lopes Cordeiro, in, “Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936”, *Separata de Cadernos do*

*Noroeste, Série Sociologia*, Vol.13 (2), 2000, pp.372-373.

203

HP, do inglês Horse-Power ou Caval-de-Força.

transformação de energia eléctrica de 65 KVA<sup>204</sup>, com respectiva rede de distribuição para força motriz e iluminação<sup>205</sup>.

A Direcção Geral da Indústria comunicou ao gerente da Fábrica de Louça «Massarelos», Lda., por ofício de 27 de Novembro de 1946, que por despacho do Sub-Secretário de Estado do Comércio e Indústria de 19 de Novembro de 1946 fora autorizada a construção de um forno-mufla, contínuo. Tal equipamento industrial seria constituído por espaço de canal aproveitável para cozedura de cerca de 900mm de largura e 625mm de altura e por vagonetas de cerca de 1 600mm de comprimento utilizável, com capacidade de cozedura de cerca de 0,900m<sup>3</sup>, sendo que as secções de secagem, cozedura e arrefecimento ficariam com o comprimento de 35,5m, 24m e 30,5m, respectivamente. Este equipamento destinava-se a substituir um dos fornos intermitentes já existentes na fábrica com capacidade de cerca de 170m<sup>3</sup> por fornada e seria construído sob a condição «de na fábrica não se produzir material eléctrico e de porcelana.»<sup>206</sup>.

Em 12 de Julho de 1948 o Engenheiro-Chefe da 3ª Repartição do Ministério do Comércio e Indústria deu conhecimento à 1ª Circunscrição Industrial do Porto que por comunicação da firma Fábrica de Louças «Massarelos», Lda. o forno-mufla contínuo cuja autorização de construção datava de 19 de Novembro de 1946 ficara concluído dentro do prazo<sup>207</sup>.

Meses mais tarde, no dia 30 de Dezembro de 1948, o responsável da Fábrica de Louças «Massarelos», Lda. solicitou autorização para a instalação de novos equipamentos, nomeadamente: três prensas hidráulicas com a capacidade de cerca de 50 produtos/hora cada, um amassador de pasta horizontal com a capacidade de cerca de 1 000 kg/hora, um calibrador de moldes com a capacidade de cerca de 500 moldes por dia, um compressor de ar absorvendo a potência de 6 CV, quatro máquinas semiautomáticas para moldar louça com a capacidade de cerca de 250 produtos/hora cada, dois moinhos cilíndricos para matérias duras, um pulverizador com a capacidade de cerca de 1 000 kg

---

204 KVA, Quilovolt-ampere

205 José Manuel Lopes Cordeiro, in “Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936”, *Separata de Cadernos...*, pp.372-373.

206 *Idem.*

207 *Idem.*

/hora, um «jauge» para produtos ovais, dois filtros prensa com capacidade para 60 pratos de 0,5m cada e uma máquina para rolos de barro com a capacidade de 200 kg/hora<sup>208</sup>.

Consultadas as plantas das instalações da fábrica, datadas de Junho de 1950, pode ver-se que para além dos mecanismos de cozedura anteriormente referidos, é também contemplada a existência de duas chaminés de 25,50m e 40,60m de altura, de dois depósitos de 30m<sup>3</sup> de gasóleo cada um, de uma estufa e, ainda, de uma báscula.

O relatório elaborado pelo delegado de saúde que visitou a fábrica por volta do dia 21 de Janeiro de 1952 dá conta de que as instalações eram em grande parte de construção recente e com boas condições de iluminação e ventilação<sup>209</sup>.

No dia 09 de Março de 1955 a gerência das Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas foi informada de que tinha sido autorizada a instalação de «uma mufla contínua para cozer o vidro e decorações dos produtos cerâmicos da sua fabricação corrente, com a capacidade de cerca de trinta metros cúbicos por vinte e quatro horas». No entanto, para tal, seria necessário que a fábrica fosse dirigida permanentemente por um engenheiro químico, que fosse montado um laboratório de controlo privativo de fabrico, que fossem removidas todas as deficiências de ordem geral que a anterior vistoria detectara, que não se verificasse um aumento significativo da capacidade de produção e, ainda, que fosse demolido um dos fornos antigos com capacidade igual à do novo.

O inquérito industrial de 11 de Fevereiro de 1958 é também uma importante fonte de informação no que diz respeito à capacidade produtiva da fábrica de louça “Massarelos” porquanto refere que nessa data se encontrava em uso nas instalações um motor a óleo de 80 HP e setenta e quatro mecanismos com motores com potência total de 333 HP movidos a energia eléctrica que era fornecida pela União Eléctrica Nacional. Quanto aos mecanismos verifica-se que na generalidade se mantêm inalterados, sendo de realçar que o forno-mufla túnel com 0,9m<sup>3</sup> de capacidade de cozedura já se encontrava em funcionamento e também a existência de três reservatórios de combustível, dois de

---

208

*Idem.*

209

*Idem.*

trinta toneladas cada um e outro de uma tonelada. Nesse ano a produção de louça rondou as 7 000 peças diversas por dia<sup>210</sup>.

Em 12 de Janeiro de 1965 o gerente da filial do Porto da «Lufapo» solicitou a substituição de um forno de cúpula a carvão e lenha com capacidade de cerca de 220m<sup>3</sup> por um forno eléctrico de dois canais na sua fábrica de cerâmica sita no Monte do Seminário no Porto. Da planta das instalações, datada de 20 de Janeiro de 1965, remetida à 1ª Circunscrição Industrial do Porto consta efectivamente a demolição de um forno e a existência de um outro, este a electricidade e da marca GIBBONS<sup>211</sup>.

A informação de vistoria efectuada à fábrica, datada de 31 de Maio de 1968, deixa antever o desfecho que se conhece pois descreve um conjunto de instalações em mau estado e a necessitarem de remodelação, com pavimentos, alguns ainda de madeira, que não ofereciam a indispensável segurança e com portas e janelas com falta de vidros<sup>212</sup>.

Através da análise do Relatório e Contas do exercício de 1971, verifica-se que, muito embora se encontrasse avariado, a fábrica dispunha nessa altura de um forno da marca “Seedorf”<sup>213</sup>. A avaria terá estado na origem de uma forçada imobilização da fábrica para que o referido equipamento pudesse ser reparado<sup>214</sup>.

As últimas referências de alguma forma relacionadas com a evolução da laboração da unidade fabril de Quebrantões do Norte encontram-se plasmadas no Relatório e Contas do exercício de 1973. Segundo o documento, nesse ano os gastos com encargos de manutenção e material de laboração perfizeram 66 918\$40 e 95 436\$90,

---

210

*Idem.*

211

*Idem.*

212

*Idem.*

213

A marca “Seedorf” corresponde a um dos vários fabricantes de fornos industriais: «Sin embargo, el horno de mayor implantación fue el de pasajes o tubulares, de estrechas y largas galerías por la que se pasaba el azulejo (fuego fijo y producto móvil). El sistema fue desarrollado en Centro-europa y supuso una innovación primordial al permitir la cocción com hornos de combustión continua de la fase de producto decorado final, separando esta de la cocción del bizcocho que aún se hacía em hornos tradicionales. Modelos habituales fueron fabricados por empresas como *Seedorf, Barferd, George y Villeroy & Boch* [...]», in *La Cerâmica Valenciana – 19 Azulejería del Siglo XX*, pp.257-258. [Última consulta em 30.04.2012]. Disponível em: <http://www.avec.com/lcv/cap19.pdf>.

214

D.R. III Série, nº103 de 02.05.1972, p.2812. Disponível em: <http://dre.pt/sug/3s/diarios.asp>.



respectivamente. Estes dois últimos factores, insignificantes e até modestos, poderão ajudar a explicar o declínio das instalações e do aparelho produtivo e, conseqüentemente, o que viria a acontecer com a fábrica de Quebrantões do Norte onde outrora se produziu cerâmica da marca “Massarelos”<sup>215</sup>.

### III.2. As energias e os combustíveis

«Tambem saó pertenças o engenho e moinhos dos vidros e tintas p[ar]a a louça, o qual esta estaballecido e huma azenha de de D. Antónia de Almeyda Araújo Carneiro sita a Sima das Bicas.»<sup>216</sup>.

A documentação que acompanha a evolução da Fábrica de Louça de Massarelos desde a sua fundação até ao final do século XIX, revela uma unidade industrial dependente essencialmente das energias hídrica, animal e humana para poder manter em funcionamento os diversos sectores de produção. Esta dependência só encontraria concorrência com a chegada da primeira caldeira, da máquina a vapor e do motor.

O arrendamento da azenha movida pelas águas da ribeira de Vilar para «moer vidro, e mais materiais para a Fábrica da Louça de Sobredouro»<sup>217</sup> que fez Domingos Ferreira da Silva Guimarães a D. António de Almeida Araújo Carneiro de Azevedo, no ano de 1779, é ilustrativo quanto à importância que a força motriz gerada pelos cursos de água representava para a indústria em geral e em particular para a cerâmica.

A dependência da energia hídrica manter-se-á durante o século XVIII e praticamente durante o seguinte. Em 08 de Setembro de 1873, por alturas da constituição da Sociedade Sá Lima & Irmão, a fábrica contava com o funcionamento de duas azenhas, uma pequena e outra grande<sup>218</sup>. Alguns anos depois, em 1881, o proprietário da Fábrica

---

<sup>215</sup> BPMP, *Relatório e Contas do Exercício de 1973*, Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, Coimbra, 1974.

<sup>216</sup> ADP, 6º Cartório Notarial do Porto, 4ª série, Lv.120, pp..20-20v. Em 1774, Manuel Duarte Silva e sua mulher doaram a sua filha e genro a fábrica de louça e demais pertences.

<sup>217</sup> ADP, 8º Cartório notarial do Porto, lv.298, pp.28-31.

<sup>218</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, Lv.601, p..9v.

de Massarelos possuía «um moinho com duas rodas hidráulicas tocadas pelo ribeiro de vilar e que moíam o vidro para esta e outras fábricas.»<sup>219</sup>.

À força motriz gerada pelas águas da ribeira de Vilar, à força braçal dos operários e à dos animais haveria de se juntar a produzida pela pressão da caldeira semi-fixa a vapor, instalada na Fábrica por volta de 1885 e, mais tarde, aquela que seria debitada pela máquina e pelos dois motores que seriam instalados nos anos de 1890, 1895 e 1913, respectivamente<sup>220</sup>.

O panorama relativamente à data de início da produção na unidade fabril de Quebrantões do Norte, tirando as azenhas movidas a energia hidráulica, não seria muito diferente do que se verificava na unidade de Massarelos. Há notícia de que no ano de 1906 tinha em efectivo funcionamento uma máquina a vapor que debitava 20 cavalos – força<sup>221</sup>.

Mas se a energia, mesmo na sua forma mais natural ou produzida da forma mais artesanal, assumiu uma importância vital no que diz respeito aos aspectos produtivos da fábrica, os combustíveis não ficam diminuídos de importância quando o que estava em causa era a produção de louça cerâmica cuja qualidade dependia em muito do processo e das fases de cozedura e, assim, da eficaz manutenção da temperatura dos seus fornos ou muflas<sup>222</sup>.

---

219 Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas*, Imprensa Moderna, 1936, Porto, p.2.

220 *Fábrica de Massarelos Porto, 1763 - 1936, ...*, pp.52-58.

221 *Idem*, p.58.

222 «Este factor de produção implica grandes gastos, porque as fábricas devoram combustível, tanto nas operações preliminares de fabrico do esmalte, para calcinar a areia, o estanho, chumbo e sal, como na fase de cozedura propriamente dita, onde é preciso manter um fogo bastante vivo por um período de 6 a 9 horas e um período de permanência total dentro do forno, que pode ir de 30 a 36 horas para esfriamento. A solução dos proprietários é aperfeiçoar e especializar um mercado de loiça fina que exige menos poder calorífico, capaz de utilizar não o carvão nem a lenha, mas os feixes de mato que as mulheres transportam à cabeça e vão vender à portas das fábricas.» Nuno Luís Madureira, *História de Portugal - Mercado e Privilégios - A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, p.178

A unidade de Massarelos para alimentar os fornos de cozedura de louça consumiu em 1829 seis barcos de carqueja e vinte carros de carvão e no ano seguinte precisamente a mesma quantidade dos dois combustíveis<sup>223</sup>.

Muito embora não existam dados quantitativos nem registos comprovativos específicos, a carqueja seria, no início da laboração, o combustível mais utilizado no aquecimento dos fornos de cozer o material cerâmico produzido na fábrica de Massarelos. Com a chegada do carvão<sup>224</sup> a situação terá sofrido alguma alteração mas mesmo assim alguns autores como Luís Madureira sustentam que este combustível fóssil era apenas utilizado para potenciar a acção da carqueja<sup>225</sup>.

Com a introdução do motor, o gás passou, pelo menos numa fase inicial, também a fazer parte dos combustíveis utilizados na produção de louça e dos restantes produtos cerâmicos. No entanto, com o evoluir do Século XX a electricidade terá ganho preponderância como de resto o indicia a relação dos mecanismos e apetrechos elaborada em 1936 aquando da venda da unidade industrial de Quebrantões do Norte à Companhia das Fábricas Lusitânia. Na verdade, para além do rol de motores eléctricos de potências variadas ser vasto, a fábrica dispunha de um posto de transformação de electricidade de 85 KWH e de uma rede de distribuição de corrente eléctrica de baixa tensão<sup>226</sup>.

Do auto de fiscalização elaborado no dia 28 de Março de 1936 consta que na fábrica de produtos cerâmicos sita na Quinta do Roriz, lugar de Quebrantões do Norte, pertencente à firma Chambers & Wall, não existiam «quaisquer caldeiras, recipientes e «autoclaves a vapor» nem motores hidráulicos, de combustão ou a vapor»<sup>227</sup>. O mesmo fiscal,

---

<sup>223</sup> AHMOPTC - J C - 12: Mapa da Fábrica de Louça sita em Sobre Douro Freguezia da Boa Viagem da qual *he proprietário Manuel Duarte Silva*, p.155 / Teresa Soeiro, et. al. - “A cerâmica Portuense...”, p.211.

<sup>224</sup> Como atrás se referiu, através da consulta do Anuário Comercial do Porto, entre 1906 e 1915, verificou-se a existência da firma importadora de carvão “Wall & C.” cuja sede coincidia com a da firma detentora da marca “Massarelos”.

<sup>225</sup> «Quando o carvão começa a ser timidamente introduzido em duas manufacturas do Porto, no século XIX, a sua função é meramente de potenciar a acção dos molhos de carqueja e queiró.», Luís Madureira, *História de Portugal - Mercado e Privilégios...*, p.178.

<sup>226</sup> DREN, Rilei nº 1/4198.

<sup>227</sup> *Idem*.

através diligência efectuada no mês seguinte junto do ex-encarregado da fábrica John Thomas Watison, apurou que na fábrica já não existia em funcionamento o motor a «gás-pobre» outrora referenciado.

A documentação existente em arquivo na Direcção Regional de Economia do Norte relativa ao ano de 1938 revela ainda que a fábrica consumia carvão importado de Inglaterra e Alemanha e que os quinze motores eléctricos eram alimentados por energia exterior, fornecida pela UEP – União Eléctrica Portuguesa<sup>228</sup>.

Através de um relatório datado de 27 de Janeiro de 1940 um técnico da 1ª Circunscrição Industrial do Porto informa os seus superiores que a fábrica tinha em reserva mais de mil toneladas de lenha<sup>229</sup>.

As plantas das instalações da fábrica, datadas de Junho de 1950 e arquivadas naquela Direcção Regional, contemplam, para além dos mecanismos e recursos eléctricos anteriormente referidos, a existência de dois depósitos de 30m<sup>3</sup> de gasóleo cada.

Segundo o inquérito industrial de 11 de Fevereiro de 1958, a fábrica consumia “corrente alterna trifásica de baixa tensão” fornecida pela União Eléctrica Nacional<sup>230</sup>.

O pedido de substituição de um forno de cúpula a carvão e lenha com capacidade de cerca de 220m<sup>3</sup> por um forno eléctrico de dois canais, elaborado pela gerência das Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas em 12 de Janeiro de 1965, sugere que a electricidade substituiu gradualmente o carvão e a lenha nos processos de cozedura de artigos cerâmicos<sup>231</sup>.

Analisados os relatórios e contas a que atrás se fez alusão, relativos aos exercícios das firmas que produziram a marca “Massarelos”, verifica-se que os custos com os combustíveis sempre constituíram um factor que contribuiu negativamente para os resultados submetidos aos accionistas.

---

228

*Idem.*

229

*Idem.*

230

*Idem.*

231

*Idem.*

No ano de 1973, segundo o quadro referente ao desenvolvimento da Conta de Lucros e Perdas do Exercício de 1973 que foi possível consultar<sup>232</sup>, na fábrica de Massarelos os gastos com energia totalizaram 1 415 123\$70. A falta de dados dos anos anteriores e posteriores não permite fazer o desejável registo da evolução dos custos com energia que se verificou na unidade fabril.

Recorrendo aos dados relativos à energia consumida pelas indústrias de fabricação de porcelana, grés fino, faiança e olaria de barro relativos ao período de tempo compreendido entre 1972 e 1980 confirma-se que efectivamente os custos com combustíveis e energia registaram uma subida significativa. Apenas no consumo de carvão se registou uma descida bastante acentuada, passando de 1 514 toneladas (1 658 contos) em 1972 para 8 toneladas (45 contos) em 1980<sup>233</sup>.

Ainda no que respeita aos combustíveis sólidos importa referir, como curiosidade estatística, que muito embora todos os derivados de combustíveis fósseis e electricidade disponíveis, as indústrias cerâmicas nacionais, no seu todo, continuaram a preferir a lenha e os resíduos vegetais. No ano de 1972 consumiram 5 257 toneladas (1 670 contos) e em 1980 praticamente o dobro ou seja 11 980 toneladas (4 766 contos)<sup>234</sup>.

Já nos combustíveis líquidos, o gasóleo apresentou-se ao sector cerâmico como o principal recurso. A diferença que se registou entre os anos referidos, 1972-1980, foi extremamente significativa e talvez determinante para o futuro de algumas empresas, das 16 030 toneladas (14 599 contos) passou para as 32 746 toneladas (267 472 contos) consumidas. Se em tonelagem de produto o consumo se multiplicou por dois, nos custos multiplicou-se por oito<sup>235</sup>.

Na rubrica dos combustíveis gasosos, foi no gás propano que se manifestou o consumo mais elevado passando das 11 80 toneladas (26 667 contos) em 1972 para as 22 683

---

232 BPMP, *Relatório e Contas do Exercício de 1973*, Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, Coimbra, 1974.

233 Maria da Conceição Evangelista, *Porcelana, grés fino, faiança e olaria de barro*, Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984.

234 *Idem, ibidem.*

235 *Idem, ibidem.*

toneladas (490 082 contos) em 1980. Também neste caso os custos subiram exponencialmente<sup>236</sup>.

No que diz respeito à energia eléctrica, verifica-se que a regra também se manteve. As indústrias do sector cerâmico consumiram 87 552 KWH (44 915 contos) em 1972 e 115 876 KWH (270 961 contos) em 1980<sup>237</sup>.

Outro dado importante, muito embora aplicável à generalidade da indústria cerâmica e não à fábrica de Massarelos em particular, é o de que em 1980 cada 100 contos de material produzido incorporavam 15,4 contos de energia<sup>238</sup>.

Os consumos referidos encontram explicação no facto dos combustíveis líquidos e gasosos terem ganho importância na alimentação dos fornos de altas temperaturas, tornando-se a electricidade, por sua vez, imprescindível no funcionamento dos fornos eléctricos e demais maquinaria que passou a equipar as instalações fabris mais modernas ou modernizadas<sup>239</sup>.

### III.3. As matérias-primas

«80 Quintais de Chumbo = 20 ditos de Estanho = 120 Carradas de Barro de Lisboa = 5 Viagens d'Areia de Coina = 6 Arrobas de Esmalte = 3 ditas de Antimonio = 2 ditas de Fezes de Ouro = e 4 ditas de Safra e outras mais miudezas»<sup>240</sup>.

---

236

*Idem, ibidem.*

237

*Idem, ibidem.*

238

*Idem, ibidem.* O problema enfrentado pelas empresas modernas relativamente aos custos energéticos e dos combustíveis sempre se manifestou e sempre influenciaram os resultados financeiros das manufacturas e das firmas. Segundo Nuno Luís Madureira, a unidade industrial «mais importante da cidade do Porto afecta 24,1% dos custos de produção à compra de 194 000 molhos de mato (1788), enquanto a Real Fábrica de Lisboa tem uma estrutura de despesas proporcionalmente semelhante, com 23,4% de reinvestimento anual para aquisição de 526 000 molhos de carqueja (1823)», in *História de Portugal - Mercado e Privilégios...*, 1997, p.179.

239

Maria da Conceição Evangelista, *Porcelana, grés fino, faiança e olaria de barro*, Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984.

240

AHMOPTC, JC 12: *Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fábricas existentes no reino em 1815*, pp.279-280.

O extracto atrás referido constitui um precioso testemunho no que respeita às matérias-primas e respectivas quantidades utilizadas na produção de louça de faiança na fábrica de Massarelos no ano de 1815 e na gerência de Manuel Duarte Silva (neto). Como se lê eram diversificadas e de diferentes proveniências.

Para fazer face à produção, a fábrica de Massarelos consumiu, nos anos de 1814, 1817 e 1829 as matérias-primas que o mapa seguinte apresenta<sup>241</sup>:

<b>Matérias-primas</b>	<b>1814</b>	<b>1815</b>	<b>1817</b>	<b>1829</b>
Chumbo (quintais)	100	80	80	100
Estanho (quintais)	18	20	20	40
Safra (arrobas)	4	4	4	-
Drogas/tintas (quintais)	-	-	-	7
Esmalte (arrobas)	4	6	4	-
Antimónio (arrobas)	1	3	3	-
Fezes de ouro (arrobas)	1	2	2	-
Barro (carradas)	-	120	120	100
Areia (viagens)	-	5	5	7

Ora, como resulta do mapa e do que atrás se escreveu, a produção de louça da marca “Massarelos” contou com uma variada gama de matérias-primas.

A escassez de barro de qualidade, a principal matéria-prima necessária para o fabrico de louça, levou os fabricantes do Porto e Gaia a abastecerem-se noutras paragens, nomeadamente em Lisboa, conforme o documentam os vários contratos estabelecidos. Segundo Charles Lepierre as argilas utilizadas pelos fabricantes de faiança do Porto e de Gaia eram extraídas nos arredores, nomeadamente em Avintes, mas também em Coimbra e Lisboa<sup>242</sup>.

<sup>241</sup> Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuguesa ...”, p.216 / AHMOPTC, JC 12: *Mapas e contas dos ministros territoriais a...*, pp.279-280 / AHMOPTC, JC 12: *Mapa da Fábrica de Louça sita em Sobre Douro Freguezia da Boa Viagem da qual he proprietário Manoel Duarte Silva*, elaborado em 1930, p.155.

<sup>242</sup> Charles Lepierre, *Estudo Químico e Tecnológico Sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, p.86.

Quanto à origem da principal matéria-prima utilizada na produção de artigos de cerâmica o Relatório da Subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais não podia ser mais elucidativo ao dizer que «os barros vem de Lisboa, do lugar dos Prazeres, e são doseados com metade de barros de Avintes, conforme vimos nas oficinas precedentes.»<sup>243</sup>.

Elucidativos mas também prenhes de importância no que respeita ao barro, sua origem, custos e consumo nas fábricas de cerâmica do Porto e Gaia, revelaram-se os contratos estabelecidos, durante as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX, entre os respectivos produtores e fabricantes.

Por contrato social celebrado no dia 09 de Fevereiro de 1861 entre Francisco Machado, de Lisboa, e os fabricantes de louça de faiança da cidade do Porto e de Vila Nova de Gaia, designadamente: Manuel Nunes Cunha, Joaquim Nunes da Cunha, João Nunes da Cunha, Gaspar Gonçalves de Castro, João de Araújo Lima, dono da fábrica do sítio de Santo António da Piedade e António Rodrigues de Sá Lima, procurador de João da Rocha Sousa, de Massarelos, estabelecia-se que o primeiro se comprometia a fornecer aos outros outorgantes «para consumo das suas fábricas todo o barro que tiverem de consumir próprio para louça de faiança, explorado no Sítio dos Prazeres da cidade de Lisboa.»<sup>244</sup>.

O novo contrato de fornecimento de barro branco, estabelecido no dia 21 de Julho de 1877 entre o já referido Francisco Machado e alguns fabricantes de louça do Porto, situa também a origem da matéria-prima no sítio dos Prazeres, em Lisboa, obrigava a um compromisso de exclusividade mútua entre vendedor e compradores no sentido de ambos se protegerem da concorrência e assegurarem a continuidade do negócio, fixava que o preço de cada carrada, composta por quarenta e dois cestos de calhaus, seria de mil e oitocentos reis posta dentro da embarcação de transporte e, ainda, que as restantes despesas seriam por conta dos compradores<sup>245</sup>.

---

243

*Relatório da Subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, ao Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito do Porto*, Tipografia de António José da Silva Teixeira, Porto, 1881, p.299.

244

ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, Lv.566, pp. 19-20.

245

ADP, 8º Cartório Notarial do Porto, Lv.560, pp.63-63v.



Tais contratos tornar-se-iam regulares pois no dia 18 de Maio de 1899 seria lavrado novo documento que obrigava a firma comercial “Machado & Irmão”, de Lisboa, a fornecer a António José da Silva & Silva e outros todo o barro branco, «próprio para faiança limpo de cré e de outras impuridades», explorado no sítio dos Prazeres da cidade de Lisboa. Cada carrada, com quarenta e dois cestos de calhaus, ficava pelo preço de dois mil novecentos e cinquenta reis, com a particularidade do custo comportar o transporte de barco de Lisboa até ao rio Douro ou seja «posta no rio Douro dentro do navio que o trouxer de Lisboa correndo todas as despesas por conta do vendedor.»<sup>246</sup>. Verifica-se também pela leitura do documento que a exclusividade se mantinha como regra.

Um outro contrato, firmado entre o comerciante de barro Augusto Machado e António José da Silva e outros fabricantes de louça do Porto no dia 17 de Maio de 1902, atestava também que o primeiro ficava obrigado a fornecer aos segundos «barro branco próprio para faiança, limpo de cré ou de outra impuridade explorado em Lisboa.»<sup>247</sup>. Cada carrada de quarenta e dois cestos de calhaus de barro custava dois mil reis mas agora posto em Lisboa dentro do navio que o haveria de transportar para o Porto, sendo que os riscos e despesas ficavam por conta dos compradores depois de ser embarcado.

A exclusividade mútua manter-se-ia sendo textual que o vendedor não podia vender barro a outros fabricantes do Porto e os compradores não o podiam comprar a outros produtores e mesmo revendê-lo.

Efectivamente, como se viu, os manuscritos contratuais referidos revelam-se interessantes porquanto transmitem a evolução dos preços do barro e a importância dada à qualidade do mesmo enquanto matéria-prima. Por outro lado, contribuem para generalizar a ideia de que nas últimas décadas do século XIX o sítio dos Prazeres em Lisboa seria local de extracção de barro de qualidade excelente para o fabrico de louça de faiança, daí a necessidade de uns e outros se obrigarem a compromissos de exclusividade, e, ainda, que à época cada carrada de barro era composta por quarenta e dois cestos de calhaus.

---

<sup>246</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, Lv.756, pp.10v-12.

<sup>247</sup> ADP, 7º Cartório Notarial do Porto, Lv.774, pp.43v-45.

Com a compra da fábrica pelos ingleses, para além do barro de Leiria, do caulino da Senhora da Hora, da pederneira de Dieppe e da areia da Bélgica (moída em Inglaterra), muitas das matérias-primas passaram a ser importadas de Inglaterra, como foi o caso do barro, do caulino e da pedra de Cornwall<sup>248</sup>.

Na falta de dados que possam documentar as duas primeiras décadas do século XX relativamente às matérias-primas utilizadas na produção de louça da marca “Massarelos” avançou-se para o período posterior à compra da fábrica de Quebrantões do Norte pela Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia. Mais uma vez, revelou-se preciosa a documentação arquivada na Direcção Regional de Economia do Norte a qual dá conta de que no dia 13 de Novembro de 1938 a unidade industrial de Quebrantões do Norte tinha em armazém matérias-primas tão diversas como caulino, feldspato, sílica, barro branco para faiança, barro para produtos refractários, barro para pasta vitrificada, barro ordinário, tintas, vidros, cimento e areia. Estas matérias-primas, todas oriundas de Portugal, chegavam à fábrica por via fluvial e marítima mas também por estrada e caminho-de-ferro<sup>249</sup>.

Alguns anos mais tarde, em 21 de Outubro de 1944, a dita documentação atesta que, em armazém e destinadas ao consumo, a fábrica possuía areia, cimento, cal, caulino, feldspato, sílica, barro branco, barro ordinário, barro refractário e barro de pasta vitrificada, tudo de origem nacional e, ainda, zarcão, ácido bórico, produtos químicos diversos, tintas e vidros, provenientes do estrangeiro<sup>250</sup>.

Analisado o inquérito industrial de 11 de Fevereiro de 1958, verifica-se que a areia era proveniente de Rio Maior, o caulino da Senhora da Hora, o cimento de Leiria, o feldspato e o quartzo de Viseu e Mangualde e que os produtos químicos diversos eram

---

248

Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas...* p.29. A propósito da importação de barro de Inglaterra, Charles Lepierre apurou junto de um dos directores da Real Fábrica de Louça de Sacavém que a argila inglesa descarregada na fábrica ficava mais barata do que a de Leiria «devido às tarifas exageradas os caminhos de ferro portugueses», in Charles Lepierre, *Estudo Químico e Tecnológico Sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna...*, p.121.

249

DREN, Rilei nº 1/4198.

250

*Idem.*

importados de Alemanha, França e Inglaterra, para além de que o respectivo transporte se fazia por estrada<sup>251</sup>.

No ano de 1973, foi de 809 009\$20 o total de gastos com a compra de matérias-primas destinadas à produção na fábrica de louça “Massarelos”<sup>252</sup>. Muito embora sejam desconhecidos dados concretos relativos a anos anteriores e posteriores, os vários pareceres do Conselho Fiscal das Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, S.A.R.L. publicados em Diário da República transmitem a ideia de que o aumento dos custos com as matérias-primas, derivado do aumento dos preços, foi constante e um dos factores que contribuíram para o agravamento da situação financeira da empresa<sup>253</sup>.

#### **III.4. Os operários: género e idades, categorias profissionais e salários**

Como rudimentar que era no seu início a Fábrica de Louça de Massarelos não teria um quadro de pessoal muito numeroso nem muito diversificado, apenas o suficiente para operar com os tanques de depurar barro, azenhas de moer o vidro, rodas, tornos, com os fornos, na pintura e em alguns trabalhos indiferenciados. Em 1792, no tempo de Rosa Bernardina, viúva do fundador, a fábrica de louça de Massarelos teria «cerca de vinte e tantas pessoas, entre oficiais e aprendizes.»<sup>254</sup>.

Não sendo completos e totalmente abrangentes, os dados disponíveis que foi possível recolher, relativamente ao número, respectivo género, idades, categorias profissionais, grau de especialização e salários dos operários que trabalharam na produção de louça “Massarelos”, no período de tempo compreendido entre 1804 e 1968, transmitem a ideia de um quadro de pessoal marcado pelo crescimento e evolução, mas também por alguma oscilação, pela adaptação aos tempos e pela sazonalidade laboral.

---

251

*Idem.*

252

BPMP, *Relatório e Contas do Exercício de 1973*, Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, Coimbra, 1974.

253

D.R. III Série. Disponível em: <http://dre.pt/sug/3s/diarios.asp>.

254

Manuel Leão, *Cerâmica saída da Barra do Douro no século XIX*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia,

2005, p.35.

<b>Fábrica de Massarelos</b>	
<b>1804</b> <sup>255</sup>	
<b>Tarefas e serviços</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Rodas	7
Pintura	7
Fornos	6
Engenho de moer vidro	3
Serviços indiferenciados	7
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>30</b>

<b>Fábrica de Massarelos</b>	
<b>1814</b> <sup>256</sup>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Mestres	1
Caixeiros	1
Oficiais	11
Aprendizes	2
Trabalhadores	3
Moleiros do Vidro	1
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>19</b>

Importará referir, relativamente ao pessoal que no ano de 1814 trabalhava na fábrica de Massarelos, que o mestre Domingos José da Cruz tinha 54 anos à data da matrícula, que era natural de Viana e que servia há 35 anos; que o caixeiro José António da Cruz, filho do mestre, tinha 18 anos, era natural de Massarelos e que servia há 4 anos; que o oficial Manuel Alves do Vale tinha 60 anos, era natural de Cedofeita e que servia há 45 anos<sup>257</sup>; que os oficiais tinham idades que variavam entre os 32 e os 64 anos, sendo que o mais novo, João Coutinho, era natural do Porto e servia há 22 anos, significando que entrou para a fábrica com 10 anos de idade; que os dois aprendizes, ambos naturais do

<sup>255</sup>

Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuguesa ..., p.211 / AHMOPTC, Junta do Comércio JC 8 - Louça.

<sup>256</sup>

Manuel Leão, *Cerâmica saída da Barra do Douro no século XIX*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia,

2005, pp.38-44.

<sup>257</sup>

Considerando a data do mapa e os anos que este oficial levava de serviço chega-se à conclusão, feitas as contas, que entrou para a fábrica no ano de 1769, poucos anos depois da sua fundação.

Porto, tinham 12 e 13 anos de idade e serviam há 3 meses; que do rol de empregados apenas três eram naturais de Massarelos; que o moleiro de vidro, o mais velho, tinha 67 anos de idade, servia há 3 meses e era natural de Condeixa-a-Nova; que para além do moleiro de vidro e do mestre mais cinco assalariados eram oriundos de terras distantes do Porto, um de Braga, outro de Sobre o Tâmega, dois de Penafiel e um de Valença; que eram cinco os empregados ao serviço há 3 meses, os dois aprendizes e dois trabalhadores.

Um ano antes, em 1813, o caixeiro José António da Cruz tinha requerido «matrícula como negociante» e pedira «privilégios concedidos a negociante», tendo para o efeito recebido recomendação datada de 13 de Outubro de 1813 e escrita por Manuel Duarte Silva, Quartel Mestre, negociante matriculado na Real Junta do Comércio e proprietário da Fábrica de Louça de Massarelos. Atestou então o neto do fundador da fábrica que o já referido José António da Cruz que empregava como caixeiro há quatro anos tinha todos os conhecimentos para o dito emprego<sup>258</sup>.

<b>Fábrica de Massarelos</b>	
<b>1815</b> <sup>259</sup>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Mestres	1
Oficiais	11
Aprendizes	2
Serventes	5
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>19</b>

O documento elaborado a propósito das fábricas existentes no reino no ano de 1815, refere que a fábrica de «louça de faiança» de Manuel Duarte Silva, neto, se encontrava «em decadência por falta de artífices», situação a que não deve ser alheio o facto de Portugal ter sido assolado, entre 1807 e 1811, pelas invasões napoleónicas que certamente contribuíram para a escassez de mão-de-obra.

<sup>258</sup> AHMOPTC, JC 8: *Processos de Licenciamento de Fábricas e Matrículas de Servidores de Louça*, (A-R), (1780-1833), pp.459-480.

<sup>259</sup> AHMOPTC, JC 12, ..., pp.279-280.

<b>Fábrica de Massarelos</b>	
<b>1829</b> <sup>260</sup>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Mestres	1
Oficiais	9
Aprendizes	2
Serventes	4
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>16</b>

<b>Fábrica de Massarelos</b>	
<b>1853</b> <sup>261</sup>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
(?) Homens	33
(?) Menores	3
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>36</b>

Cerca de três décadas passadas, em 1881<sup>262</sup>, verifica-se a tendência de crescimento da fábrica pois já empregava 43 operários<sup>263</sup>, sendo que 12 eram rapazes. Os homens recebiam quantias que iam de 360 a 760 réis e os rapazes de 100 a 160 réis. A distribuição de tarefas era a que o mapa seguinte ilustra.

<sup>260</sup> AHMOPTC, JC 12, *Mapa da Fábrica de Louça sita em Sobre Douro Freguezia da Boa Viagem da qual he*

*Proprietário Manoel Duarte Silva* - 1830, p.155.

<sup>261</sup> Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuense ...”, p.218.

<sup>262</sup> Em 1881 o quadro da população operária na indústria cerâmica comportava 2 045 trabalhadores assim distribuídos: 108 mestres; 1 410 operários; 100 mulheres; 180 menores e 247 trabalhadores sem distinção, Guilherme Augusto Santa Rita, *Habitação do Operário - Classes menos abastadas*, Tipografia Gazeta, Lisboa, 1891.

<sup>263</sup> Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas*, Imprensa Moderna. Porto, 1936, p.17 e Relatório da Subcomissão Encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, ao Ex. mo Senhor Governador Civil do Distrito do Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira, Porto, 1881, p.299 / Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuense ...”, p.220.

<b>Fábrica de Massarelos</b>	
<b>1881</b>	
<b>Distribuição de tarefas</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Tanques	3
Pintura	17
Forno	5
Tornos	15
Restantes serviços	3
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>43</b>

Entre 1886 e 1895, período em que recebeu a denominação de Fábrica de Louça de Massarelos, a Vapor, contou com o contributo de cerca de 60 trabalhadores<sup>264</sup>.

Sob a designação Empresa Cerâmica Portuense, a fábrica localizada em Massarelos empregava 169 pessoas e pagava, conforme a especialidade, entre 120 e 1 500 Réis<sup>265</sup>.

<b>Fábrica de Massarelos</b>		
<b>1904 – 1912</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>Salário médio</b>
Empregados de escritório	2	800 Réis
Moldistas	2	1000 Réis
Forneiros	1	1200 Réis
Pintores	9	800 Réis
Oleiros	20	À peça
Estampadores	5	À peça
Gravador, salário diário	1	1500 Réis
Trabalhadores	70	400 Réis
Mulheres	33	240 Réis

<sup>264</sup> Artur Sandão, *Faiança portuguesa - Séculos XVIII - XIX ...*, pp.215-217.

<sup>265</sup> Conceição Andrade Martins, “Trabalho e condições de vida em Portugal /1850-1913), *Análise Social*. Volume XXXII (142). 1997 (3º), p.508. [Última consulta em 35.06.2012]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841637C11ZI0ud6Ap83SP9.pdf> / Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuense ...”, p.222.

<b>Fábrica de Massarelos</b>		
<b>1904 – 1912</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>Salário médio</b>
Aprendizes	26	120 Réis
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>169</b>	

Nessa altura, a unidade fabril de Quebrantões do Norte empregava, comparativamente, um contingente de trabalhadores muito menor. No entanto, terá que ser levado em conta que entrara em funcionamento recentemente e que a sua produção seria menos diversificada, talvez limitada à produção de tubos de grés.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>	
<b>1906 – 1912<sup>266</sup></b>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
(?) Homens	41
(?) Mulheres	9
Aprendizes	4
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>54</b>

Analisados os números constantes da relação da mão-de-obra e do salário médio pago na unidade de Massarelos, resulta que a grande diferença se estabelecia pela especialização<sup>267</sup> e que empregava em maior número trabalhadores indiferenciados. Outro aspecto marcante residia na diferença entre o montante de salário que era pago às mulheres e à mais mal paga das categorias masculinas, a dos “trabalhadores”.

Na indústria cerâmica, nos primeiros anos do século XX, o salário médio dos operários oscilava entre os 400 réis/dia e os 260 réis/dia e o das operárias entre os 300 réis/dia e os 180 réis/dia. As disparidades eram tanto maiores quanto mais importantes fossem as

<sup>266</sup>

Teresa Soeiro, et. al. – “A Cerâmica Portuguesa ...”, p.222.

<sup>267</sup>

O salário médio pago em Portugal, no ano de 1906, aos trabalhadores que operavam com os motores a gás e hidráulicos era de 360 réis para os homens e de 220 réis para as mulheres. O salário médio dos menores era de 120 réis para os rapazes e 100 réis para as raparigas. Trabalhavam nos motores a gás e hidráulicos 283 homens, 149 mulheres, 249 rapazes menores e 44 raparigas menores, in *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 1 de 1906, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906, p.35.



empresas e o recurso a trabalhadores mais especializados, entre as quais se encontrava a Empresa Cerâmica Portuense, Limitada<sup>268</sup>.

A diferença de salários que se verificava nas várias fábricas de cerâmica do Porto e Gaia era grande. Um mestre ganhava 500 réis na fábrica do Fojo, 600 réis na fábrica de louça de António Macedo, 700 réis na fábrica do senhor do Além e 800 réis na fábrica da Torrinha e Vilar do Paraíso. No Porto, um mestre ganhava 700 réis na fábrica do Carvalhinho e 1 100 réis na Empresa Cerâmica Portuense<sup>269</sup>.

O salário médio pago na indústria cerâmica no período de 1905 e 1913 variou entre os 360 réis/dia e os 380 réis/dia<sup>270</sup>.

Aquando do violento incêndio de 1920, que consumiu quase praticamente a fábrica de louça de Massarelos, a notícia publicada no *Jornal de Notícias do Porto* referia que o número de trabalhadores era em número superior a 100 pessoas.

Por altura da venda da unidade fabril de Quebrantões do Norte à Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, o quadro de pessoal era o mais extenso que até à data se registara<sup>271</sup>.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>	
<b>07.04.1936</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Chefes	1
Empregados e encarregados	12
Operárias	130
Operários	87
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>230</b>

Da análise dos dados atrás referidos poderá concluir-se que o quadro de pessoal da unidade de Quebrantões do Norte evoluiu de 54 para 230 trabalhadores. A diferença

---

268 Conceição Andrade Martins, “Trabalho e condições de vida em Portugal /1850-1913)”..., p.508.

269 *Idem, ibidem*, p.509.

270 *Idem, ibidem*, p.335.

271 DREN, *Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, SARL, RILEI nº 1/4198.*

significativa que se verifica entre os anos de 1912 e 1936 poderá encontrar justificação no facto da unidade de Massarelos ter sido desactivada por via do incêndio de 1920 e, assim, toda a produção ter passado a ser assegurada pela fábrica de Quebrantões do Norte.

De resto, o número de empregados continuará a aumentar nos anos seguintes, coincidindo a curva decrescente com a saída da unidade fabril do grupo de empresas a que pertencia.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>		
<b>13.11.1938<sup>272</sup></b>		
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>Salário Médio diário</b>
Gerentes técnicos	1	(..?.)
Gerentes comerciais	1	(..?.)
Operadores de forno	20	9\$50
Arvorados	Homens	12
	Mulheres	4
Oleiros	Homens	3
	Mulheres	5
Decoradores	Homens	5
	Mulheres	30
	Rapazes	8
	Raparigas	10
Serviços gerais	Homens	40
	Mulheres	100
	Rapazes	6
	Raparigas	20
Empregados	Homens	8
	Rapazes	1
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>272</b>	

<sup>272</sup>

*Idem.* Importa referir que o mapa de escrituração da fábrica consultado refere o valor dos salários em centavos e sob a forma apresentada.

O gerente técnico e o gerente comercial que o quadro comporta eram ambos de nacionalidade portuguesa.

Quando foi lavrada a certidão de arrendamento das instalações da fábrica e os destinos da marca “Massarelos” passaram a depender da firma denominada “Fábrica de Louças «Massarelos», Lda. o contingente de trabalhadores era significativamente menor, talvez derivado dos efeitos da guerra que a Europa atravessava mas também decorrente da sazonalidade de algumas tarefas e da produção<sup>273</sup>.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>	
<b>04.08.1944</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
Empregados	6
Operários	140
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>146</b>

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>		
<b>20.10.1944<sup>274</sup></b>		
<b>Categorias</b>	<b>Trabalhadores</b>	<b>Salário Médio</b>
Engenheiros / Consultores	1	(..?.)
Gerentes	1	900\$00 (Mês)
Empregados de escritório	6	600\$00 (Mês)
Operários de diversas categorias	Homens	70
	Mulheres	110
	Rapazes	5
	Raparigas	30
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>222</b>	

<sup>273</sup>

*Idem.* O contrato de arrendamento teve efeitos a partir do dia 01 de Julho de 1944.

<sup>274</sup>

*Idem.* O mapa de escrituração da fábrica consultado apresenta os valores dos salários em centavos e também sob a forma descrita.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>		
<b>07.01.1949<sup>275</sup></b>		
<b>Categorias</b>		<b>Número de Trabalhadores</b>
Escritório e vendas		5 (todos homens e portugueses)
Operários	Homens	96 (um estrangeiro)
	Mulheres	74 (todas portuguesas)
<b>Total de trabalhadores</b>		<b>175</b>

Alguns anos mais tarde, em 21 de Janeiro de 1958, a fábrica dava trabalho a 168 pessoas distribuídas pelas mais variadas funções sendo que a especialidade mais bem paga era a de gravador, seguida da de forneiro. Por outro lado, verifica-se que o trabalho das mulheres, algumas já especializadas, continuava desvalorizado relativamente ao dos homens<sup>276</sup>.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>		
<b>11.02.1958<sup>277</sup></b>		
<b>Categorias</b>	<b>Trabalhadores</b>	<b>Salário Médio</b>
Gerentes técnicos	1 (português)	(..?..)
Gerentes comerciais	1 (português)	(..?..)
Chefes de Secção	1	2 600\$00 (Mês)
Escriturários	1	1 600\$00 (Mês)
Aspirantes	1	1 600\$00 (Mês)
Empregados de vendas	1	1 400\$00 (Mês)
Apontadores	1	1 000\$00 (Mês)
Paquetes	1	350\$00 (Mês)
Paquetes	1 (menor)	350\$00 (Mês)

<sup>275</sup>

*Idem.*

<sup>276</sup>

*Idem.* Não é feita qualquer referência à categoria, especialidade ou salário dos 168 trabalhadores.

<sup>277</sup>

*Idem.* No mapa de escrituração da fábrica consultado não consta qualquer referência complementar quanto ao valor dos salários apenas os apresenta como agora são descritos.

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>		
<b>11.02.1958<sup>277</sup></b>		
<b>Categorias</b>	<b>Trabalhadores</b>	<b>Salário Médio</b>
Aparadores de pastas	1	32\$20 (Dia)
Filtradores	1	29\$50 (Dia)
Amassadores	2	26\$50 (Dia)
Formistas/Moldistas de 1 <sup>a</sup>	1	36\$50 (Dia)
Formistas/moldistas de 3 <sup>a</sup>	1	29\$50 (Dia)
Oleiros jaulistas de 1 <sup>a</sup>	7	32\$00 (Dia)
Oleiras jaulistas de 1 <sup>a</sup>	3	23\$00 (Dia)
Oleiros jaulistas de 2 <sup>a</sup>	12	28\$00 (Dia)
Oleiras jaulistas de 2 <sup>a</sup>	1	19\$00 (Dia)
Vidradores	1	31\$00 (Dia)
Gravadores	1	52\$00 (Dia)
Estampadores de 1 <sup>a</sup>	1	31\$00 (Dia)
Decoradores de 1 <sup>a</sup>	3	35\$00 (Dia)
Decoradoras de 1 <sup>a</sup>	3	21\$00 (Dia)
Decoradores de 2 <sup>a</sup>	1	31\$00 (Dia)
Decoradoras de 2 <sup>a</sup>	1	19\$59 (Dia)
Decoradores de 3 <sup>a</sup>	2	25\$50 (Dia)
Decoradoras de 3 <sup>a</sup>	2	18\$00 (Dia)
Mufladores	4	32\$00 (Dia)
Embaladores	4	28\$00 (Dia)
Guardas	3	26\$00 (dia)
Prensadores	7	32\$00 (Dia)
Prensadoras	3	18\$00 (Dia)
Forneiros (fornos intermitentes)	3	38\$00 (Dia)
Forneiros (fornos contínuos)	3	36\$50 (Dia)
Gageteiros	2	28\$00 (Dia)
Trabalhadores sem especialidade	33	23\$00 (Dia)
Chacoteiros	2	31\$00 (Dia)
Encaixadores de vidro de 1 <sup>a</sup>	2	32\$00 (Dia)
Encaixadores de vidro de 2 <sup>a</sup>	3	28\$00 (Dia)

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>		
<b>11.02.1958<sup>277</sup></b>		
<b>Categorias</b>	<b>Trabalhadores</b>	<b>Salário Médio</b>
Escolhedores cru	1	26\$50 (Dia)
Escolhedoras cru	4	18\$00 (Dia)
Oleiras acabadoras de 1 <sup>a</sup>	2	19\$50 (Dia)
Oleiras acabadoras de 2 <sup>a</sup>	3	18\$50 (Dia)
Oleiras hambuje de 1 <sup>a</sup>	1	21\$00 (Dia)
Oleiras hambuje de 2 <sup>a</sup>	1	19\$50 (Dia)
Rebordadeiras	1	17\$00 (Dia)
Espanadoras e retocadoras	5	17\$00 (Dia)
Cromadoras	7	19\$50 (Dia)
Roleiras	2	18\$00 (Dia)
Empalhadoras	1	18\$99 (Dia)
Aprendizes de 15 anos (M)	2	9\$00 (Dia)
Aprendizes de 15 anos (F)	9	9\$00 (Dia)
Aprendiz de 16 anos (M)	1	13\$00 (Dia)
Aprendizes de 16 anos (F)	5	9\$50 (Dia)
Aprendizes de 17 anos (M)	4	14\$50 (Dia)
Aprendizes de 17 anos (F)	2	10\$00 (Dia)
Aprendizes de 18 anos (M)	3	19\$00 (Dia)
Aprendizes de 18 anos (F)	2	11\$50 (Dia)
Aprendizes de 19 anos (M)	4	20\$00 (Dia)
Aprendizes de 19 anos (F)	1	12\$50 (Dia)
Aprendizes de 20 anos (M)	2	21\$00 (Dia)
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>182</b>	

O inquérito industrial datado de 11 de Fevereiro de 1958 revela que no exercício das suas funções os trabalhadores da fábrica estavam cobertos pela Companhia de Seguros “A mutual do Norte” e que descontavam para a Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria Cerâmica<sup>278</sup>.

<sup>278</sup>

*Idem.*

<b>Fábrica de Quebrantões do Norte</b>	
<b>31.05.1968<sup>279</sup></b>	
<b>Categorias</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>
(?..) Homens	100
(?..) Mulheres	83
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>183</b>

Os últimos dados concretos quanto aos custos com a mão-de-obra da fábrica de louça "Massarelos" dizem que os salários totalizaram 2 545 096\$33, englobados nos Gastos Fabris, e que os ordenados dos empregados e os encargos sociais totalizaram, respectivamente, 283 025\$00 e 693 767\$58, estes, por sua vez, englobados nos Encargos Administrativos<sup>280</sup>.

### III.5. Os horários de trabalho

A fábrica funcionava durante os 12 meses do ano, sendo que a média de ocupação era de 300 dias. O horário de trabalho era de 13 horas no Verão e 10 horas nos meses de Inverno. Eram ainda realizadas 2 horas extras em 70 dias de serões<sup>281</sup>.

Nos finais do século XIX a duração do dia de trabalho variava as 12, 14 e 16 horas sem qualquer distinção no que respeita ao sexo e à idade dos trabalhadores. Mulheres, homens e crianças eram assim sujeitos à mesma carga horária diária de trabalho, situação que verificava tanto nas fábricas como na agricultura ou no artesanato<sup>282</sup>.

Muito embora a escassez de dados, pela análise da legislação que foi sendo produzida poder-se-á fazer uma estimativa quanto aos horários de trabalho a que foram sendo sujeitos os operários das duas unidades fabris que produziram a marca "Massarelos".

279

*Idem.* Não é feita qualquer referência às categorias idades ou salários.

280

BPMP, *Relatório e Contas do Exercício de 1973*, Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, Coimbra, 1974.

281

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 - 1936, ...*, p.53.

282

Maria Laura Louça Rabaça Gaspar, *A duração do trabalho*, Fundo de desenvolvimento da mão-de-obra, Lisboa,

1970, p.9.

Os instrumentos legislativos publicados no âmbito do Direito de Trabalho na última década o século XIX vieram introduzir no sector industrial alguma ordem e normalização no que respeita aos limites da carga horária laboral diária e também definir regras de admissão da mão-de-obra<sup>283</sup>.

Com a publicação do Decreto de 10 de Fevereiro de 1891, regulamentado pelos decretos de 14 de Abril de 1891 e de 16 de Março de 1893, o legislador mostrou alguma preocupação com o trabalho prestado por mulheres e menores, com as idades mínimas de admissão dos trabalhadores de ambos os sexos e fixou em 10 o número de horas de trabalho diário<sup>284</sup>.

Com a instauração da República verificar-se-iam alterações significativas no regime laboral. Logo no ano de 1911, a semana de trabalho passou de 7 para 6 dias e, três anos mais tarde, em 1914, o dia de trabalho nas fábricas passou a ter a duração de 8 a 10 horas<sup>285</sup>.

O Decreto-Lei nº 24 402, de 24 de Agosto de 1934, determinava no seu Artº1º que o trabalho diário do pessoal das indústrias não podia exceder as 8 horas diárias salvo nos casos em que a própria Lei assim o previa<sup>286</sup>.

Outro aspecto não menos importante era o de que o trabalho nos estabelecimentos industriais não podia ter início antes da 07H00 nem terminar depois das 20H00, limites que também se aplicavam a mulheres e menores. O articulado legal impunha ainda que o período de trabalho diário não podia ser contínuo, que devia sofrer uma interrupção nunca inferior a uma hora nem superior a duas horas e, ainda, que os trabalhadores

---

<sup>283</sup>

O conceito do trabalho subordinado ou assalariado surgiu pela primeira vez em Portugal com a Publicação do Código Civil Português em 1867. O Artº1391 definia o “contrato de serviço salariado”, in Luís Graça, *História da Saúde no Trabalho: Proto-História do Direito do Trabalho: 1867-1910*. [Última consulta em 23.06.2012].

Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>.

<sup>284</sup>

Luís Graça, *História da Saúde no Trabalho: Proto-História do Direito do Trabalho: 1867-1910*. [Última consulta em 23.06.2012]. Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>.

<sup>285</sup>

Júlia Margarida Coutinho de Azevedo, Dissertação de Mestrado: Rumos sindicalistas no século XXI, horizontes possíveis, p.20. [Última consulta em 24.05.2012]. Disponível em:

<http://repositorio.uportu.pt/dspace/handle/123456789/26>.

<sup>286</sup>

Maria Laura Louça Rabaça, *A duração do trabalho*, Fundo de desenvolvimento da mão-de-obra, Lisboa, 1970, pp.38-39.



tinham direito a um dia de descanso semanal o qual só excepcionalmente poderia não ser gozado ao domingo<sup>287</sup>.

No mapa da fábrica de louça Massarelos datado de 13 de Novembro de 1938 consta, quanto ao horário de trabalho, que a laboração era contínua durante todos os meses do ano, sem, no entanto, ser feita qualquer referência ao número de horas diárias, semanais ou mensais a que os trabalhadores eram submetidos<sup>288</sup>. Nesse aspecto o inquérito industrial datado do de 11 de Fevereiro de 1958 é mais preciso quanto ao regime de trabalho praticado na fábrica pois informa que é intermitente, de oito horas diárias e durante todos os meses do ano<sup>289</sup>.

### **III.6. As condições de trabalho e de higiene**

As condições de trabalho e de higiene proporcionadas aos operários que ao longo dos anos foram assegurando a produção de louça da marca “Massarelos” não deveriam ser muito diferentes daquelas a que os outros trabalhadores do sector cerâmico e da indústria em geral tinham acesso.

O Decreto de 27 de Agosto de 1855 aparece como o primeiro diploma legal relacionado com as condições de prestação de trabalho individual e que aprova o Regulamento dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos<sup>290</sup>.

Os decretos de 10 de Fevereiro de 1891, 14 de Abril de 1891 e 16 de Março de 1893, demonstravam também alguma preocupação ao nível das condições de trabalho dos operários proibindo que determinados trabalhos penosos ou perigosos fossem impostos aos trabalhadores da indústria<sup>291</sup>.

---

287

*Idem, ibidem*, pp.40-44.

288

DREN, Rilei nº1/4198.

289

*Idem*.

290

Luís Graça, *História da Saúde no Trabalho: Proto-História do Direito do Trabalho: 1867-1910*. [Última

consulta em 23.06.2012]. Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>.

291

*Idem, ibidem*.

Os primeiros dados concretos relacionados com as condições de trabalho e higiene existentes nas duas fábricas onde se produziu louça da marca “Massarelos, surgiram apenas com o pedido de licença para a construção de seis retretes nas instalações de Massarelos, situação que muito embora pareça demonstrar alguma preocupação com os trabalhadores não deixa de ser insuficiente e precária se for tido em conta que a autorização para a realização da obra foi solicitada em 1911 e que no período de tempo compreendido entre 1904 e 1912 trabalhariam na fábrica cerca de centena e meia de trabalhadores, entre os quais cerca de três dezenas eram mulheres.

Mais tarde, em 22 de Setembro de 1938, mercê das constantes acções de fiscalização a que as instalações de Quebrantões do Norte foram sendo submetidas, a firma gestora da fábrica viu-se obrigada, pela entidade fiscalizadora do trabalho industrial e visando a normalização das condições de trabalho e higiene, a proceder ao vasto conjunto de alterações a seguir enumeradas<sup>292</sup>:

1. Impermeabilização dos pavimentos por qualquer processo;
2. Arranjo das paredes das secções de preparação que deveriam ser cimentadas até 8 metros de altura e rebocadas e caiadas dali para cima, pelo menos uma vez por ano;
3. Resguardar os órgãos de transmissão que pela sua situação possam oferecer perigo;
4. Construir retretes à turca fora dos locais de trabalho na proporção de uma para cada vinte operários, devendo ser «baldeadas diariamente com água de cal clorada e tendo água sob pressão para descargas periódicas, sendo separadas para cada sexo»;
5. Construção de um «refeitório provido de meios para aquecer a comida»;
6. Providenciar pela construção de chuveiros para trabalhadores de ambos os sexos;
7. Providenciar pela existência de vestiários para ambos os sexos;
8. Providenciar pela existência de água potável para beber acessível aos operários através de torneiras de jacto ascendente;
9. Providenciar pela existência de lavatórios «na proporção de um para cada dez operários»;

---

<sup>292</sup>

DREN, Rilei nº1/4198.

10. Obrigatoriedade dos pintores de louça à pistola usarem máscaras, devendo tal tarefa ser efectuada em recintos vedados e apetrechados com meios de aspiração de gazes;
11. Obrigatoriedade da existência de escarradores munidos de um soluto anti-séptico espalhados pelas oficinas a fim de evitar a propagação de doenças contagiosas;
12. Obrigatoriedade dos operadores de mós usarem óculos de protecção;
13. Providenciar pela existência e manutenção de um posto de primeiros socorros;
14. Obrigatoriedade de «Afixar os cartazes n.ºs. 1, 2, 5 e 6.

Muito embora em 13 de Novembro de 1938 a fábrica já dispusesse de salão de recreio, de cantina e de creche e já proporcionasse assistência médica e farmacêutica aos trabalhadores, as imposições atrás referidas, cujo prazo de conclusão foi estipulado em 90 dias, não tinham sido ainda devidamente cumpridas. Segundo o auto de vistoria complementar datado de 13 de Janeiro de 1939, os peritos envolvidos consideraram que as condições 1 e 2 não haviam sido integralmente satisfeitas devendo por isso ser concedido à firma novo prazo para a normalização do exigido, situação que já se verificava no mês de Junho de 1939, conforme auto de vistoria então lavrado<sup>293</sup>.

Em 21 de Outubro de 1944 a fábrica continuava a proporcionar aos seus trabalhadores as normais funcionalidades de carácter social: salão de recreio, posto médico e de socorros, creche, cantina, refeitório e, ainda, uma cooperativa para fornecimento de géneros<sup>294</sup>.

O relato datado de 21 de Janeiro de 1952 e elaborado pelo delegado de saúde que visitou a fábrica atesta que a mesma, para além de ser em grande parte de construção recente e ter boas condições de iluminação e ventilação, dispunha de refeitório instalado dentro das normas e com lavabos privativos. Pela negativa, atesta que as retretes eram nove e que não tinham instalação apropriada nem abastecimento de água. Quanto aos vestiários, referiu que não reuniam as condições necessárias para serem usados pelos 168 operários, embora junto ao refeitório existissem alguns cabides<sup>295</sup>.

---

293

*Idem.*

294

*Idem.*

295

*Idem.*

Os últimos dados disponíveis relativamente às condições de trabalho e de higiene que eram proporcionadas aos trabalhadores da fábrica de Quebrantões do Norte são fornecidos pelo auto de vistoria elaborado no dia 31 de Maio de 1968 e são indiciadores de alguma decadência<sup>296</sup>. As instalações são então apresentadas em mau estado de conservação e a necessitarem de obras de remodelação no sentido de poderem comportar as oitenta e três mulheres e os cem homens que diariamente se apresentavam ao trabalho. Segundo os termos do documento, os pavimentos não ofereciam a indispensável segurança, as portas e as janelas tinham falta de vidros, os lavatórios e as bacias das retretes estavam em mau estado, o número de retretes era insuficiente, os balneários não existiam e o refeitório carecia de uma pintura.

### **III.7. O movimento sindical: as reivindicações**

A legalização dos sindicatos começou por acontecer em Inglaterra através do *Trade Union Act* de 1871 e mais tarde em França com a publicação da Lei Waldeck Rousseau de 1884. A partir daí o movimento sindical e reivindicativo expandiu-se um pouco por toda a Europa, sendo que as primeiras exigências incidiam sobre o aumento dos salários e sobre a melhoria dos horários de trabalho<sup>297</sup>.

Em Portugal, a proibição da greve e das coligações estava prevista no Código Penal de 1852. O liberalismo monárquico veio permitir que se constituíssem em Portugal as primeiras associações de trabalhadores e de empregadores possibilitando a negociação colectiva e, ainda antes do século XIX acabar, assistiu-se à legalização da actividade sindical e dos sindicatos<sup>298</sup>.

Nas páginas dos jornais publicados na primeira década do século XX são já patentes os indícios do movimento sindical organizado e das reivindicações pelas quais os operários fabris faziam questão de lutar com recurso à greve.

---

296

*Idem.*

297

Luis Graça, *História da Saúde no Trabalho: Proto-História do Direito do Trabalho: 1867-1910*. [Última consulta em 23.06.2012]. Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>, pp.14-19.

298

*Idem, ibidem.* O direito de associação de classe só foi consagrado pela letra da Lei de 09 de Maio de 1891 e a liberdade de associação sem autorização prévia só viria a ser reconhecida decorrida mais de uma década com a publicação da Lei de 14 de Fevereiro de 1907.

O Jornal de Notícias do Porto, publicado em Janeiro de 1909, dá notícia dum movimento grevista reivindicativo promovido pela Federação Geral de Trabalhadores e outros movimentos operários organizados, entre os quais a Associação de Classe dos Empregados de Comércio e Indústria e os Operários Ceramistas.

No mês de Junho seguinte, esse mesmo diário publicaria sucessivamente episódios da luta operária. No dia 12, sob o título “Operários em Greve”, informa os leitores de que a greve visava impedir a diminuição do salário pago aos operários pintores e oleiros da Fábrica de Louça de Massarelos, propriedade da firma Wall & C.<sup>a</sup>. Três dias depois, sob o mesmo título, o JN dá conta do conflito existente entre os operários e a gerência da fábrica, especialmente no que diz respeito à afirmação tornada pública pela empresa Wall & C.<sup>a</sup> de que a tabela de preços se mantinha desde há muitos anos quando a mesma já tinha entretanto sofrido alguns abatimentos, situação que violaria o contrato de trabalho estabelecido entre os operários e os industriais.

Por outro lado, os trabalhadores insurgiam-se contra a pretensão dos industriais de obrigarem o pessoal de empreitada a trabalhar os mesmos dias e horas que trabalhava o pessoal fixo. Outro ponto de discórdia relacionava-se com o pagamento das férias<sup>299</sup>.

Ainda nesse ano de 1909, mas já no dia 24 do mês de Junho, nova notícia do JN: “Operários em Greve – harmoniza-se o conflito – volta dos grevistas ao trabalho”, informa os leitores do acordo estabelecido entre os operários grevistas e a gerência da Fábrica de Louça de Massarelos na pessoa do Sr. A. J. Wall «que se prontificou a garantir aos grevistas trabalho diário e, no caso de falta de matéria-prima ou outro qualquer factor que impossibilitasse a laboração quotidiana a esse pessoal, receberá este semanalmente um ordenado em harmonia com as médias das suas férias.»<sup>300</sup>.

Satisfeita a pretensão, os grevistas aceitaram unanimemente retornar ao trabalho no dia seguinte e, terminada a luta, fizeram chegar à imprensa o seu reconhecimento pela publicação das notícias enviadas à redacção em defesa da causa dos trabalhadores.

Já na vigência do regime republicano, o JN publicou um comunicado do Movimento Operário e Associativo referente aos operários ceramistas da Fábrica de Massarelos

---

299

*Jornal de Notícias do Porto*, n.ºs 13, 17, 24 de Janeiro de 1909 e n.ºs 138 e 140, Junho de 1909.

300

*Jornal de Notícias do Porto*, n.º 148, Junho de 1909, p.2.

explicando os motivos da greve: «os grevistas terminaram confessando lealmente que reconhecem não ser o Sr. Wall o responsável pelos factos que motivaram o seu descontentamento. A culpa, dizem eles, cabe a vários empregados que mais de perto lidam com o Sr. Wall e que o informaram mal, procurando apenas a própria conveniência, e tendo chegado agora, por ocasião desta greve, a instigar o Sr. Gerente a não atender as reclamações dos operários.»<sup>301</sup>. Esta greve terá estado relacionada com o não pagamento de férias ao pessoal quando havia falta de matéria-prima e, assim, de trabalho, situação para a qual descontavam uma percentagem do ordenado desde a greve de 1909.

Da leitura dos mais variados anúncios e notícias de cariz sindical, publicadas nas duas primeiras décadas do século XX, resulta que efectivamente as classes operárias se sentiam oprimidas, exploradas e sacrificadas, muito embora a esperança depositada na República. No entanto, com a publicação do Decreto-Lei nº 23050 de 23 de Setembro de 1933, o Estado Novo castrou o movimento sindical e submeteu-o aos interesses da Nação<sup>302</sup>. A directiva de repúdio da luta de classes impôs limites à actividade e ao intercâmbio sindical internacional<sup>303</sup>.

Da leitura do Relatório e Contas do Exercício de 1956 do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto, resulta que existia um bom relacionamento entre os representantes do Grémio dos industriais de cerâmica e os do sindicato<sup>304</sup>.

Por essa altura, com os limites estabelecidos à actividade sindical, «os sindicatos prestavam assistência aos associados inválidos e sem recursos»<sup>305</sup>.

Se, em 31 de Dezembro de 1955, o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto contava com 2 010 sócios, em 31

---

<sup>301</sup> *Jornal de Notícias do Porto*, nº 11, 3 de Janeiro de 1911.

<sup>302</sup> Refira-se a título meramente estatístico que entre 1919 e 1925 em Portugal se realizaram 146 greves, in Júlia Margarida Coutinho de Azevedo, Dissertação de Mestrado *Rumos sindicalistas...*, p.21.

<sup>303</sup> *Idem, ibidem*, p.30.

<sup>304</sup> Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto, Coord., *Relatório e Contas do Exercício de 1956*, Porto.

<sup>305</sup> *Idem, ibidem*, p.7.

de Dezembro de 1956 já só eram 767, sendo que desses apenas 527 eram contribuintes<sup>306</sup>.

### III.8. A produção: louça de uso doméstico e os utensílios decorativos

«Era muito bem pintada a azul e outras cores esta louça, e alguma vidrada em banho azul.»<sup>307</sup>.

Quando a “Fábrica de Louça de Massarelos” foi fundada, ricos e pobres utilizavam peças cerâmicas bem diferentes no que concerne à qualidade e à quantidade. Os menos endinheirados recorriam às peças de louça preta ou vermelha fosca e vidrada para satisfazerem as suas necessidades, entre as quais púcaros, cântaros, alguidares, talhas, potes, malgas e pratos covos. Os mais ricos recorriam a poucos utensílios de olaria, apenas para a preparação de alimentos, sendo raro que uma peça de barro passasse à categoria de objecto de decoração<sup>308</sup>.

Nas últimas décadas de setecentos verifica-se, para além de um aumento de produção de louça doméstica, o aprimorar do requinte decorativo da faiança produzida, situação que se traduz numa profunda renovação quando se estabelece a comparação com os artefactos saídos das olarias tradicionais<sup>309</sup>.

Inicialmente, em Massarelos como noutras fábricas de cerâmica, a louça era produzida sob imitação e por influência do material importado de outras cidades europeias, tais como Rouen, Delft e Davenport cujos modelos produzidos funcionavam como referências de mercado ao nível das técnicas de pintura, das técnicas decorativas e da estética.

No seu trajecto, percorrido em três séculos distintos, XVIII, XIX e XX, a marca “Massarelos” conheceu, mercê das adversidades económicas e políticas, diferentes

---

306

*Idem, ibidem.*

307

In *Cerâmica Portuguesa – Séculos XVIII e XIX*, Exposição Documental e Artística Realizada na Casa do Infante

[Roteiro], Porto, Janeiro de MCMLXXII, p.13.

308

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936*, Museu Nacional Soares dos Reis, Aresta, Porto, 1998, p.13.

309

Artur Sandão, *Faiança Portuguesa – Séculos XVIII – XIX*...., pp.14-68.

estádios de produção e de afirmação no contexto das indústrias cerâmicas sendo unanimemente aceite que não deixou de contribuir, com o fulgor e nitidez de cores e de tons, moldagem aprimorada e delicadeza de acabamento que lhe eram característicos, para o processo de transformação e de valorização da cerâmica portuguesa<sup>310</sup>.

O papel da Fábrica de Louça de Massarelos não se centrou apenas na produção de louça de uso doméstico pois, como defende Fausto Martins, o azulejo de fachada desenvolveu-se no Porto essencialmente devido ao esforço produtivo de quatro unidades fabris: Massarelos, Carvalhinho, Devesas e à fábrica de Pereira Valente<sup>311</sup>.

No ano de 1815 a fábrica de Massarelos produzia «Louça de Faiança de todas as qualidades no vallor de 8:000\$00»<sup>312</sup>.

Anos mais tarde, em 1829, a fábrica de louça de que era proprietário Manuel Duarte Silva (neto) continuava a produzir «Louça de faiança de todas as qualidades pinturas, feitos.»<sup>313</sup>. No entanto, no mapa da fábrica relativo ao ano de 1829, foi escrito que a fábrica de «louça de faiança» se encontrava em estado de decadência «não só pelas criticas, e actuais circunstancias, mas mais principalmente porque as mais fábricas que depois se estabelecêrão estão vendendo a louça em ínfimos preços [...]»<sup>314</sup>.

O inventário da fábrica relativo ao ano de 1873 transmite a ideia de que a produção da fábrica era bastante diversificada, como se depreende do vastíssimo rol de peças que constavam do anexo que acompanhava o dito documento: Tigelas ordinárias de roseta; Tigelão; Bispotes pintados com tampa, sem tampa, brancos, de friso, de caixa; Molheiras; Pratos cobertos; Saladeiras; Travessas; Bacias de forma; Bacias lisas; Escarradores de sala; Canecas de tulipa, de pipo e bico, de velha; Canecas direitas; Canecas baixas; Leiteiras; Talheres; Caixas para sabão; Tinteiros lisos; Tinteiros de forma; Floreiras; Bacias de barba de forma; Bacias de barba lisas; Sopeiras; Bacias de cloaca; Formas para doce; Escarradores brancos; Escarradores pintados; Bolinas;

---

310

*Idem, ibidem.*

311

Fausto S. Martins, *A Azulejaria Portuense – História e Iconografia*, Edições Inapa, S.A., Lisboa, 2001, p.142.

312

AHMOPTC, Junta do Comércio, JC 12: *Mapas e contas dos ministros territoriais a...*, pp.279-280.

313

AHMOPTC, Junta do Comércio, JC 12: *Mapa da Fábrica de Louça sita em Sobre Douro...*, p.155.

314

*Idem, ibidem.*



Ananás; Cestos para fruta; Terrinas; Pias para água benta; Bules lisos; Bules de forma; Cafeteiras; Pratos para água; Jarros de forma; Jarros rós; Jarros lisos; Pratos galinheiros; Pratos frangueiros; Almofias; Açucareiros de forma; Açucareiros lisos; Pires para chá; Pires para almoço; Xícaras de forma; Azulejos lisos<sup>315</sup>.

No que concerne ao presente capítulo, Charles Lepierre escreveu que a fábrica de Massarelos, uma das melhores do Norte, produzia louça de uso doméstico «semelhante à de Sacavém, objectos de ornamentação e principalmente bons azulejos, obtendo três prémios em exposições do Palácio»<sup>316</sup>.

Em 1904, Massarelos, ao tempo designada Empresa Cerâmica Portuense, Lda., especializou-se na produção de azulejos relevados, mais-valia que ficou a dever-se à experiência desenvolvida por William Maclaren na fábrica de Sacavém onde trabalhou<sup>317</sup>. A fábrica foi também pioneira na produção de azulejos relevados a duas cores, amarelo ou azul conjugadas com o branco<sup>318</sup>.



Fig.34 – Pormenor de azulejo relevado a duas cores, amarelo e branco da marca “Massarelos”.

Fonte: Fotografado pelo autor.

No entendimento de Vasco Valente a produção de louça da Fábrica de Massarelos conheceu cinco períodos distintos. Ao 1º, que vai de 1766 a 1819, descreve-o como tendo sido marcado por uma produção de «faiança perfeitamente moldada, leve de

---

315

Manuel Leão, “A Fábrica de Cerâmica de Massarelos”, in *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Nº 66, 11º volume, Junho de 2008, p.23.

316

Charles Lepierre, *Estudo Químico e Tecnológico Sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna...*, pp.93-94.

317

Fausto S. Martins, *A Azulejaria Portuense – História e Iconografia*, ..., p.143.

318

*Idem, ibidem* p.145.

pasta, esmalte estanífero, homogéneo e opaco, ligeiramente anilado, desenho esmerado, contornado a pincel fino, decoração artística de intensa policromia.»<sup>319</sup>.



Peça da Coleção do Museu Nacional de Soares dos Reis  
Nº de Inventário 22060 TC  
Cerâmica  
Prato  
Séc. XVIII [1763-1782]  
Fábrica de Massarelos Porto



Marca

Fig.35 – Prato “Massarelos”.

Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.



Peça da Coleção do Museu Nacional de Soares dos Reis  
Nº de Inventário 26001 TC  
Cerâmica  
Caneca – Figura a tocar tambor  
Séc. XVIII-XIX (1763 -1830)  
Fábrica de Massarelos Porto



Marca

Fig.36 – Caneca “Massarelos”.

Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

O 2º período, balizado entre 1819 e 1845, foi caracterizado por uma mudança na produção de peças de pasta mais fina, com o esmaltado a passar a branco, tendo ainda surgido algumas peças com vidro colorido a azul de safra. A decoração assentou na cópia de gravuras, mas também na pintura espontânea a pincel, muito embora sem desenhos de contornos. As peças deste período apresentam semelhança com as produzidas na fábrica de Miragaia, em virtude do proprietário, Rocha Soares, ser comum.

319

Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas...*p.23.



Peça da Coleção do Museu Nacional de Soares dos Reis  
Nº de Inventário 26057.01 TC  
Cerâmica  
Frasco  
Séc. XIX [1830-1845]

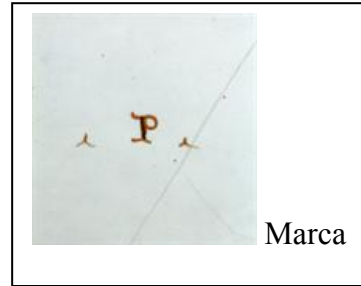


Fig.37 – Frasco “Massarelos”.

Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

O 3º período, sempre segundo a opinião de Vasco Valente, compreende o espaço temporal entre 1845 e 1873, durante o qual foram produzidas peças em faiança e pó de pedra, com esmalte plumbífero e pintadas a uma só cor, o azul. Verificando-se ainda a aplicação de *transfer-prints* de figuras e ornamentos, também monocromáticos e a azul. Este período foi marcado por uma transformação e uma adaptação da fábrica às exigências do mercado<sup>320</sup>.



Peça da Coleção do Museu Nacional de Soares dos Reis  
Nº de Inventário 26058 TC  
Cerâmica  
Chávena e Pires  
Séc. XIX [1845-1870]



Fig.38 – Chávena e Pires “Massarelos”.

Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

O 4º período, compreendido entre 1873 e 1895, continuou a ser marcado pela produção de loiça do período antecedente, bem como pela aplicação de *transfer-prints*, sendo que, nas palavras do referido especialista, «algumas peças são pintadas a pincel sobre

<sup>320</sup>

Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas...*, p.27.

estampagem obtida pelo processo ainda hoje usado de gravura em cobre; esmalte plumbífero e estanífero.»<sup>321</sup>. Com o aproximar do século XX, este período caracterizar-se-ia pela produção de louça tipo “Paiz” de imitação Davenport e por um esforço de maior industrialização, traduzido no alargamento da produção a outras peças, desde vasos para jardim, azulejos, loiças sanitárias a jarrões monumentais.

O 5º e último período estudado por Vasco Valente prolongou-se de 1900 até ao ano em que a Fábrica de Massarelos da Rua da Restauração / Cais das Pedras, por força do incêndio que a destruiu, foi encerrada. Nessa altura verificava-se já a influência inglesa que geria os destinos da empresa, sendo a pasta composta de barro inglês, caulino também inglês, pedra de Cornwall e pederneira de Dieppe moída na Inglaterra. Durante esse período foi ainda utilizado barro de Barracão (Leiria), caulino da Senhora da Hora e areia belga<sup>322</sup>.

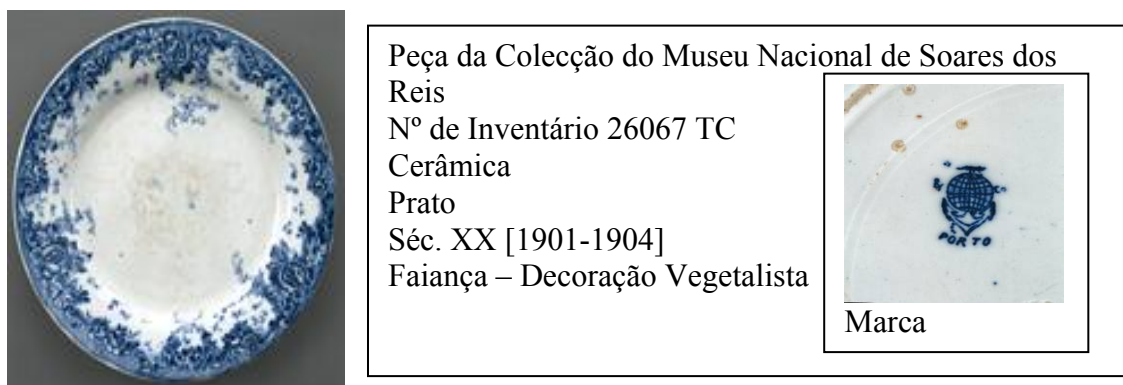


Fig.39 – Prato “Massarelos”.

Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

321

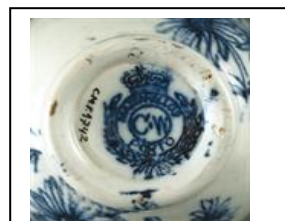
*Idem, ibidem*, p.27.

322

Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas...*, p.29.



Peça da Colecção do Museu Nacional de Soares dos  
Reis  
Nº de Inventário 26090 TC  
Cerâmica  
Tigela  
Séc. XX [1912-1936]



Marca

Fig.40 – Tigela “Massarelos”.

Fonte: IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

Como se pretendeu demonstrar a produção de louça da marca “Massarelos” foi muito variada quer no que concerne à tipologia, às cores utilizadas e aos motivos decorativos, caracterizando assim os distintos períodos de laboração que antecederam o incêndio de 1920 e a desactivação da unidade industrial de Massarelos.

Muito embora o requinte e a qualidade que a caracterizaram, a louça “Massarelos”, produzida no período anterior à compra da marca pela Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, S.A.R.L., não deixou de merecer, da parte das administrações de outras fábricas concorrentes, o envio de um ofício ao Ministro do Comércio e Indústria, datado de 12 de Março de 1936, fazendo crer que na fábrica de Massarelos, até àquela data, apenas tinha sido produzida louça de mesa e faiança, azulejos e ladrilhos (estes últimos em quantidades diminutas) de qualidade baixa<sup>323</sup>.

### III.8.1 As marcas

Durante os longos anos de produção foram diversas as marcas utilizadas pelos inúmeros proprietários no sentido de identificarem as peças de louça “Massarelos”. As mais conhecidas são as que seguidamente se apresentam, as quais figuram nas peças que é

---

<sup>323</sup>  
DREN, Rilei nº1/4198

possível observar em exposição museológica e noutras que são propriedade de colecionadores privados<sup>324</sup>.



Fig.41 – Algumas marcas de louça “Massarelos”.

Fontes: Google e IMC / MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:

<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

Muitos foram os estudiosos que se debruçaram e ainda hoje se debruçam sobre a problemática da identificação das peças de louça “Massarelos” pela marca ou por inscrições características. Com base nesse trabalho foi possível estabelecer a correspondência de diversas marcas ou inscrições e as peças que as suportam com produção “Massarelos”. Vasco Valente, como atrás se referiu, considerou apenas cinco os períodos no que respeita à marcação de louça “Massarelos”, limitando-se ao tempo decorrido entre a fundação da fábrica e 1920. Como exemplo refira-se que a legenda «FÁBRICA DE MASARELOS PORTO», caracterizada pelo erro ortográfico na designação da fábrica será a mais antiga e corresponderá ao 1º período<sup>325</sup>.

324

Todas as marcas obtidas por reprodução fotográfica foram retiradas do MatrizPix do IMC..., as restantes da obra

de Vasco Valente, *Uma dinastia de ceramistas*, Imprensa Moderna, Porto, 1936, pp.26-27.

325

Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense*...pp.49-50

Mas se a aludida correspondência resulta difícil no que respeita a algumas marcações dos três períodos iniciais, o mesmo já não acontecerá com os dois últimos pois os termos ou os símbolos que as compõem são suficientemente reveladores quanto à sua produção. Marcas como “FABRICA DE MASSARELOS – PORTO / JOÃO DA ROCHA & SOUSA LIMA” ou “FABRICA DE LOUÇA DE MASSARELOS / PORTO / JOÃO DA ROCHA & SOUSA LIMA”, não deixarão qualquer margem para dúvidas relativamente à origem e até à época de que datam. Outras, que pela respectiva simbologia nos remetem para a “realeza” ou “monarquia”, também serão facilmente associadas a “Massarelos” e aos fabricantes/firmas produtoras quando se lhe junta nomes como “MACLAREN / PORTO”, “MASSARELLOS/ PORTO / C&W” ou “MASSARELLOS / RORIZ – PORTO / CFCL / PORTUGAL”, considerando, nesta última marca, fabrico posterior a 1936 e de cariz mais industrializado.



Fig. 42 - Marcas correspondentes aos proprietários da fábrica, William Maclaren, Chambers & Wall e Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia.

Fonte: Vasco Valente, *Cerâmica Artística Portuense, do século XVIII e XIX*, Edição Maranus, 1950, Porto, p.54.

### III.8.2 Os mercados de Destino

«Vende na terra, Brasil, Angola e alguma para a Galiza»<sup>326</sup>.

Muito embora curta e lavrada cerca de cinquenta anos após a fundação da fábrica de Massarelos, a transcrição que antecede é prenhe de significado quando se pretende transmitir quão vastos foram os mercados de destino que a louça ali produzida levou e quão continuada no tempo foi a sua aceitação.

<sup>326</sup>

AHMOPTC, Junta do Comércio, JC 12: Mapas e contas dos ministros territoriais *acerca das fábricas do existentes em 1815*, pp.279-280.

Efectivamente, para além de alimentar o mercado local, a fábrica de Massarelos bem cedo começou a exportar a sua louça para o Brasil e para Angola. Em 1768 Manuel Duarte Silva despachou para o Rio de Janeiro 300 dúzias de louça branca e em 1769 seriam já 1 300 de louça branca e 470 de louça mas desta vez para a Baía. Com o passar dos anos continuou a verificar-se uma tendência de aumento da quantidade de louça exportada, dos mercados de destino e da diversidade de peças. Em 1770, o referido fabricante despachou para a Baía amostras de vária louça e 1 500 dúzias de louça branca e para o Rio de Janeiro 320 dúzias de louça, 120 bispotes e 50 canecas<sup>327</sup>.

Manuel Duarte Silva continuaria a aumentar e a diversificar as suas exportações até à sua morte. Em 1773, despachou amostras de louça para o Rio de Janeiro; 12 caixões com 311 dúzias de pratos de guardanapo, 33 dúzias de pratos de cozinha e galinheiros, 4 dúzias de bacias de barba, 12 dúzias de bacias e bandejas várias, 5 dúzias de sopeiras e terrinas, 4 dúzias de covilhetes com tampa, 60 dúzias de tigelas brancas, louça a granel, dúzias de jogos de chá, jarros para água, salvas e talheres, tinteiros e vasos para a Baía e, ainda, 600 dúzias de louça para Pernambuco<sup>328</sup>.

Em 1776 seria a vez de Angola, com 400 dúzias de louça a granel e 6 caixões com amostras, do Faial, com 22 caixões de vária louça e 450 dúzias de louça a granel, mas também do Rio de Janeiro e da Baía com quantidades significativas de louça despachada<sup>329</sup>. De resto, nesse ano o Brasil recebeu 7 650 dúzias e 56 caixões de louça produzida na fábrica de Massarelos<sup>330</sup>.

Falecido o fundador da fábrica, a sua viúva, Rosa Bernardina deu continuidade ao negócio de exportação fornecendo o Rio de Janeiro e a Baía, pelo menos até 1780 e sempre ao mesmo ritmo<sup>331</sup>.

Na centúria seguinte, para além do Brasil e de Angola, a louça de Massarelos haveria de encontrar mercado externo também na Galiza<sup>332</sup>.

---

327 Manuel Leão, “A Fábrica de Cerâmica de Massarelos...”, p.19.

328 *Idem, ibidem.*

329 *Idem, ibidem.*

330 Manuel Leão, “Cerâmica saída da Barra do Douro no séc. XIX...”, p.195.

331 *Idem, ibidem*, p.191 / Manuel Leão, “A Fábrica de Cerâmica de Massarelos...”, p.20.



Os registos relacionados com os mercados de venda de louça “Massarelos” para os anos posteriores a 1813/1815 são desconhecidos. No entanto, as anotações constantes do Mapa da Fábrica de Louça correspondente a 1829 são indiciadoras de que a fábrica atravessava uma época de crise, marcada pela perda dos seus mercados tradicionais e motivada pela falta de gente e pela concorrência de produtos vindos de Inglaterra<sup>333</sup>.

Muito embora a escassez de elementos poder-se-á afiançar, com base na constante remodelação das instalações e no número de trabalhadores empregados, que a louça da marca “Massarelos” continuou a dispor de mercados rentáveis, internamente, nas colónias ou mesmo no estrangeiro pelo menos até à década de 1930, altura em que se verificou uma acentuada degradação do aparelho produtivo da unidade de Quebrantões do Norte, situação que coincidiu com a respectiva venda à Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia.

Em 21 de Outubro de 1944 a fábrica continuava a produzir para todo mercado interno, abrangendo praticamente todo o território nacional, mas também para o estrangeiro pois a diversidade da sua produção permitia satisfazer as exigências dos diferentes mercados<sup>334</sup>. Assim, os produtos cerâmicos diversos em pasta de faiança e os produtos diversos em pasta vitrificada tinham como destino os mercados nacional e estrangeiro e, por sua vez, os produtos diversos em pasta refractária e os produtos hidráulicos destinavam-se exclusivamente ao mercado nacional.

Da análise do inquérito industrial de 11 de Fevereiro de 1958 resulta que a louça produzida na fábrica, constituída essencialmente por artigos de louça de faiança doméstica e decorativa mas também por ladrilhos hidráulicos, tinha como destino o

---

<sup>332</sup> José Manuel Lopes Cordeiro, “Fontes para a História da Indústria Portuguesa...”, pp.214-216 / AHMOPTC, Junta do Comércio, JC 12: *Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fábricas do existentes em 1815*, pp.279-

280.

<sup>333</sup> AHMOPTC, Junta do Comércio, JC 12: *Inquérito Industrial de 1829* / José Manuel Lopes Cordeiro, “Fontes para a História da Indústria Portuguesa...”, pp.220.

<sup>334</sup> DREN, Rilei nº1/4198. Como atrás se referiu aquando do contrato de arrendamento a Fábrica de Louças «Massarelos» ficava obrigada a considerar a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia como distribuidora dos seus produtos em todo o território nacional e estrangeiro.

mercado nacional, considerando todo o território continental, ilhas adjacentes e colónias<sup>335</sup>.

### **III.9. A adaptação aos novos tempos e às necessidades da construção civil**

Passadas as crises económicas e os períodos de instabilidade social provocados pelas invasões francesas e pelas lutas liberais, a economia portuense entrou numa fase propícia ao progresso e ao desenvolvimento que se consubstanciou na melhoria das infra-estruturas da cidade que crescera para além dos muros da cidade<sup>336</sup>.

Ora, esta nova conjuntura de desenvolvimento que se materializou em novos arruamentos, no abastecimento de água, na rede de esgotos, na canalização do gás, etc., proporcionou aos industriais novas oportunidades de negócio<sup>337</sup>. Neste período foi criada a Empresa Cerâmica Portuense, Limitada e, com a consequente chegada de capitais disponíveis para novos investimentos, adquiridas e adaptadas as instalações de Quebrantões do Norte para assim responderem às necessidades do mercado da construção civil<sup>338</sup>.

#### **III.9.1 Os novos materiais produzidos**

Depois de mais de um século a dar nome a louça de uso doméstico, de decoração e azulejaria, a marca “Massarelos” foi associada à produção de tubos de grés e de acessórios necessários às redes de água e saneamento cuja implementação proliferava pelo início do século XX na cidade do Porto<sup>339</sup>.

Mais tarde, com a compra da unidade de Quebrantões Norte pela Companhia das Fábricas Lusitânia, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada a marca “Massarelos” seria rejuvenescida e continuaria, por mais algumas décadas, a dar nome a louça de faiança fina mas agora com uma produção de artigos cerâmicos mais

---

335

*Idem.*

336

*O Tripeiro*. Ano XII, “Para a História da urbanização do Porto no século XIX”, pp.165-169.

337

Gaspar Pereira, Maria do Carmo Seren, “O Porto Oitocentista”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História*

*do Porto*, Porto Editora, Porto, 1994, p.386-392.

338

Teresa Soeiro, et. al. - “A Cerâmica Portuense...”, p.225.

339

*Fábrica de Massarelos Porto, 1763 - 1936, ...*, p.51.

abrangente procurando assim conquistar novos “nichos” de mercado e fazer frente à concorrência<sup>340</sup>.

Por via disso, a Fábrica de Louça de Sacavém, a Fábrica de Porcelana Vista Alegre, a Sociedade de Porcelanas e a Empresa Electro Cerâmica solicitaram um rigoroso inquérito às actividades da Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia que acabara de adquirir a fábrica de louça Massarelos à firma Chambers & Wall. Segundo tais empresas a C.F.C.L. pretendia alargar a produção a outros produtos que até ali não tinham sido produzidos sob a marca “Massarelos” e «aumentar a capacidade de produção das instalações.»<sup>341</sup>.

O pedido deu entrada no ministério respectivo no dia 16 de Março de 1936 e mereceu a determinação urgente de um minucioso inquérito a realizar pela 1ª Circunscrição Industrial do Porto, devendo ser dada à diligência atenção preferencial relativamente a qualquer outro serviço<sup>342</sup>.

Por seu turno, no dia 01 de Abril de 1936 o gerente da Fábrica Cerâmica do Carvalhinho informou a 1ª Circunscrição Industrial do Porto que a nova gerência da fábrica de louça de Massarelos tinha instalado novas máquinas e prensas para se dedicar ao fabrico de mosaicos, artigos que nunca antes tinha produzido<sup>343</sup>.

Através da leitura de relatório de inspecção à fábrica de louça Massarelos, datado de 18 de Maio de 1936, verifica-se que a mesma fabricava maioritariamente faiança comum e sanitária e, por vezes, alguns azulejos e ladrilhos. Verifica-se ainda que os tubos de grés deixaram de ser ali produzidos na década de 1920, praticamente desde que a fábrica do lugar de Massarelos ardeu e toda a produção passou a ser assegurada pelas instalações da Quinta do Roriz, Quebrantões do Norte<sup>344</sup>.

---

340 DREN, *Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, SARL*, RILEI nº 1/4198.

341 *Idem.*

342 *Idem.*

343 *Idem.*

344 *Idem.*

Decorrente de nova denúncia, efectuada por empresas concorrentes, dizendo que na fábrica de Quebrantões do Norte estavam a ser produzidos isoladores de alta tensão, foi efectuada uma minuciosa vistoria tendo sido apurado que tal não correspondia à verdade pois a brigada fiscalizadora não encontrou quaisquer isoladores fabricados ou em fabrico, nem mesmo as formas de gesso necessárias. No respectivo relatório de inspecção, datado de 25 de Maio de 1938, consta que as amostras de pasta e de vidro recolhidas para análise não apresentaram características próprias das utilizadas nos isoladores de alta tensão<sup>345</sup>.

As tabelas de preços para os anos de 1940 e 1943, editados pela Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, referentes à produção da Fábrica “Massarelos”, revelam um extenso rol de artigos cerâmicos que são indicadores de uma produção bastante variada onde, para além da louça de uso doméstico e decorativo, também já está incluída uma vasta gama de louça sanitária, pias para água benta, tinteiros para carteira, etc., com três séries de qualidade de decoração e de preço, bem como com várias cores e dimensões.

**Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia**  
 Sede social: Rua do Arco do Cego, 88 — LISBOA  
 Fábricas em COIMBRA: Lorêto — Estação Velha

Dependências no Porto:  
 FÁBRICA «MASSARELOS»: — MONTE DO  
 DEPOSITO: — RUA DE SANTA CATARINA,

Possuidora de 12 Fábricas de Produtos Cerâmicos

Enderços telegráficos:  
 LISBOA — Cerâmica  
 PORTO — Cerâmica  
 COIMBRA — Cerâmica

TELEFONES:

Lisboa	4 5146
	4 5147
	4 5148
Porto-depósito	4581
Porto-fábrica	197
Coimbra	2098
Ermezinde	5
Setúbal	435
Faro	231
Carregado	26
Algoz	2

TABELA DE PREÇOS N.º 12 M (1943)  
 DE R. 154117  
**LOUÇAS DOMÉSTICAS**  
 DA FÁBRICA  
 «MASSARELOS»

Fig.43 - Capa da tabela de preços referente às louças domésticas produzidas pela filial de «Massarelos» da “Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, SARL”<sup>346</sup>.

345

*Idem.*

346

Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, *Louças Domésticas da Fábrica «Massarelos»*, Tabela de Preços n.º 12 M (1943), Tipografia Minerva, Farnalhão, 1943.

<b>ESCLARECIMENTOS ACERCA DOS PREÇOS</b>	
<b>ESCOLHA:</b>	
Os preços desta tabela entendem-se na Fábrica « <b>Massarelos</b> », <b>SEM EMBALAGEM</b> , e para louça <b>SEM ESCOLHA</b> ; mas esta designação <b>SEM ESCOLHA</b> não compreende a louça de <b>REFUGO</b> . O refugo, que é em pequena quantidade, vende-se com um desconto suplementar, geralmente, em lotes sortidos constituídos na presença do comprador.	
<b>DECORAÇÕES:</b>	
<b>Série A</b>	— As decorações desta série são constituídas por desenhos estampados, estampilhados ou pulverizados, geralmente a uma côr, e por filagens.
<b>Série B</b>	— As decorações desta série são constituídas por desenhos cheios ou pulverizados, a mais de uma côr, por crómos pequenos e médios, e por bandas simples.
<b>Série C</b>	— As decorações desta série são constituídas por crómos grandes, desenhos cheios à mão, bandas, filagens largas e por metais preciosos As decorações fora destas séries são debitadas por preço especial.
<b>LOUÇAS DE CÔRES:</b>	
As louças de pasta ou vidros de côres (rosa, marfim, azul, etc.), são debitadas, salvo raras exceções, por mais 25 %.	
<b>DIMENSÕES OU CAPACIDADES:</b>	
São aproximadas e, portanto, sem compromisso tôdas as que se indicam nesta tabela.	
<b>LOUÇAS DAS FÁBRICAS DE COIMBRA:</b>	
Os preços destas louças constam de outras tabelas.	
<b>Vide na penúltima página as nossas "CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA"</b>	

Fig.44 - Página da tabela de preços de esclarecimento aos clientes sobre alguns aspectos a ter em conta sobre a louça que se encontra à venda<sup>347</sup>.

Através da leitura da Certidão lavrada no dia 04 de Agosto de 1944 no cartório do Notário Eduardo dos santos Maia Mendes, da Rua do Almada – Porto, verifica-se que a firma Fábrica de Louças «Massarelos», Limitada, arrendatária das instalações e detentora do alvará de produção da marca “Massarelos”, pretendia também sustentar a sua actividade numa produção mais diversificada pois tinha por «objecto o exercício das indústrias de cerâmica fina e de materiais de construção nos seus diferentes ramos e bem assim o comércio destes produtos.»<sup>348</sup>.

Os inquéritos seguintes, datados de Outubro de 1944 e de Fevereiro de 1958 continuam a apresentar uma unidade fabril que privilegiava uma produção diversificada, louça de faiança doméstica, decorativa e ladrilhos hidráulicos, mas também diferenciada em quatro tipos, nomeadamente produtos de pasta de faiança, de pasta refractária, de pasta vitrificada e produtos hidráulicos<sup>349</sup>.

347

*Idem, ibidem.*

348

DREN, RILEI nº 1/4198.

349

*Idem.*

Em 30 de Julho de 1947, através de exposição escrita remetida ao Ministro da Economia, a firma solicitou, a propósito de mais uma reclamação efectuada por empresas do sector, que a condição que lhe havia sido imposta «de na fábrica não se produzir material eléctrico e de porcelana» fosse dada sem efeito. Os responsáveis da fábrica consideravam não haver justificações de ordem moral ou legal para que a condição proibitiva e excepcional no contexto das indústrias cerâmicas se mantivesse, argumentando ainda que o alvará de produção abrangia toda a indústria cerâmica e não continha nenhuma restrição especial quanto a produtos de determinada pasta ou de determinados modelos, para além de que a firma já produzia louças para usos eléctricos e industriais, em pequenas quantidades, antes das empresas reclamantes existirem<sup>350</sup>.

A diversidade de produção manter-se-ia com a venda da fábrica à empresa Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, S.A.R.L. como também o demonstram os catálogos publicitários que foram sendo publicados ao longo dos anos.

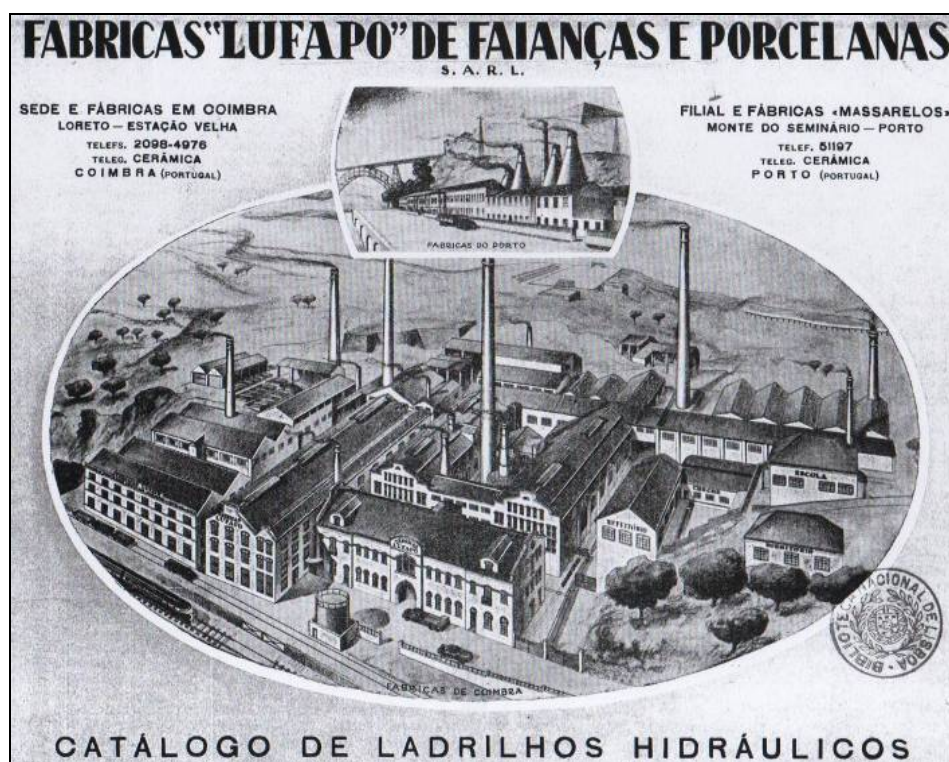


Fig.45 – Capa do catálogo de ladrilhos hidráulicos produzidos nas “Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, com sede e fábricas em Coimbra e filial e fábricas «Massarelos» no Porto<sup>351</sup>.

350

*Idem.*

351

Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas. [Catálogo] *Ladrilhos Hidráulicos*, Impressão Marânus, Porto.

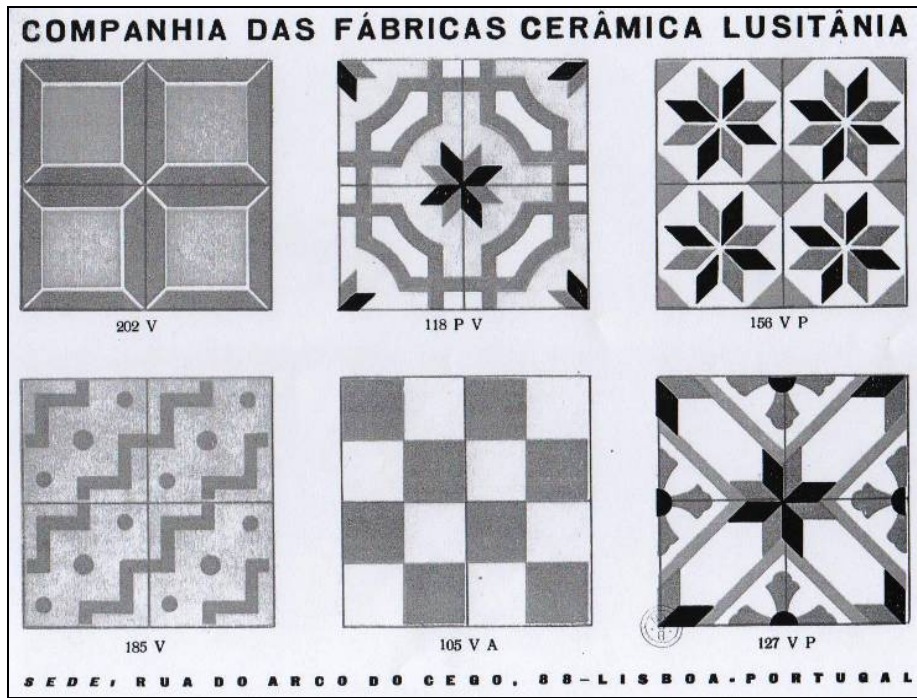


Fig.46 - Amostra de ladrilhos hidráulicos da marca “Massarelos”<sup>352</sup>.

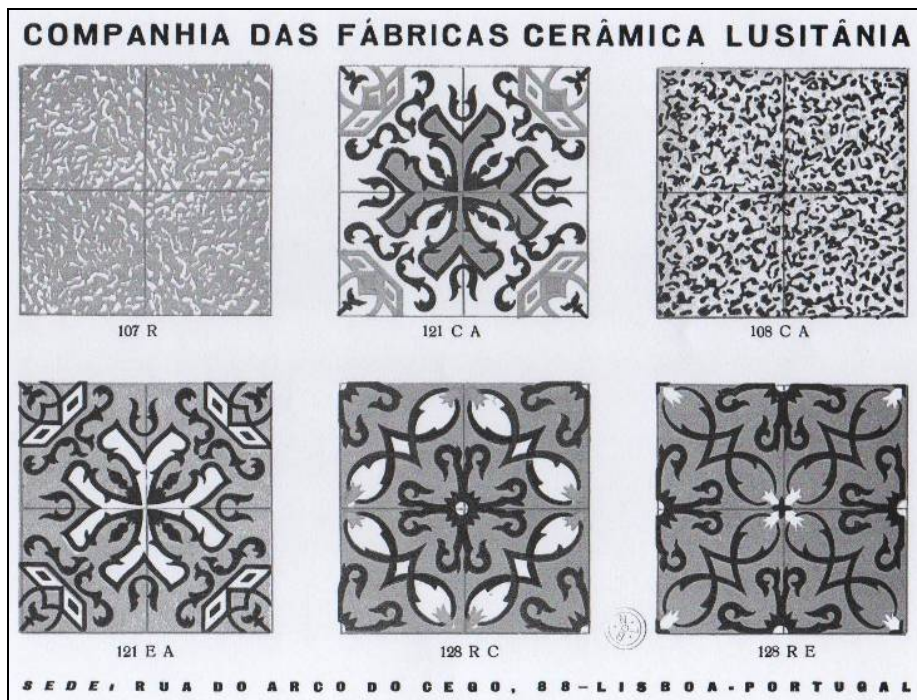


Fig.47 - *Idem*<sup>353</sup>.

352  
*Idem, ibidem.*

353  
*Idem, ibidem.*

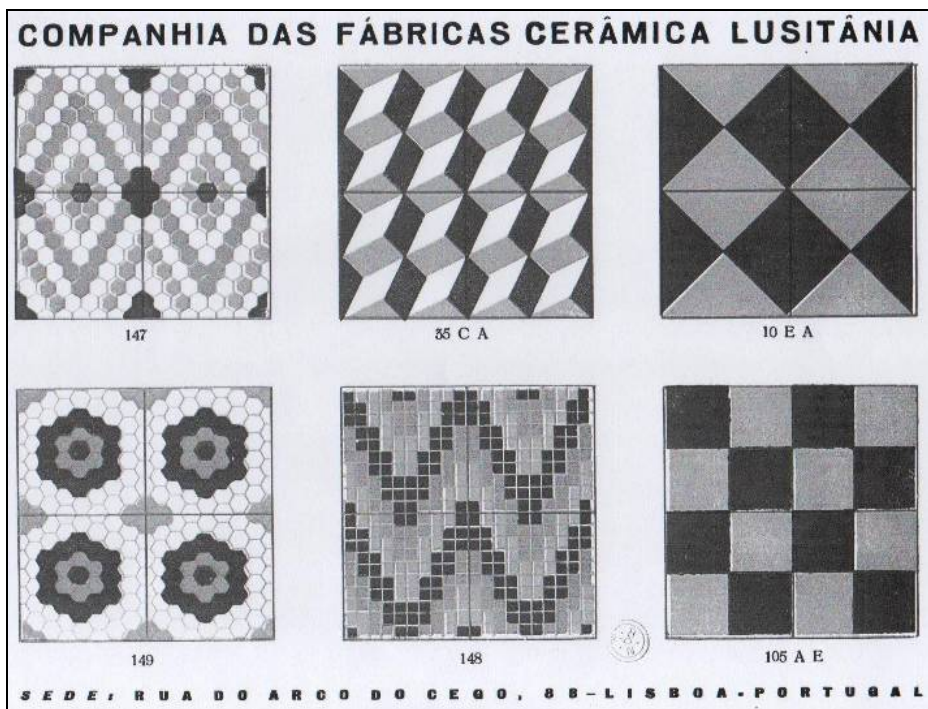


Fig.48 - *Idem*<sup>354</sup>.

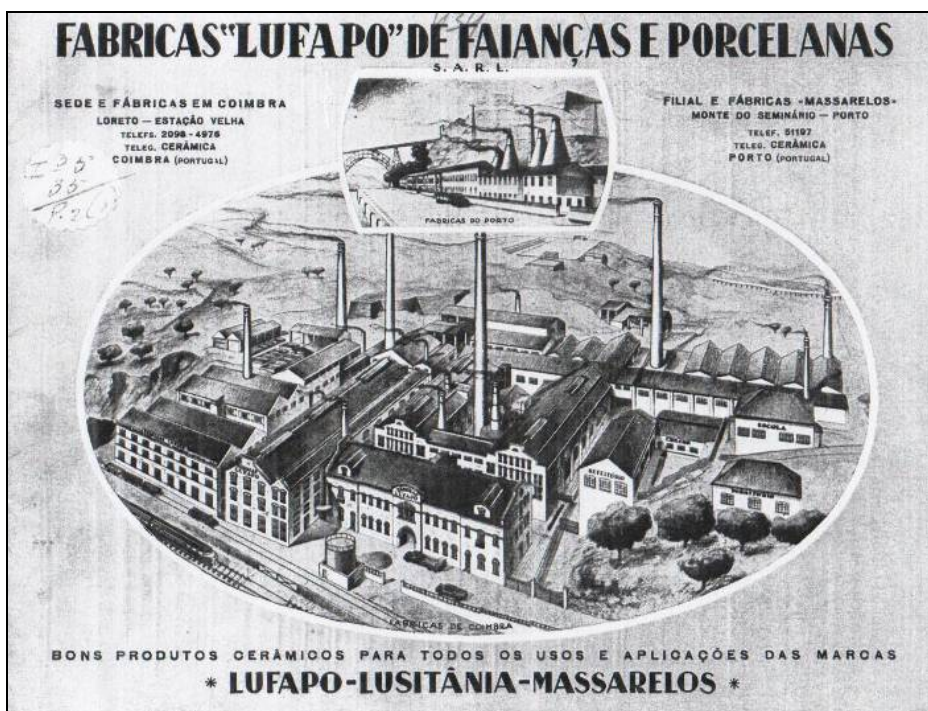


Fig.49 - Capa do catálogo de louças sanitárias produzidas nas Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas<sup>355</sup>.

354

*Idem, ibidem.*

355

Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, *Bons produtos cerâmicos para todos os usos e aplicações das marcas*, Lufapo – Lusitânia – Massarelos. [Catálogo], Impressão Marânus, Porto.





Fig.50 - Amostra de modelos de louças sanitárias da marca “Massarelos”<sup>356</sup>.

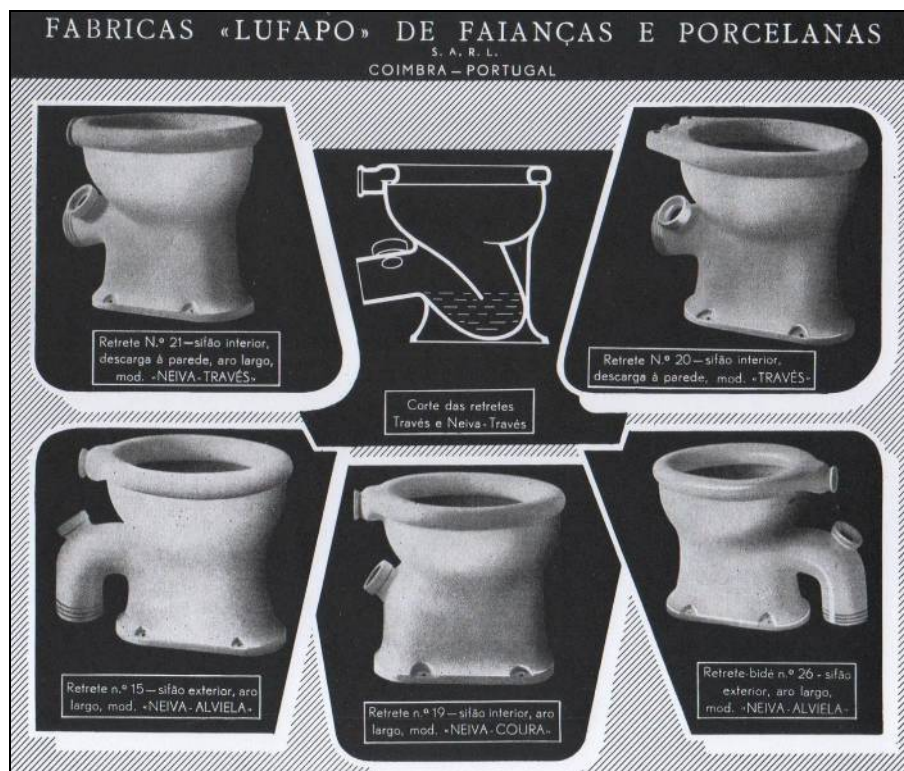


Fig.51- *Idem*<sup>357</sup>.

356  
*Idem, ibidem.*

357  
*Idem, ibidem.*

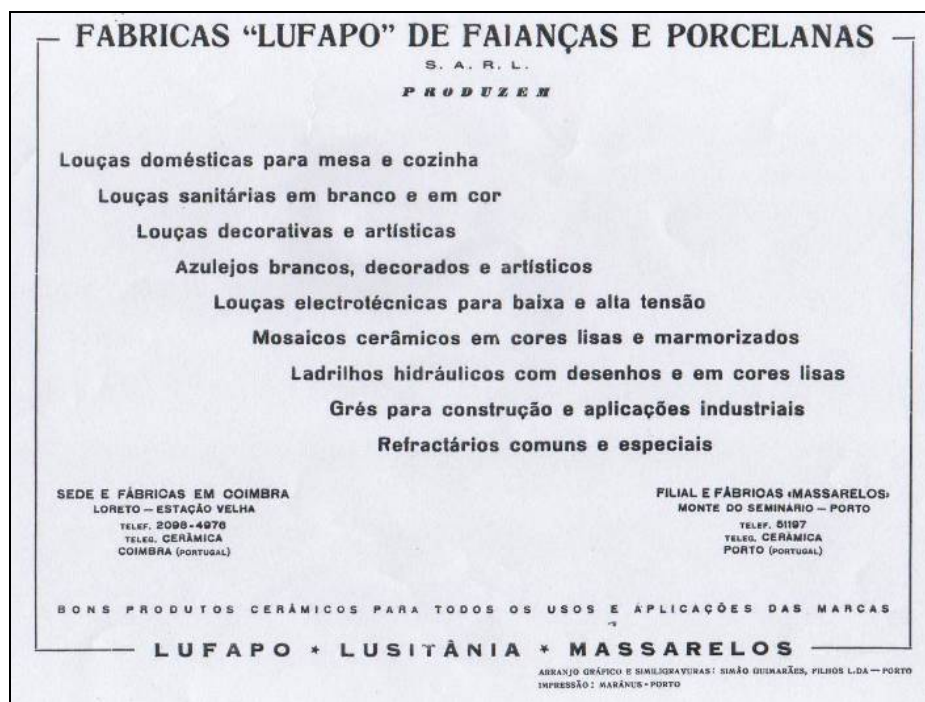


Fig.52 - Página do catálogo onde consta relação das louças produzidas nas Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas<sup>358</sup>.

Nas páginas do anuário comercial e industrial portuense referente ao ano de 1967, a firma Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, S.A.R.L. anunciava-se como sendo «Fabricante de: Azulejos brancos, de cores e decorados; Louças sanitárias; Louças domésticas e decorativas; Ladrilhos hidráulicos; Mosaicos cerâmicos; Porcelanas para electricidade; Produtos refractários; Produtos de grés. Com estabelecimentos em Coimbra e no Porto.»<sup>359</sup>.

358

*Idem, ibidem.*

359

*Anuário do Porto* (Comercial, Industrial e Burocrático) - Porto e o seu Distrito, p.379.

## **CAPÍTULO IV. Os contributos da Arqueologia Urbana/Industrial e o Património preservado**

«A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais.»<sup>360</sup>.

A Arqueologia Urbana / Industrial, levada a cabo no Porto, tem constituído uma actividade fundamental tendo em vista o conhecimento da fundação da cidade e das actividades dos povos que nela se foram fixando. Para além da complexa actividade de trazer à luz do dia os vestígios, artefactos e todas as estruturas que possam indiciar ou documentar as pré-existências, o exercício da arqueologia urbana na vertente industrial assume hoje, como ontem, o superior objectivo de produzir conhecimento sobre o dinamismo, protagonismo e características das estruturas, artefactos, maquinaria, etc. que integravam as unidades fabris que participaram no processo de industrialização da cidade no passado. Ao fazê-lo, a Arqueologia Urbana / Industrial não intervém só na revelação, enquadrada numa perspectiva preservadora<sup>361</sup>, do património industrial e da

---

<sup>360</sup>

Definição de património industrial., in *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial* – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Julho de 2003. [Última consulta em 30.09.2012]. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>

<sup>361</sup>

Como diz José Manuel Lopes Cordeiro, «É evidente que não é possível - nem desejável - salvar todos os testemunhos do nosso passado histórico, apenas se justificando proceder desse modo em relação àqueles que apresentam valor histórico e patrimonial, à luz dos critérios universalmente reconhecidos para esse efeito. O que se impõe, nestes casos, é a aplicação das mais elementares normas de arqueologia preventiva e de salvamento, ou seja, a conservação pelo registo. No entanto, no caso do património industrial, estão a verificar-se duas situações: por um lado, os vestígios desaparecem sem nunca terem sido estudados, inventariados ou salvaguardados alguns dos seus componentes, nomeadamente documentação de interesse histórico ou maquinaria de valor patrimonial e museológico; por outro, nesta época de profunda reconversão económica, a demolição das estruturas industriais assume um carácter de total arrasamento, em contraste com a destruição evolutiva e com o aproveitamento parcial que dos restos

cultura material, mas também na projecção da cidade para o futuro, seja no condicionamento do planeamento urbanístico seja no processo de desenvolvimento social e económico sustentado.

#### **IV.1. As evidências arqueológicas da unidade fabril de Massarelos**

«O objectivo da arqueologia industrial é o registo, a investigação e a análise dos vestígios materiais resultantes do desenvolvimento social, económico e tecnológico do período histórico que se inicia com a industrialização, com a finalidade de produzir conhecimentos históricos capazes de o interpretar e explicar.»<sup>362</sup>.

O local onde outrora assentaram as instalações da Fábrica de Louça de Massarelos, desactivadas com o incêndio de 1920, foi objecto dos trabalhos de duas intervenções arqueológicas distintas levadas a cabo nos primeiros anos deste século XXI. Muito embora se conheçam apenas os respectivos relatórios preliminares, as evidências trazidas à luz do dia vieram dar sustentação às fontes documentais e acrescentar novos *inputs* ao conhecimento teórico sobre a unidade fabril e novos contributos no que respeita à caracterização das suas estruturas e dos materiais com que foram construídas, das matérias-primas, dos artefactos produzidos, dos combustíveis utilizados, etc., constituindo assim um importante testemunho da sua existência.

Na primeira, realizada no período de tempo compreendido entre os dias 15 de Novembro e 19 de Dezembro de 2001 pela empresa “ETNOS – Património e Turismo Cultural, Lda.”, a área intervencionada foi dividida em quatro sectores: A, B, C e D.

Do esforço dos arqueólogos resultou que no sector B foram identificadas 19 unidades estratigráficas, sendo de destacar o aparecimento de um tanque, pertencente à antiga Fábrica de Louça de Massarelos, constituído por uma base em argila e tijolo burro, com

---

materiais de outras épocas se efectuou até ao período contemporâneo.», in, “Arqueologia e Património Industrial na Zona do Grande Porto”, *Revista al-madan*, IIª Série, Nº 9. Outubro 2000, Centro de Arqueologia de Almada, p.119.

<sup>362</sup> *Idem, ibidem*, p.118.

paredes do mesmo material cujas evidências permitem situar a sua construção na segunda metade do século XIX e com reformulação no século XX<sup>363</sup>.

No Sector C, foi revelado um piso em cimento, um lajeado, uma estrutura condizente com a parede de um tanque idêntico ao já referido e, ainda, canalizações de dois períodos distintos que foi possível datar para os séculos XIX e XX<sup>364</sup>.

Dos trabalhos realizados pela firma Arqueologia & Património, Lda., no período compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2004, no âmbito da construção de um complexo imobiliário planeado para a parcela de terreno localizada entre a Rua da Restauração e o Cais das Pedras, foram também encontrados importantes vestígios da Fábrica de Louça de Massarelos<sup>365</sup>.

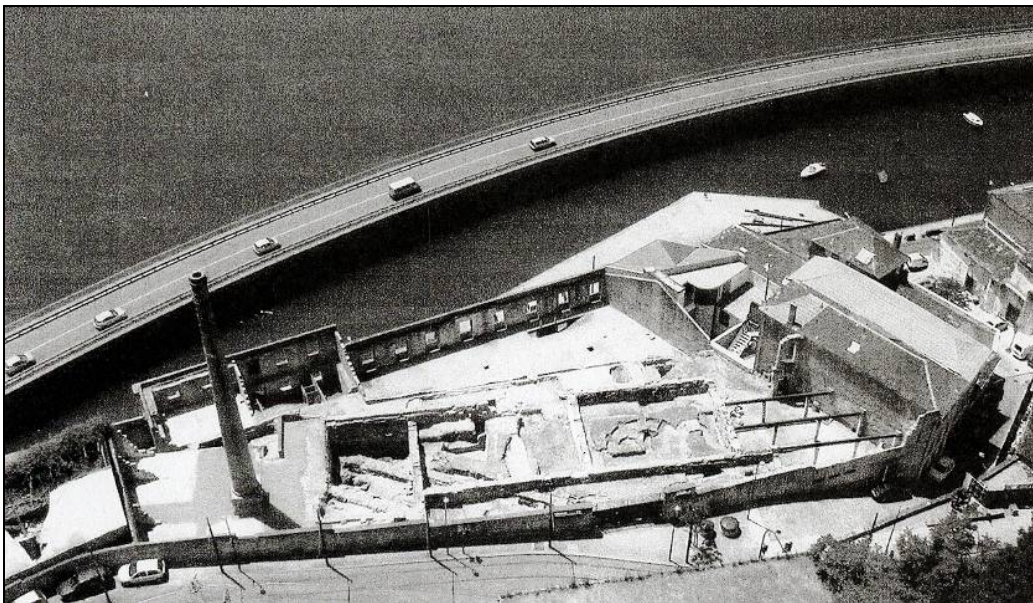


Fig.53 – Vista sobre o local onde decorreram os trabalhos arqueológicos no âmbito da construção do Complexo Imobiliário da área da Refinaria / Fábrica de Cerâmica de Massarelos.

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

363

Armando Coelho Ferreira da Silva, et. al., *Escavações Arqueológicas no Porto (POR 01) – Sondagens Arqueológicas na Antiga Refinaria da Rua da Restauração / Rua de Monchique*. ETNOS – Património e Turismo Cultural, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002.

364

*Idem, ibidem.*

365

Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

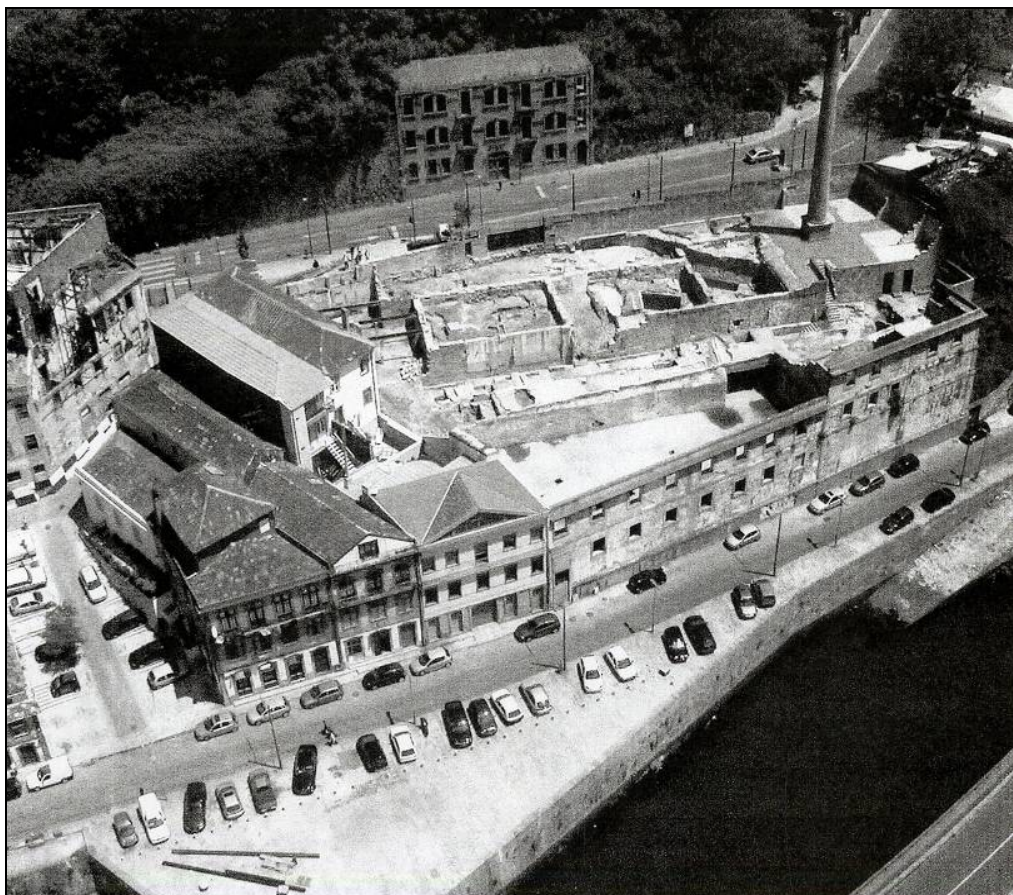


Fig.54 – *Idem*.

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

Se as sondagens efectuadas revelaram significativas estruturas das várias fases da unidade fabril pioneira no fabrico de louça, a escavação arqueológica permitiria que fossem documentados relevantes evidências relativamente ao período que antecedeu o incêndio de 1920, assim como o próprio incêndio, através dos restos de madeira carbonizada<sup>366</sup>.

---

<sup>366</sup> Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos...*, p.6.

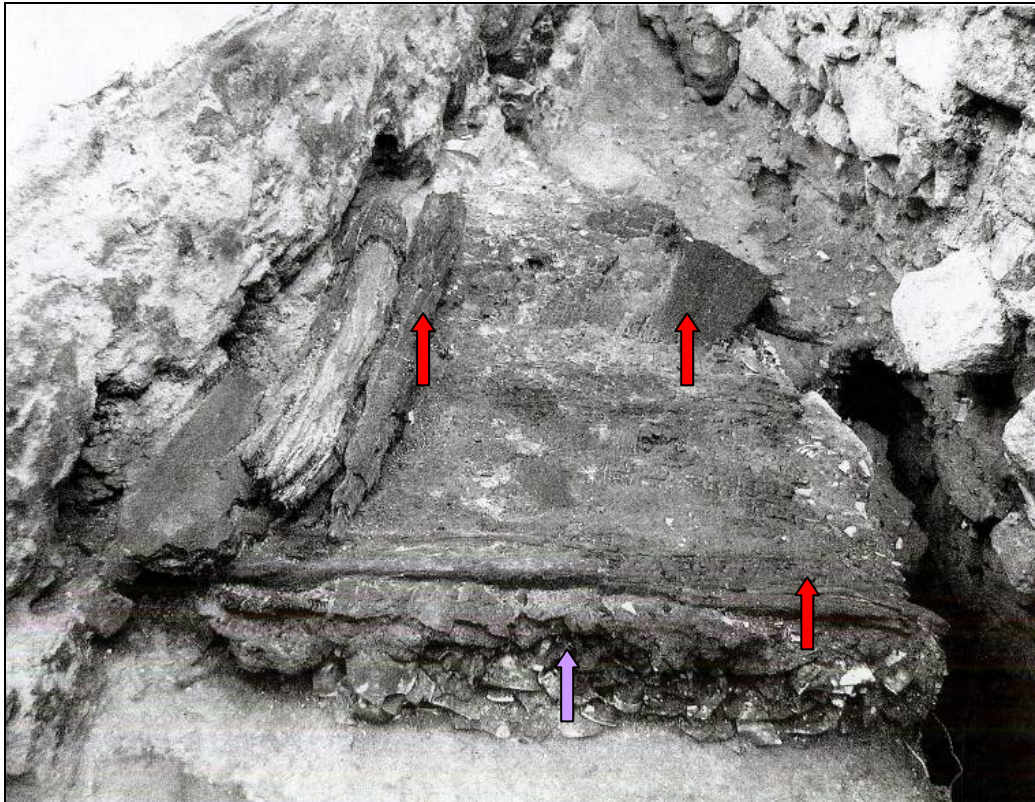


Fig.55 - Vestígios de madeira carbonizada pelo incêndio de 1920(♦) e de material (♦)anteriormente produzido.

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

Muito embora no local onde anteriormente fora implementada a “Fábrica de Louça de Massarelos” tenha sido posteriormente construída uma refinaria foi ainda possível trazer à luz do dia vestígios relacionados com a organização que a unidade de produção cerâmica apresentava no período que antecedeu o dito incêndio<sup>367</sup>.

---

<sup>367</sup>  
*Idem, ibidem, p.7.*

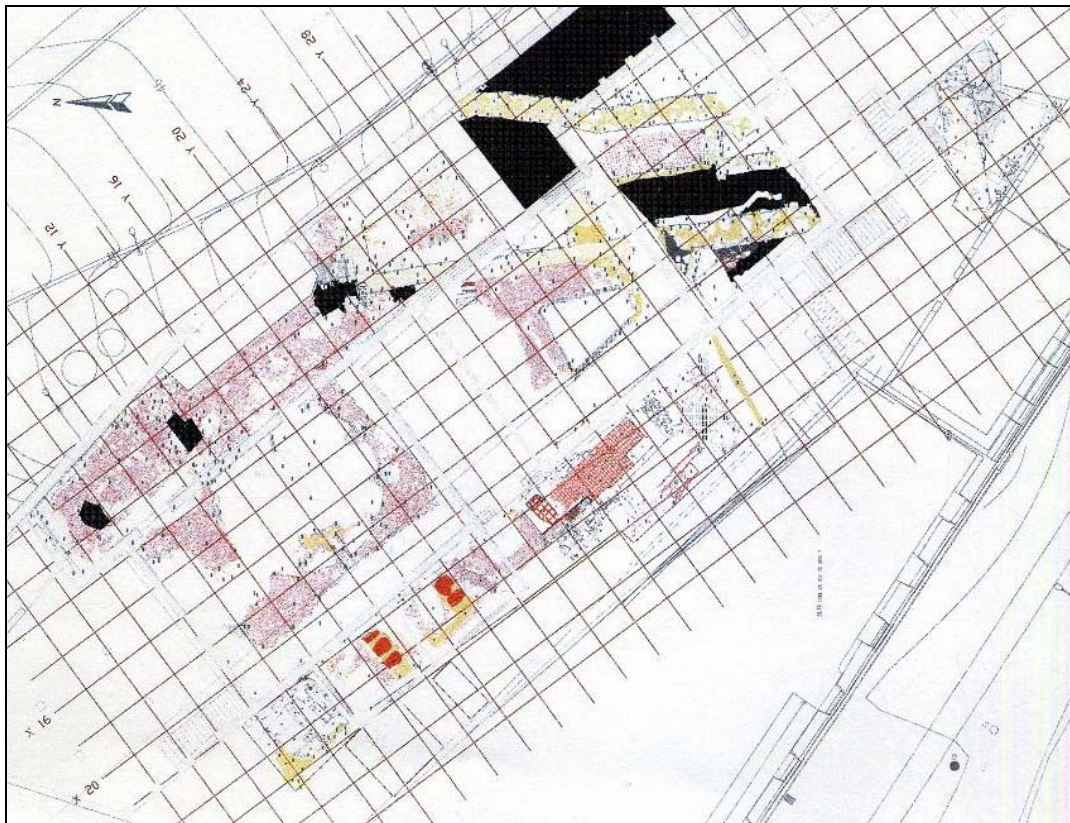


Fig.56 - Planta da Fábrica de Massarelos elaborada com base na intervenção arqueológica.

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

Os arqueólogos depararam assim com um edifício principal de forma alongada e de planta sub-retangular, com vários pisos. No seu espaço interior, foram reveladas zonas de pavimentos em tijoleira, tijolo e em granito e, ainda, três tanques possivelmente relacionados com o processamento das argilas e pastas cerâmicas, sendo que um deles se encontrava ainda repleto de peças em chacota<sup>368</sup>.

As escavações permitiram também confirmar o desnível existente no piso térreo do edifício principal (ver fig.17) e ainda identificar a localização de duas portas do piso térreo.

Os referidos trabalhos de arqueologia industrial fizeram também luz sobre a localização dos três fornos circulares em funcionamento nos tempos que imediatamente

---

<sup>368</sup> “Chacota” ou “Biscoito”: Peças cerâmicas submetidas a uma primeira cozedura, in Maria Helena Pires César Canotilho, *Processos de Cozedura em Cerâmica...*, pp.24-25.



antecederam o incêndio de 1920 (fig.15), implantados na plataforma superior do terreno. Se o forno mais central foi encontrado com as estruturas relativamente bem preservadas os outros dois apresentavam-se praticamente destruídos como resultado das obras de construção da Refinaria. No entanto, verificou-se que o espaço que os envolvia era pavimentado com tijolo, com embasamentos também em tijolo e de pilares que sustentavam o apoio do telhado de uma área que se suspeita tenha sido alpendrada.

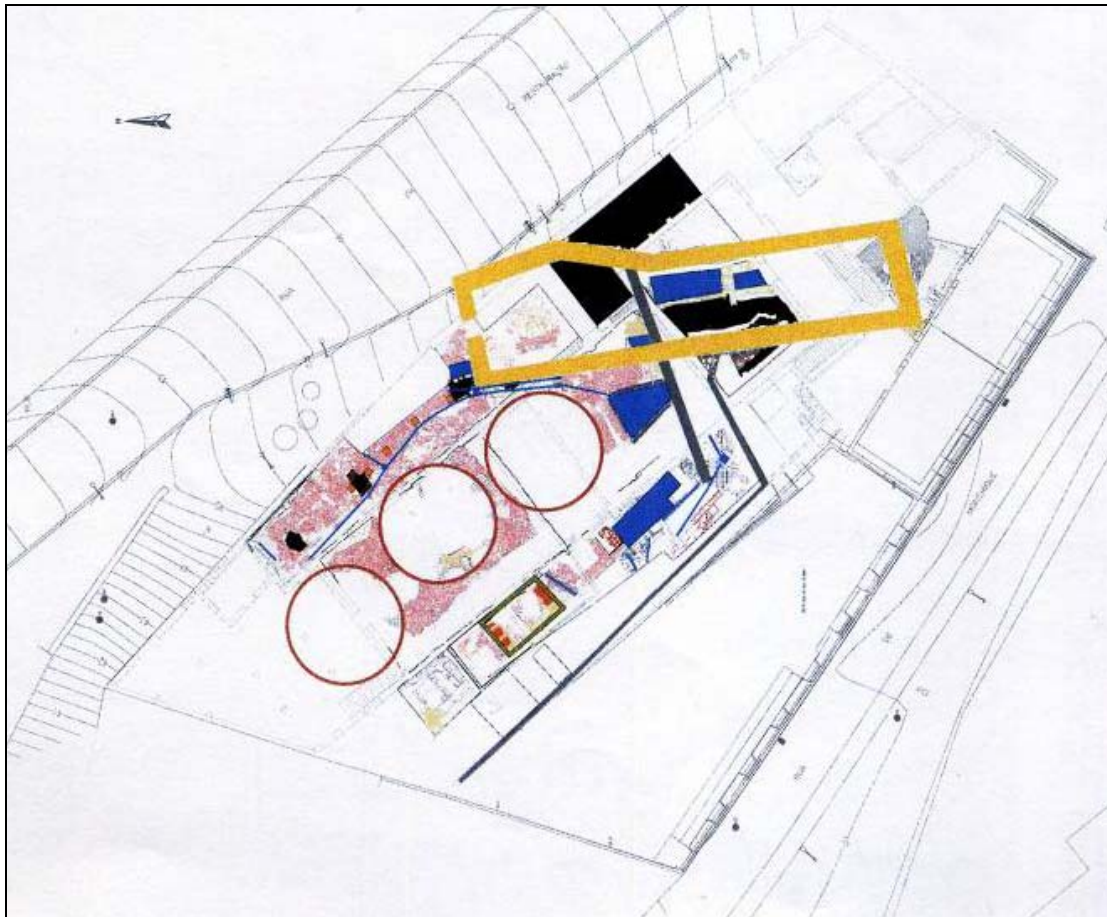


Fig.57 – *Idem.*

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

Foi ainda possível revelar a existência de um tanque trapezoidal, de grandes dimensões, com ligações a uma complexa rede hidráulica.

Na parte inferior do terreno os arqueólogos documentaram a existência de vários níveis de pavimentos e estruturas em tijolo e granito e, do estudo das estruturas em tijolo mais

recentes, concluíram pela possibilidade de correspondência com fotografias tiradas após o incêndio de 1920.

Num nível de ocupação mais antigo os arqueólogos registaram um tanque rectangular com pavimento em tijolo e escada lateral que os mesmos associaram ao processamento de argilas dado que continha ainda no respectivo fundo uma espessa camada do material que ali se tratava<sup>369</sup>.

Os trabalhos arqueológicos já referidos revelaram-se ainda fundamentais no que respeita à principal matéria-prima utilizada e aos combustíveis pois foi possível recolher amostras de argila e carvão. Quanto aos materiais de construção da estrutura industrial foram registadas madeiras, diversos tipos de tijolos e argamassas<sup>370</sup>.

O resultado da análise e a interpretação, ainda em curso, dos registos efectuados no trabalho de campo e dos materiais arqueológicos recolhidos constituirão um importantíssimo contributo para a caracterização das várias fases de produção da Fábrica de Louça de Massarelos.

No conjunto de fotogramas que se segue e que documenta as diversas fases dos trabalhos arqueológicos atrás referidos são visíveis vestígios das estruturas e respectivos materiais, dos equipamentos e dos utensílios utilizados ao longo do período de laboração da Fábrica de Cerâmica de Massarelos, tais como pavimentos, tanques, um forno e um molde.

---

369

*Idem, ibidem*, p.8.

370

Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda. Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003, p.13.



Fig.58 – Algumas das estruturas da Fábrica de Louça de Massarelos reveladas pela intervenção arqueológica.

Fonte: Portvs, *Boletim de Arqueologia Portuense*, nºs 1 a 11, editado pela Câmara Municipal do Porto, 2001-2006.

#### IV.1.1 O espólio recuperado

Durante a primeira intervenção arqueológica no local de implementação da Fábrica de Louça de Massarelos, realizada nos vários sectores, foi revelado um vasto espólio, constituído maioritariamente por milhares de fragmentos de cerâmica Massarelos,

datáveis dos séculos XIX e XX mas também inúmeras cerâmicas sem acabamento, denominadas “biscoito” do mesmo período<sup>371</sup>

O espólio cerâmico encontrado, relacionado com a produção da fábrica de louça, corresponde essencialmente ao período compreendido entre a 2ª metade do século XVIII e a 2ª metade do século XX.

Como já se referiu, foram recuperados os mais variados artefactos cerâmicos de uso doméstico tais como peças em chacota, peças pintadas e peças vidradas que apresentam a *marca* da fábrica e peças específicas que tudo indicia terem sido feitas por encomenda.

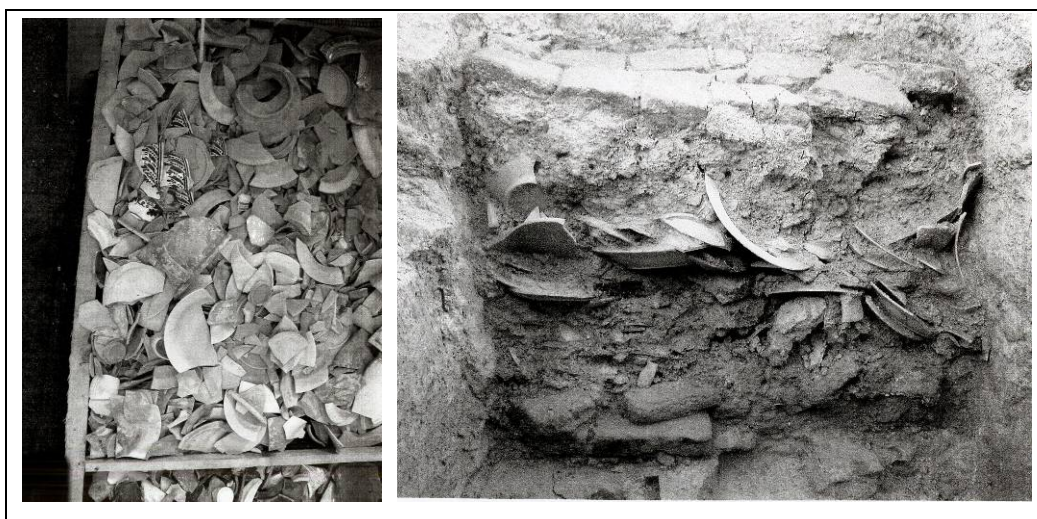


Fig.59 - Fragmentos de espólio cerâmico recuperado no decurso da intervenção arqueológica realizada no local onde outrora esteve implantada a Fábrica de Louça de Massarelos.

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

Durante os trabalhos da segunda intervenção, naquele que foi o local de edificação da fábrica de louça Massarelos, os arqueólogos recolheram 1 200 000 fragmentos<sup>372</sup>.

<sup>371</sup>

Armando Coelho Ferreira da Silva, et. al., *Escavações Arqueológicas no Porto (POR 01) – Sondagens Arqueológicas na Antiga Refinaria da Rua da Restauração / Rua de Monchique*. ETNOS – Património e Turismo Cultural, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002, p.5.

Foram encontradas as mais variadas peças de louça, vidrada, pintada, de pasta branca, com marca estampada e incisa, de pasta vermelha, de chacota, bem como toda uma vasta gama de utensílios relacionados com os respectivos processos de fabrico.



Fig.60 – Inúmeras e variadas peças de louça resgatadas do subsolo no decurso da intervenção arqueológica realizada no local onde outrora esteve implantada a Fábrica de Louça de Massarelos.

Fonte: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, Arqueologia & Património, Lda., Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003.

Louça de natureza cerâmica e de uso doméstico:

- Peças em chacota;
- Peças com pintura;
- Peças vidradas de produção corrente que apresentam marcas da fábrica;
- Peças específicas feitas por encomenda com legendas personalizadas.

Louça de natureza cerâmica e de uso decorativo:

- Azulejos em chacota;
- Azulejos vidrados;
- Azulejo relevado.

Utensílios relacionados com o processo de fabrico:

- Trempes<sup>373</sup> de várias épocas e tipologias;
- Tinas de vidragem ou enforcamento;
- Moldes de peças;
- 1 Matriz sigilar.

Matéria-prima e combustíveis:

- Amostras de argilas;
- Carvão.

Materiais de construção da fábrica:

- Madeiras;
- Diversos tijolos;
- Argamassas.

As duas intervenções que sumariamente ou resumidamente atrás foram expostas constituíram dois essenciais contributos para a caracterização da primeira fábrica de louça que se fundou em Portugal e, assim, para a história da industrialização da cidade do Porto.

---

<sup>373</sup>

Trempe (cerâmica): Pequeno tripé de material refractário que se coloca entre objectos cerâmicos para cozedura do vidrado, in Museu Nacional Machado de Castro Glossário. [Última consulta em 26.09.2012]. Disponível em: <http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt/pt-PT/colecoes/glossario/ContentList.aspx>

A segunda, levada a cabo no âmbito da construção de um complexo imobiliário no local, mereceu, dada a importância que revestiu, destaque nas páginas de *O Tripeiro* com a notícia «RAR Imobiliária ajuda a recuperar história da Fábrica de Louça de Massarelos»<sup>374</sup>.

#### **IV.1.2 Massarelos na actualidade**

Massarelos é hoje uma das quinze freguesias urbanas da cidade do Porto. Plantada ao longo do rio Douro, numa extensão de cerca de 2km, faz fronteira com Lordelo do Ouro, Cedofeita e Miragaia, ocupando uma área de 1,9km<sup>2</sup>. De pequeno lugarejo ribeirinho e sede de algumas das significativas unidades industriais da cidade do Porto, entre as quais a fábrica de louça de Massarelos, constituído por pequenas vielas e ruas estreitas que ainda hoje se mantém, alargou-se até às zonas altas do Campo Alegre, Bom Sucesso e parte da Boavista, onde as ruas largas, os edifícios modernos, as grandes superfícies comerciais, o fluxo constante de pessoas e o tráfego intenso são as suas características mais marcantes<sup>375</sup>.

Segundo os censos de 2001 residiam na Freguesia de Massarelos 7 756 indivíduos, sendo que 4 286 eram mulheres e 3 470 eram homens<sup>376</sup>.

Hoje, mercê da excelente localização geográfica, Massarelos é servida por uma excelente rede de transportes públicos regulares e encontra-se dotada de equipamentos culturais e de estabelecimentos de ensino superior de renome, tornando-se, por conseguinte, numa freguesia voltada para a cultura e para o ensino.

---

374

*O Tripeiro*. VII Série. Ano XXIV, Nº 6, Junho de 2005, pp.183-184.

375

Caracterização da Freguesia de Massarelos, Freguesia de Massarelos, Porto.

376

*Idem*.



Fig.61 – Brasão da Freguesia de Massarelos.

Fonte: Junta de Freguesia de Massarelos. [Última Consulta em 29.09.2012]. Disponível em:

<http://pt-pt.facebook.com/juntafreguesia.massarelos>

Os motivos que compõem o Brasão da Freguesia de Massarelos são alusivos e característicos de uma terra com fortes ligações às fainas náuticas, influências a que não são alheios o rio Douro, o Cais de Massarelos, e a proximidade do mar.

#### **IV.2. As evidências arqueológicas da unidade fabril de Quebrantões do Norte**

Tanto quanto se apurou, até à data não foi levada a cabo qualquer sondagem ou intervenção arqueológica na chamada Quinta do Roriz em Quebrantões do Norte, muito embora tenham existido propostas nesse sentido. Por isso, as únicas evidências materiais visíveis que atestam que naquele local existiu uma fábrica de louça são os dois fornos e a chaminé que ainda hoje pontuam, algo esquecidos, na paisagem ribeirinha.

Ora, tal como aconteceu no lugar de Massarelos, é de acreditar que os resultados de uma futura e desejada intervenção arqueológica se venham a revelar importantíssimos e fundamentais para a compreensão do processo evolutivo das instalações, estruturas e de todos os aspectos relacionados com a produção da fábrica que produziu louça “Massarelos” mas também de outras unidades fabris que lhe foram contemporâneas.

O adiar ou a não realização de uma intervenção arqueológica na designada Quinta do Roriz, em Quebrantões do Norte, onde assentou a unidade industrial que produziu louça



“Massarelos” ao longo de cerca de 74 anos do século XX, constitui pois um obstáculo lacunar ao desenvolvimento do conhecimento que se quer completo sobre o passado industrial da cidade do Porto em geral e, em particular, daquela que foi a primeira fábrica de louça a laborar em Portugal.

#### **IV.2.1 O espólio recuperado**

É desconhecida a existência de qualquer peça de cerâmica ou utensílio, relacionados com a produção da fábrica de louça, que isoladamente, por mero acaso ou intencionalmente tenha sido recuperado no local.

#### **IV.2.2 Quebrantões do Norte na actualidade**

Quebrantões do Norte, lugar onde no passado laborou a fábrica de louça “Massarelos”, pertence à Freguesia do Bonfim desde 1841, altura em que foi criada por Decreto de Costa Cabral<sup>377</sup>.

Outrora local privilegiado para implementação de estruturas industriais, é hoje parte de uma aprazível marginal que na parcela de terreno que lhe corresponde recebeu o nome de Avenida Paiva Couceiro.

As quintas e as fábricas do passado cederam o lugar a edifícios habitacionais, a empresas voltadas para o comércio e serviços e aos pilares das pontes de S. João e do Freixo.

Por seu turno, as chaminés que lhe eram características ou estão inactivas ou foram destruídas pela pressão do progresso e do urbanismo sedento de ocupar as aprazíveis paisagens que a encosta virada ao rio Douro oferece.

---

<sup>377</sup>

Junta da Freguesia do Bonfim. [Última consulta em 20.09.2012]. Disponível em:

<http://www.jfbonfim.pt/?1&co=398&cop=37&tp=13&LG=0&mop=490&it=junta>

Esse passado da indústria enquanto a principal fonte de rendimento das gentes daquele lugar ficará representado para a posteridade pelas três chaminés que o brasão da Freguesia do Bonfim ostenta.



Fig.62 – Brasão da Freguesia do Bonfim.

Fonte: Retratos e recantos: [Última consulta em 29.09.2012]. Disponível em:

<http://retratoserecantos.pt/freguesia.php?id=795>

### **IV.3. O património artístico preservado**

Muito embora diminuto, pelo menos o que se encontra debaixo do domínio público, o conjunto de peças que constitui o património artístico preservado em museu é bem representativo da diversidade de louça de uso doméstico e decorativa produzida sob a marca “Massarelos”.

As formas, as pastas, as técnicas, as cores, as tintas e as marcas, utilizadas ao longo de tão vasto período de tempo, são, para além dos valores probatório e estético que apresentam, preciosos auxiliares quando se pretenda caracterizar as duas fábricas de louça “Massarelos” já extintas, seja no que respeita às matérias-primas utilizadas, aos métodos de cozedura, à evolução das formas e do *design* e, em suma, aos processos de fabrico.



Fig.63 – Onze exemplares de louça de uso doméstico e decorativo produzidos pela Fábrica de Louça de Massarelos.

Fonte: Com a exceção da chávena de S. Bento e Santa Escolástica, retirada da Monografia de Massarelos, todos os outros registos fotográficos foram retirados do MatrizPix do IMC. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em: <http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>.

Não se encontrando devidamente catalogadas, mas garantidamente genuínas, as peças seguidamente expostas, todas propriedade de um colecionador privado, são demonstrativas do interesse que a louça de produção “Massarelos” ainda reúne junto dos cidadãos mais atentos e interessados pelas questões do património.



Fig.64 – Peças de louça de uso doméstico produzidas pela Fábrica de Louça de Massarelos preservadas em colecção particular.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.65 – *Idem.*

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.66 – *Idem.*

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.67 – *Idem.*

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.68 – *Idem.*

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.69 – *Idem.*

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.70 – *Idem*. Prato “Folhagem” do período da Fábrica Cerâmica Portuense.  
 Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.71 – *Idem*. Tigela com motivos “Malmequer” com erro de impressão.  
 Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.72 – *Idem*. Prato “Roselle” com estampagem defeituosa.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.73 – *Idem*. Prato “Cedro”.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.74 – *Idem*. Prato “Feniano”.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.75 – *Idem*. Chávena “Rozas Bravas”.

Fonte: Fotografado pelo autor.





Fig.76 – *Idem*. Prato “Asiatic Pheasant”.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.77 – *Idem*. Prato com motivos florais.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.78 – *Idem*. Prato “Estio”, por vezes erradamente designado por “prato leque”, em virtude do motivo impresso na marca não se encontrar, em muitos exemplares, totalmente legível.

Fonte: Fotografado pelo autor.

Mas se a louça de uso doméstico constitui o grosso do património artístico preservado, seja nos expositores dos museus seja nos dos colecionadores privados, não deixa de ser ainda possível observar prédios da cidade do Porto revestidos com azulejos de produção “Massarelos”. Um bom exemplo é a fachada do prédio que corresponde ao nº 194 da Rua Antero de Quental cujos azulejos relevados que a revestem são tidos como os mais perfeitos que existem na cidade do Porto<sup>378</sup>.



Fig.79 – Pormenor dos azulejos relevados a duas cores, amarelo e branco, que revestem a fachada do prédio do nº 194 da Rua Antero de Quental, no Porto.

Fonte: Fotografado pelo autor.

<sup>378</sup>

Fausto S. Martins, *A Azulejaria Portuguesa – História e Iconografia*, Edições Inapa, S.A., Lisboa, 2001, p.153.



Fig.80 – Fachada do prédio revestido a azulejos relevados a duas cores da fábrica de “Massarelos” sito na Rua Antero de Quental, nº 194, no Porto.

Fonte: Fotografado pelo autor.

#### **IV.4. O património industrial preservado**

«O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário.»<sup>379</sup>.

Das estruturas que deram corpo às duas unidades fabris que produziram louça “Massarelos” e da maquinaria que as manteve activas apenas restam, conhecidos e visíveis, os dois fornos “garrafa” e uma chaminé que orgulhosamente se erguem, ali na intercepção da ponte S. João com o rio Douro e a Avenida Paiva Couceiro, em Quebrantões do Norte, também já chamada Quinta do Roriz ou Monte do Seminário, no Porto.

---

379

In *Valores do património industrial, ii*, Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Julho de 2003. [Última consulta em 30.09.2012]. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>



Fig.81 - Fornos “garrafa” e chaminé preservados em Quebrantões do Norte onde outrora se produziu louça da marca “Massarelos”.  
Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.82 - Fornos “garrafa” de Quebrantões do Norte e espaço envolvente com algumas marcas de degradação.  
Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.83 - Fornos “garrafa” de Quebrantões do Norte com sinais evidentes de vandalismo e o espaço envolvente marcado pelo abandono.

Fonte: Fotografado pelo autor.



Fig.84 - Vista aérea sobre o local onde outrora funcionou a unidade fabril que produziu louça “Massarelos” em Quebrantões do Norte e onde são visíveis os dois fornos “garrafa” ♦ e a chaminé ♦, já depois dos trabalhos de recuperação e do Posto de Abastecimento de combustíveis ter sido construído.

Fonte: Google Earth.

Estes dois fornos, próprios para cozer louça cerâmica, que marcam uma paisagem ribeirinha que outrora serviu de base a uma alongada e próspera zona industrial, constituem um testemunho importante no que respeita à *forma*, à capacidade de produção e aos materiais utilizados naquele tipo de estruturas industriais. Votados ao

abandono estão sujeitos aos mais variados actos de vandalismo, apesar de terem sido poupados à demolição com a intenção de serem preservados para memória futura.

A salvaguarda dos “Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos”, designação que lhe foi atribuída pelo IGESPAR em 1984 aquando do despacho de abertura que os remeteu para a categoria de protecção «em vias de classificação»<sup>380</sup>, contou com o empenho de atentos e abnegados cidadãos que, em tempo, trataram de alertar as autoridades para a necessidade da sua preservação *in situ*. A defesa de tão importantes e características estruturas ficou documentada através de vários artigos publicados na imprensa portuense alusivos à problemática do património industrial: «Uma operação de salvamento»<sup>381</sup>, «Património Arquitectónico ameaçado pelo progresso»<sup>382</sup> e «Acautelado Património Arqueológico Industrial – Ponte Nova Preservará Fornos de Massarelos»<sup>383</sup>.

Destes e doutros escritos resulta ser unânime o entendimento que a classificação dos dois fornos como património industrial protegido de interesse público será um passo importante que deverá ser dado, com urgência, no sentido da sua eficaz manutenção e conservação.

---

380 IGESPAR, Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos. [Última consulta em 23.09.2012]. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71229/>

381

*O Tripeiro*. Porto. Ano IV. Série Nova. Nº 2, pp.45-47.

382

*Jornal de Notícias*. Porto, 28 de Agosto de 1984.

383

*O Comércio do Porto*. Porto, 29 de Junho de 1984.

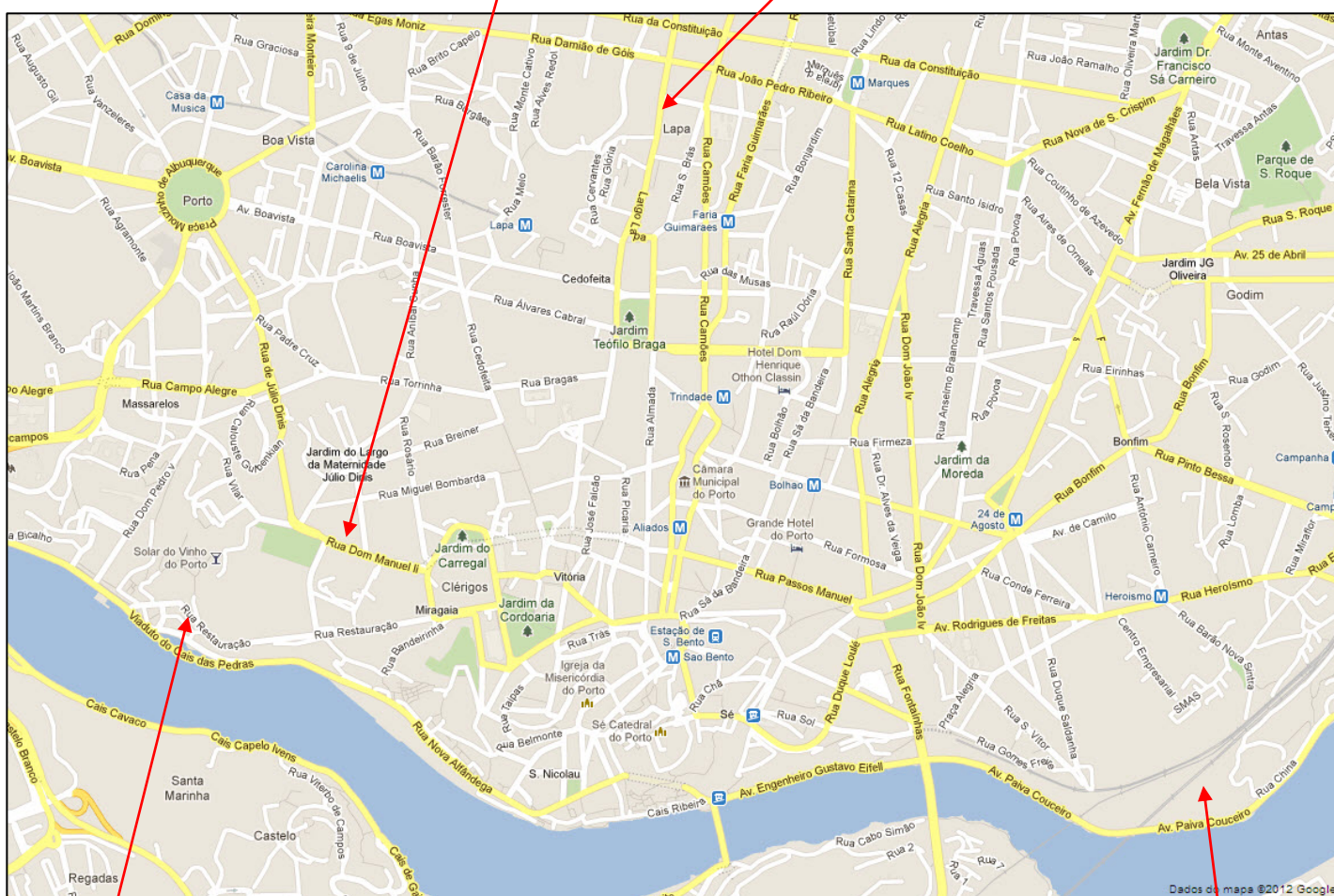
#### **IV.5. Roteiro do património artístico e industrial preservado na cidade do Porto**

Não muito vasto, o património artístico e industrial relacionado com a Fábrica de Louça de Massarelos existente no Porto é suficiente, em número e importância, para que se promova um roteiro que proporcione aos cidadãos interessados a possibilidade de conhecerem parte do testemunho material de uma actividade industrial que influenciou decisivamente o desenvolvimento da cidade invicta e que marcou durante dois séculos a vida de muitos dos seus habitantes.

Sendo a urbe portuense servida por uma excelente e diversificada rede de transportes públicos, não será difícil aos visitantes percorrerem as suas ruas à descoberta dos locais que o mapa seguinte apresenta.

# Fábrica de Louça Massarelos

## Patrimônio artístico e industrial preservado na cidade do Porto





## **Conclusão**

Trazendo-se à consideração o património industrial, temos para nós que a sua maior ou menor importância se define através da interpretação dos seus vestígios e dos testemunhos materiais e imateriais que atestam a sua existência e que documentam a sua evolução. É universalmente aceite que é importante proceder-se ao seu estudo e conservação enquanto parte integrante da vida dos homens e das sociedades e como legado a preservar para usufruto das gerações futuras.

O pioneirismo, a antiguidade e a longevidade da Fábrica de Louça de Massarelos conferem-lhe *valor* suficiente e justificador do seu estudo e conservação enquanto património industrial representativo da produção cerâmica em Portugal.

Efectivamente, tendo como ponto de referência os anos de 1764 e 1980, verifica-se que a Fábrica de Louça de Massarelos foi a primeira a ser fundada em Portugal tendo sido mantida em laboração permanente praticamente durante 216 anos. Através de uma constante adaptação estrutural, financeira e tecnológica resistiu a toda uma série de vicissitudes, nomeadamente incêndios, invasões e à pressão dos mercados concorrenciais às quais a maioria das unidades congéneres sucumbiu.

Como se viu, a Fábrica de Louça de Massarelos constitui, como poucas, uma referência quando o que está em estudo ou em debate tem a ver com património industrial representativo do sector de produção cerâmica em Portugal e quando se trata de um significativo e longo período, com mais de dois séculos, desde praticamente os primórdios da Revolução Industrial até ao início da década de oitenta do século XX.

O estudo que agora se finaliza veio acrescentar, estamos convictos, contributos importantes no que respeita à caracterização de todas as vertentes da fábrica onde se produziu louça da marca “Massarelos”, seja através da descrição pertinente das suas

estruturas fabris e dos materiais utilizados na respectiva construção, seja pela abordagem exaustiva que fizemos às infra-estruturas e, bem assim, às questões relacionadas com as matérias-primas, combustíveis, mão-de-obra, salários, horários de trabalho, condições de higiene, etc. como também pela análise que dedicamos à continuidade da produção de louça e aos aspectos que influenciaram e condicionaram, positiva e negativamente, a sua evolução e sustentabilidade enquanto unidade industrial.

Prenhe de testemunhos, a sua existência encontra-se documentada quanto baste permitindo manter em aberto, haja vontade e interesse, uma investigação continuada e a sempre desejada actualização do conhecimento.

Hoje, daquela que foi a primeira fábrica de cerâmica edificada em Portugal, restam os vestígios arqueológicos, devidamente inventariados e estudados, é certo, mas soterrados, algumas dezenas de peças de louça de uso doméstico e decorativo em exposição museológica, um número indeterminado de outros exemplares que integram as colecções privadas inacessíveis ao público em geral, o importante espólio resgatado do subsolo no âmbito dos trabalhos de Arqueologia Industrial e os dois fornos de cozer louça cerâmica, em forma de garrafa, ainda bem visíveis e imponentes na margem direita do rio Douro. Os “Bottle-Ovens”, como também são conhecidos, foram construídos em tijolo refractário e caracterizam as estruturas industriais que durante cerca de 74 anos laboraram na Quinta do Roriz em Quebrantões do Norte, no Porto.

Tivesse já havido vontade e engenho da parte das entidades gestoras da cultura e, hoje, seria possível à edilidade portuense, mercê da existência dos dois fornos, disponibilizar um centro emblemático de interpretação do património industrial, relacionado com todo o processo de fabrico de louça, devidamente enquadrado nos roteiros culturais, educacionais e turísticos. Valorizar-se-ia, desse modo, um *lugar de memória* representativo do impacto do processo industrializador e um meio de garantir a sustentabilidade futura das duas estruturas.

Por fim, cremos que a investigação materializada no trabalho que agora se conclui constitui uma mais-valia significativa no sentido de que vem reforçar o apelo à necessidade da urgente salvaguarda do que ainda resta de tão importante parcela do

património industrial portuense mas também enquanto ponto de partida aberto a novas perspectivas de estudo.

## **FONTES, BIBLIOGRAFIA E OUTROS RECURSOS**

### **FONTES**

#### **MANUSCRITAS E DACTILOGRAFADAS**

##### **ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP):**

- **1º Cartório Notarial do Porto, lv.310:** *Prazo, Colegiada de Cedofeita e Manuel Duarte Silva, 1766;*
- **1º Cartório Notarial do Porto, lv.417:** *Escritura de Manuel Duarte Silva (neto) sobre a ruína da sua antiga fábrica – 31.10.1817;*
- **4º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.738:** *Partilha amigável que fizeram a viúva e filhas de António Rodrigues de Sá Lima – 07.09.1876;*
- **4º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.839:** *Contrato de arrendamento estabelecido entre D. Leonor Rocha Lima e Regis de Lima – 01.08.1900;*
- **6º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.10:** *Escritura de venda de terreno no lugar de Massarelos que Manuel Ferreira Soares e sua mulher Teodósia Bernarda fizeram a Manuel Duarte Silva – 03.07.1758;*
- **6º Cartório Notarial do Porto, 4ª Série, lv.120:** *Escritura de doação de Manuel Duarte Silva e Rosa Bernardina a Domingos F. Silva Guimarães e sua mulher Quitéria Rosa Felizarda da Silva – 30.04.1774;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.566:** *Contrato social sobre fornecimento de barro – 09.02.1861;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.601:** *Escritura da Fábrica de Louça de Massarelos onde intervêm António Rodrigues de Sá Lima e João da Rocha Sousa Lima – 08.07.1873;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.756:** *Contrato sobre fornecimento de barro entre a firma “Machado & Irmão” e fabricantes de louça do Porto – 18.05.1899;*

- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.771:** *Escritura de constituição de sociedade comanditária simples entre William Maclaren e outros - 09.11.1901;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.774:** *Contrato social sobre fornecimento de barro – 17.05.1902;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.787:** *Escritura de constituição da “Empresa Cerâmica Portuense, Limitada” – 26.04.1904;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv. 799:** *Escritura de cessão de quotas de “Archibald J Wall e outros”;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.831:** *Escritura de cessão de quotas da “Empresa Cerâmica Portuense, Limitada” – 21.12.1911;*
- **7º Cartório Notarial do Porto, lv.836:** *Escritura de dissolução e liquidação da sociedade “Empresa Cerâmica Portuense, Limitada” e constituição de sociedade em nome colectivo – 18.09.1912;*
- **8º Cartório Notarial do Porto, lv.298:** *Escritura de arrendamento de azenha entre Dona Antónia de Almeida Araújo Carneiro de Azevedo e Domingos Silva Guimarães – 11.10.1779;*
- **8º Cartório Notarial do Porto, lv.560:** *Contrato sobre fornecimento de barro – 21.07.1877;*
- **8º Cartório Notarial do Porto, lv.563:** *Escritura de dissolução da sociedade “Sá Lima & Irmão” – 30.01.1878;*
- **Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia – PO 5º, Maço 7, lv.76:** *Escritura de Contrato de Sociedade / Pauta Geral dos Preços – Louças de todas as fábricas, 1877.*

**ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (AHMOPTC):**

**Junta do Comércio – JC 1:**

- Livro da matrícula dos mestres, oficiais e aprendizes de fabricantes, 1788-1833.

**Junta do Comércio – JC 7:**

- Providências gerais acerca das fábricas – Louça, 1770-1828.

**Junta do Comércio – JC 8:**

- Processos de licenciamento de fábricas e matrícula de servidores de louça, (A-R), 1780 – 1833;
- Processos de licenciamento de fábricas e matrícula de servidores – Pintura de louças e azulejos, 1780-1833.

**Junta do Comércio – JC 9:**

- Processos de concessão de exclusivos a fábricas e novos inventos – 1757-1833.

**Junta do Comércio – JC 12:**

- Inquérito de 1812;
- Inquérito de 1815;
- Inquérito de 1817;
- Inquérito industrial de 1829;
- Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fábricas existentes em 1815;
- Mapa das fábricas do Porto de 1820.

**Ministério do Reino – MR 2D-2R 12:**

- Correspondência recebida com mapas das fábricas existentes no Continentes e Ilhas Adjacentes, 1845-1846.

**Ministério do Reino – MR 3:**

- Registos de receitas, alvarás e consultas, ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (Livros: 5, 6, 7 e 10).

**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO (AHMP):****Licenças de Obra:**

- LO 1908 – 216 (Cota: CMP/7 (207));
- LO 1910 – 0210 (Cota: D-CMP/9 (41));
- LO 1910 – 0856 (Cota: D-CMP/9 (54));
- LO 1910 – 1375 (Cota: D-CMP/9 (64));
- LO 1911 – 0201 (Cota: D-CMP/9 (73));
- LO 1912 – 1090 (Cota: D-CMP/9 (132));
- LO 1918 – 0018 (Cota: D-CMP/9 (251));

- LO 1920 – 0713 (Cota: D-CMP/9 (269));
- LO 1922 – 0113 (Cota: D-CMP/9 (331));
- LO 1922 – 1693 (Cota: D-CMP/9 (362));
- LO 1923 – 1422 (Cota: D-CMP/9 (392));
- LO 1929 – 0534 (Cota: D-CMP/9 (569)).

#### **Livros:**

- Livros da Décima da Cidade Velha, Décima das Casas, do Maneio e dos Juros – 1698-1836 – Códice nº 1414-1823 (Cota: A-PUB/39/84);
- Livros da Décima de Massarelos – 1762 (Cota: A-PUB/4244);
- Livros da Décima e Maneio de Massarelos – 1762/1763 (Cota: A-PUB/4271);
- Livros da Décima de Massarelos – 1768 (Cota: A-PUB/4249);
- Livros da Décima e Maneio de Massarelos – 1768 (Cota: A-PUB/4276);
- Livro de Notas nº 799 do Dr. António Mourão: Escritura de 24.03.1906 (Cota: A-PUB/613);
- Livros das Plantas: nºs 1 e 2;
- Livros das Próprias: nº84 – 1854, Governo Civil do Porto – *Registo de ofício sobre o abuso dos donos das fábricas de louça e cal em lançarem entulho ao rio e espaços públicos* (Cota: A-PUB/00860);
- Livro das Vereações Camarárias (Porto), lv.108 (Cota: A-PUB/109);
- Livro das Vereações Camarárias (Porto) – 1782 (Cota: A-PUB/76).

#### **Manuscritos:**

- Auto de vistoria às duas fábricas de louça que pretendia estabelecer Manuel Duarte Silva no lugar de Massarelos – 24.07.1763 (Cota: A-PUB/03417);
- Auto de Vistorias, lv.3, nº 2278 (Cota: A-PUB/3417);
- Registo dos Alvarás das fábricas de louça (Cota: A-PUB/02239).

#### **Cartografia:**

- Plantas Topográficas da Cidade do Porto – Telles Ferreira – 1892, Projecto da Rua Nova da Bandeirinha – (041 FD);
- Plantas Topográficas da Cidade do Porto – Telles Ferreira – 1892, (199 FD);
- Plantas Topográficas da Cidade do Porto – Telles Ferreira – 1892, (356 FD).

### **ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA (AMAP) – Guimarães:**

- Assento de nascimento de Manuel Duarte Silva – 21.09.1724, Paróquia de São Tomé de Caldelas, lv.4º, p.161.

### **BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (BPMP):**

#### **Manuscritos:**

- Carta Patente promovendo Manuel Duarte Silva (neto) ao posto de Quartel Mestre dos Voluntários Reais da cidade do Porto – 04.11.1811. (Cota: M-AV-34);
- Fábrica de louça de Miragaia (inclui fórmulas utilizadas na fábrica de louça de Massarelos). (Cota M-VR-94).

### **DIRECÇÃO REGIONAL DE ECONOMIA DO NORTE (DREN):**

- Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, S.A.R.L., Rilei nº1/4198.

### **IMPrensa Escrita:**

- *Jornal de Notícias*. Porto. Nº 138 (12 de Junho de 1909). “Operários em Greve”;
- *Jornal de Notícias*. Porto. Nº 140 (15 de Junho de 1909). “Operários em Greve”;
- *Jornal de Notícias*. Porto. Nº 148 (24 de Junho de 1909). “Operários em greve: Harmoniza-se o conflito – Volta dos grevistas ao trabalho”;
- *Jornal de Notícias*. Porto. Nº 11 (03 de Janeiro de 1911). “Movimento Operário e Associativo – Operários ceramistas”;
- *Jornal de Notícias*. Porto. Nº 14 (17 de Janeiro de 1911). “Movimento Operário e Associativo – Liga das artes cerâmicas”;
- *Jornal de Notícias*. Porto, 24 de Maio de 1984. “ADERAV – Preocupada com a Velha Fábrica”;
- *Jornal de Notícias*. Porto. Nº 86 (28 Agosto de 1984). “Património Arquitectónico ameaçado pelo progresso”;
- *O Comércio do Porto*. Porto, 29 de Junho de 1984. “Acautelado Património Arqueológico Industrial – Ponte Nova Preservará Fornos de Massarelos”;
- *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 11 de Março de 1920, “A Fábrica de Loiça de Massarelos é devorada por um incêndio”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano I. V Série. Nº 6 (Outubro de 1945);



- *O Tripeiro*. Porto. Ano X. V Série. Nº 9 (Janeiro de 1955), “Efemérides portuenses”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano XIII. V Série. Nº 6 (Outubro de 1957). “Para a história da Urbanização do Porto no século XIX”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano XIII. V Série. Nº 1 (Março de 1958). “A Confraria das almas do Corpo Santo, de Massarelos”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano XIII. V Série. Nº 11 (Março de 1958). “Efemérides portuenses”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano IV. VI Série, (1964). “Memórias Paroquiais”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano IX. VI Série. Nº 9 (Setembro de 1969). “O velho bairro piscatório de Massarelos – um pouco da sua História”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano IX. VI Série. Nº 9 (Setembro de 1969). “Subsídios para a história da cerâmica portuense”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano X. VI Série. Nº 5 (Maio de 1970). “Comunicação aos Leitores – Fábrica de Louças de Massarelos”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano XII. VI Série. Nº 4 (Abril de 1972). “Campos do Reimão e do Cirne”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano IV. Série Nova. “A Capela e o Sítio do Senhor do Carvalhinho”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano IV. Série Nova. “A propósito de uma operação de salvamento”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano IV. Série Nova. Nº 2. “Uma Operação de Salvamento”;
- *O Tripeiro*. Porto. Ano XXIV. Série Nova. Nº 6 (Junho de 2005). “RAR Imobiliária ajuda a recuperar história da Fábrica de Louça de Massarelos – Complexo imobiliário desencadeia investigação arqueológica”.

#### **PUBLICAÇÕES:**

- *Anuário do Porto (Comercial, Industrial e Burocrático)* – Porto e o seu Distrito, Anos: 1906, 1911 a 1915, 1934 a 1936, 1939, 1940, 1943, 1946, 1948, 1952 a 1954, 1956, 1958, 1959, 1961, 1963, 1964 e 1966 a 1974;
- *Anuário Comercial do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito*, Coord. Inácio dos Santos Viseu Júnior, Porto, Anos: 1926 a 1944;
- *Boletim do Trabalho Industrial*. Nº 1 de 1906. Imprensa Nacional, Lisboa;

- Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, “12 fábricas de bons produtos cerâmicos de todas as qualidades e para todos os usos”. [Catálogo] *Artigos metálicos e acessórios diversos*, Oficina de O Comércio do Porto;
- Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, *Louças Domésticas da Fábrica «Massarelos»*, Tabela de Preços nº 12 M (1943), Tipografia Minerva, Famalicão, 1943;
- Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, “Tabela de Preços de Louças Sanitárias – Secção nº 8 (em porcelana, grés-porcelana e faiança)”, Lisboa, 1940;
- Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, *Bons produtos cerâmicos para todos os usos e aplicações das marcas*, Lufapo – Lusitânia – Massarelos. [Catálogo], Impressão Marânus, Porto;
- Fábricas «Lufapo» de Faianças e Porcelanas. [Catálogo] *Ladrilhos Hidráulicos*, Impressão Marânus, Porto;
- Fábrica «Lufapo» de Faianças e Porcelanas, ed. Com., *Relatório e Contas*, Coimbra: F.L.F.P., 1957;
- PORTVS, *Boletim de Arqueologia Portuense*, nºs 1 a 11, Editado pela Câmara Municipal do Porto, 2001-2006;
- Relatório da Subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, ao Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito do Porto. Tipografia de António José da Silva Teixeira. Porto, 1881;
- REPÚBLICA PORTUGUESA, *Indústrias Insalubres – Substâncias Explosivas*, Decretos e Regulamentos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1925;

## RECURSOS WEB:

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT):

- Memórias Paroquiais: *Massarelos, Maia*. PT-TT-MPRQ-22-8. [Última consulta em 04.02.2012]. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4240643>
- Junta do Comércio: Livro de registo de provisões para os erectores e proprietários de fábricas e pescarias. PT-TT-JC-A-006-008. [Última consulta em 04.02.2012]. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=1411515>

### **Diário da República:**

- DRE – III Série. [Última consulta em 30.04.2012]. Disponível em:  
<http://dre.pt/sa/as/fultext.asp?search=11>

### **Do Porto e não só...:**

- A Barrada Cidade do Porto, nº651, Edição Costa – Lisboa. [Última consulta em 16.06.2012]. Disponível em:  
[http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1\\_17.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/o-porto-ha-cem-anos-1_17.html).
- Planta Topográfica da cidade do Porto. [Última consulta em 30.09.2012]. Disponível em:  
<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/07/planta-topografica-da-cidade-do-porto.html>

### **Geolocation.W.S.:**

- Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos, freguesia de Bonfim. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:  
<http://www.geolocation.ws/v/W/4cbfab291d41c87eea009097/fornos-da-fbrica-de-louas-de-massarelos/en>

### **Google Earth.**

#### **Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (IGESPAR):**

- Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos. [Última consulta em 23.09.2012]. Disponível em:  
<http://www.igespar.pt/pt/património/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71229/>

#### **Instituto dos Museus e da Conservação (IMC):**

- MatrizPIX. [Última consulta em 16.07.2011]. Disponível em:  
<http://www.matrizpix.imc-ip.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>

#### **Junta de Freguesia do Bonfim:**

- Junta de Freguesia do Bonfim. [Última consulta em 29.09.2012]. Disponível em:  
<http://www.jfbonfim.pt/>

### **Junta de Freguesia de Massarelos:**

- Facebook - Junta Freguesia Massarelos. [Última consulta em: 29.09.2012].  
Disponível em: <http://pt-pt.facebook.com/juntafreguesia.massarelos>

### **Museu Nacional Machado de Castro (MNMC):**

- Glossário. [Última consulta em 27.09.2012]. Disponível em:  
<http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt/pt-PT/coleccoes/glossario/ContentList.aspx>

### **Panoramio:**

- Panoramio. [Última consulta em 27.09.2012]. Disponível em:  
<http://www.panoramio.com/photo/62100291>

### **Retratos e recantos:**

- Retratos e recantos: [Última consulta em 29.09.2012]. Disponível em:  
<http://retratoserecantos.pt/freguesia.php?id=795>

### **BIBLIOGRAFIA:**

- BALDAQUE, Mónica, et. al., *A Fábrica de Massarelos Porto, 1763 – 1936*, Museu Nacional Soares dos Reis, Aresta, Porto, 1998;
- BASTO, A. de Magalhães, *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao séc. XVIII*. Câmara Municipal, Porto, 1964;
- CALADO, Rafael Salinas, *Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do século XX*, Edição da Direcção de Filatelia, Correios de Portugal, Lisboa, 1992;
- CASTRO, Armando, “O Porto na transição para o sistema económico contemporâneo (Do 1º para o 2º quartel do Século XIX)”, *Separata da Revista da História*, Volume II, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1979;
- *Cerâmica Portuense – Séculos XVIII e XIX*, Exposição Documental e Artística Realizada na Casa do Infante [Roteiro], Porto, Janeiro de MCMLXXII;

- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Arqueologia e Património Industrial na Zona do Grande Porto – um balanço de quinze anos”, *Revista al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, IIª Série. Nº9, Outubro de 2000;
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Fontes para a História da Indústria Portuense”, *Separata dos Cadernos Noroeste*, Volume 19 (1-2);
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “A Cerâmica Portuense. Evolução Empresarial e Estruturas Edificadas. Por Teresa Soeiro, Jorge Fernandes Alves, Silvestre Lacerda e Joaquim Oliveira”, *Sociedade e Cultura 2, Separata dos Cadernos Noroeste*, Série Sociologia, Volume 12 (2), 2000;
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936. Por Mónica Baldaque, Teresa Pereira Viana e Margarida Rebelo Correia (Coord.) ”, *Sociedade e Cultura 2, Separata dos Cadernos Noroeste*, Série Sociologia, Volume 13 (2), 2000;
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Fontes para a História da Indústria Portuense: O mapa das fábricas de 1820”, *Separata dos Cadernos Noroeste*, Série História 3, Volume 20 (1-2), 2003;
- CORTESÃO, Jaime, *A Expansão dos Portugueses na História da Civilização*, Livros Horizonte, Lisboa, 1983;
- COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto*, 2ª Edição, Livraria Progeditor, Porto, 1945;
- CRUZ, António, “Oleiros do Porto e D’Além-Rio – Subsídios Para a História da Cerâmica Portuense”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, 1942;
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra, 1955;
- DINIZ, Paula, *Caracterização da Freguesia de Massarelos*, Junta de Freguesia de Massarelos, Porto;
- ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Editorial Presença, Lisboa, 2010
- EVANGELISTA, Maria da Conceição, *Porcelana, grés fino, faiança e olaria de barro*, Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984;
- GASPAR, Maria Laura Louça Rabaça, *A duração do Trabalho*, Fundo de Desenvolvimento de mão-de-obra, Lisboa, 1970;

- GONÇALVES, Carla Alexandra, *Metodologia do Trabalho Científico*, Universidade Aberta, Lisboa, 2010;
- LEÃO, Manuel, “ A Fábrica de Cerâmica de Massarelos”, *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Nº 66, 11º Volume, Junho de 2008;
- LEÃO, Manuel, *Cerâmica saída da Barra do Douro no século XIX*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia, 2005;
- LEPIERRE, Charles, *Estudo químico e tecnológico sobre cerâmica portuguesa moderna*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899;
- MACEDO, Jorge de, *A situação económica no tempo de Pombal*. Moraes Editores, Lisboa, 1982;
- MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercado e Privilégios: A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Editora Estampa, Lisboa, 1997;
- MARTINS, Fausto S., *A Azulejaria Portuense – História e iconografia*, Edições Inapa, S.A., Lisboa, 2001, p.142;
- OLIVEIRA, Aurélio de, *A indústria portuguesa em perspectiva histórica*, [Actas do Colóquio], Edição CLC-FLUP, Porto, 1997;
- OLIVEIRA, Aurélio de, LOMBARDERO, Jaime Garcia, “Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto – Sua região e a Galiza na época moderna – Séc. XVII, XVIII”, *Separata da Revista da História*, Volume II, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1979;
- PARDO, António Meijide, *Aspectos del comércio gallego de exportacion a Portugal en el siglo XVIII*, Ponencia Leida em las I jornadas de metodologia aplicada de las Ciências Históricas, Santiago. Abril, 1973;
- PEREIRA, Gaspar, SERÉN, Maria do Carmo, “O Porto Oitocentista”, In RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1994;
- QUEIRÓS, José, *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, Editorial Presença, Lisboa, 2002;
- QUEIRÓS, José – *Faiança de Massarelos*, Serões. Edições Ferreira e Oliveira. 2ª Série. Volume I, Lisboa, 1905;
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Amado – *História da Indústria Portuguesa*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1999;

- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *A Colegiada se São Martinho de Cedofeita do Porto*, S.I., s.n, D.L., 1988;
- SANDÃO, Artur de, *Faiança portuguesa: séculos XVIII-XIX*, Livraria Civilização, Porto, 1977;
- SANTA RITA, Guilherme Augusto de, *Habitação do operário e classes menos abastadas*, Tipografia da Gazeta de Portugal, Lisboa, 1891;
- SANTOS, Cândido dos, “Para a História do Comércio Português – Movimento da saída de barcos pela barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801”, *Boletim Cultural*, 2ª Série. Volume 2 (1983-84). Câmara Municipal do Porto, 1984;
- SERÉN, Maria do Carmo; FURTADO, José Afonso – *No Vale de Massarelos, os Caminhos do Romântico*, Edição da Fundação Belmiro de Azevedo;
- Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto, ed. Com., *Relatório e Contas*, Vila Nova de Gaia, 1956;
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, et. al., *Escavações Arqueológicas no Porto (POR 01) – Sondagens Arqueológicas na Antiga Refinaria da Rua da Restauração / Rua de Monchique*. ETNOS – Património e Turismo Cultural, Lda, Relatório Preliminar, Porto 2002;
- SOEIRO, Teresa, et. al., “A Cerâmica Portuense – Evolução Empresarial e estruturas Edificadas”, *Portvgalia*, Nova Série, Volume XVI, 1995;
- TAVARES, Albérico, “A Tributação Profissional na Freguesia de Massarelos (1762-1789) – Contributos para A História Económica – Social do Porto Setecentista”. In *Separata da Revista da História – U.L.* Volume I – 1984, Porto, 1984;
- TEIXEIRA, Ricardo e FONSECA, Vítor, *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Construção do Complexo Imobiliário da Área da Refinaria/ Fábrica de Cerâmica de Massarelos*. “Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia, Lda”. Relatório Preliminar, Porto 2002/ 2003;
- VALENTE, Vasco, *Cerâmica Artística Portuense do Século XVIII e XIX*, Edição Manaus, Porto, 1950;
- VALENTE, Vasco, *Uma dinastia de ceramistas, elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Cavaquinho e Santo António do Vale da Piedade*, Academia Nacional de Belas Artes, Imprensa Moderna, Lda., Porto, 1998;

- VALENTE, Vasco, *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Cavaquinho e Santo António do Vale da Piedade*, Imprensa Moderna, Porto, 1936;
- VIANA, Teresa Pereira, et. al., *Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936* [Exposição], Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1998;
- VITORINO, Pedro, *Cerâmica Portuguesa – Estudos Nacionais*, Instituto de Coimbra – Edições Apolino, Gaia – Portugal, MCMXXX.

#### WEBGRAFIA:

- VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010, *Águas subterrâneas na área urbana do Porto (Séculos XIX – XXI): Potencialidades da análise geográfica de uma Base de Dados Espacial*. [Última consulta 06.02.2012]. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/l\\_freitas](http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/l_freitas)
- AZEVEDO, Júlia Margarida Coutinho, Dissertação de Mestrado: *Rumos sindicalistas no século XXI: horizontes possíveis*, pp.14-19. [Última consulta: 22.05.2012]. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/dspace/handle/123456789/26>
- CANOTILHO, Maria Helena Pires César, *Processos de Cozedura em Cerâmica*. [Última consulta em 24.04.2012]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/203/1/60%20-%20Processos%20de%20cozedura%20em%20cer%C3%A2mica.pdf>
- Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), Julho de 2003. [Última consulta em 30.09.2012]. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, *Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX*. [Última consulta em 17.06.2012]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223394171I7sTH7ms2Vu44XL9.pdf>
- *La Cerámica Valenciana – 19 Azulejería del Siglo XX*. [Última consulta em 30.04.2012]. Disponível em: <http://www.avec.com/lcv/cap19.pdf>



- MÓNICA, Maria Filomena, in “Capitalistas e industriais (1870-1914)”, *Análise Social*, vol. XXIII (99). 1987- 5º. [Última consulta em 01.05.2012]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223028371W4IFY9ix0Ky28XO1.pdf>